

# Caderno de Resumos

Produção Intelectual dos Egressos do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania

## Organizadores

Ivone Freire Costa

Taiala Aguilan Nunes dos Santos

Anderson Souza da Silva



# Caderno de Resumos:

Produção Intelectual  
dos Egressos do  
Mestrado Profissional  
em Segurança Pública  
Justiça e Cidadania



# UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

---

## **Reitor**

João Carlos Salles Pires da Silva

## **Vice-Reitor**

Paulo César Miguez de Oliveira  
**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Olival Freire Junior

## **Escola de Administração –**

### **EAUFBA Diretor**

Horacio Nelson Hastenreiter Filho

### **Vice-Diretor**

João Martins Tude

## **Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública –**

### **PROGESP Coordenador**

Ivone Freire Costa

## **Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e**

### **Cidadania – MPSPJC Coordenador**

Milton Júlio de Carvalho Filho

### **Vice-Coordenador**

Ivone Freire Costa

### **Secretária Executiva**

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

### **Assessoria Técnica**

Taiala Aguilan Nunes dos Santos, Anderson Souza  
da Silva e Magno Williams Macedo

### **Capa e Ilustração**

Anderson Souza da Silva

### **ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO – EAUFBA/PROGESP/UFBA**

Avenida Reitor Miguel Calmon s/n - Vale do Canela 40.110-903

Salvador – BA. Fones: (71) 3283-7672 e (71) 3283-7661

Home-Page: <http://www.adm.ufba.br> e <http://www.progesp.ufba.br>

E-mail: [progesp@ufba.br](mailto:progesp@ufba.br)

C122 Caderno de Resumos: produção intelectual dos egressos do Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania. / organizadores, Ivone Freire Costa, Taiala Aguilan Nunes dos Santos, Anderson Sousa da Silva. – Salvador, BA: Escola de Administração da UFBA, 2019.  
135 p. Edição de Aniversário

ISBN: 978-85-8292-224-8

1. Universidade Federal da Bahia - Escola de Administração - Programa de Estudos, Pesquisas e Formação. 2. Segurança Pública – Brasil - Estudo e ensino. I. Costa, Ivone Freire. II. Santos, Taiala Aguilan Nunes dos. III. Silva, Anderson Souza da. IV. Título.

CDD – 363.106

# Sumário

Apresentação	8
<b><i>Ivone Freire Costa</i></b>	
Avaliação de desempenho na Polícia Militar da Bahia: uma proposta.	12
<b><i>Adauto Sena Oliveira</i></b>	
A interseção entre saúde e segurança pública: um estudo sobre prevenção, reabilitação e reinserção de policiais militares adictos.	13
<b><i>Ana Cláudia Maria dos Santos</i></b>	
A DEAM e as mulheres: uma análise das expectativas das vítimas de violência infligida por parceiro íntimo.	14
<b><i>Ana Virgínia Cavalcante Paim</i></b>	
A experiência da base comunitária de segurança do Calabar e seu impacto nos índices de criminalidade.	15
<b><i>André Abreu de Oliveira</i></b>	
Uma análise da Portaria 106-CG/12 e do policiamento comunitário desenvolvido nas bases comunitárias instaladas no Nordeste de Amaralina, em confronto com os critérios identificadores do Sistema Koban.	16
<b><i>André Ricardo Guimarães da Silva</i></b>	
A base comunitária de segurança e a comunidade do Calabar.	17
<b><i>Eliete das Neves Reis</i></b>	
Poder discricionário na cultura policial: um olhar sobre as práticas do policiamento ostensivo, na região atlântica da cidade do Salvador.	18
<b><i>Evanira Santos da Costa</i></b>	
A análise criminal e a criminologia ambiental no processo de construção de políticas públicas de segurança na Bahia: estudo de caso na cidade de Simões Filho.	19
<b><i>Adailton de Souza Adan</i></b>	
Polícia civil e as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública: contribuição para a gestão de pessoas.	20
<b><i>Célia Maria Miranda Costa</i></b>	
Tutela constitucional da segurança pública no bairro do Calabar: processo de implantação e funcionamento do pacto pela vida e suas implicações para a redução da criminalidade e das violências.	21
<b><i>Joildo Souza dos Humildes</i></b>	
Reflexão sobre a conformação da perícia de áudio: um estudo da coordenação de perícias em audiovisuais da polícia técnica da Bahia.	22
<b><i>Zidalva de Souza Moraes</i></b>	
A atividade de inteligência policial: qualificando a atuação da polícia judiciária do estado da Bahia.	23
<b><i>Tracema Silva de Jesus</i></b>	
A DEAM na Bahia e sua capacitação para enfrentar a violência de gênero, a experiência de Feira de Santana-BA, sob a perspectiva de seus servidores.	24
<b><i>Jean Silva Souza</i></b>	
A influência dos pressupostos da teoria da ecologia criminal da Escola de Chicago para a elaboração das ações de segurança pública para o Centro Histórico de Salvador.	25
<b><i>Lucélia Oliveira Almeida</i></b>	
Cenários do turismo e suas relações com o crime na Capital do Estado da Bahia.	26
<b><i>Luís Henrique Costa Ferreira</i></b>	
O uso da Metodologia de Aprendizagem Baseada em problemas no Curso de Formação de Oficiais: O Caso da Academia de Polícia Militar da Bahia.	27
<b><i>Marcelo Carvalho Espírito Santos</i></b>	
Tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual na Bahia: um novo olhar sobre as rodovias.	28
<b><i>Maria Aparecida Vieira Teixeira</i></b>	
Como a Polícia Militar da Bahia recepciona a cobertura da mídia sobre a violência.	29
<b><i>Matheus de Carvalho Nascimento</i></b>	
O Uso da Força Policial Sobre o Prisma das Legislações Internacionais: uma análise sobre a capacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas Companhias Independentes de Policiamento Tático.	30
<b><i>Vitor Rogério Ribeiro Gomes</i></b>	
A implementação do Estatuto do Idoso: estudo exploratório em Salvador-Bahia.	32
<b><i>Maria Helena Lordelo de Salles Ribeiro</i></b>	
Atuação da mídia na cobertura dos casos judiciais e os impactos na vida e na saúde dos magistrados de primeiro grau da Justiça Estadual da Bahia.	33
<b><i>Antonia Marina Aparecida de Paula Faleiros</i></b>	
A atuação do Poder Judiciário baiano na prevenção ao tráfico de drogas no Vale do São Francisco-BA.	34
<b><i>Adrianno Espíndola Sandes</i></b>	

Descriminalização de delitos patrimoniais não violentos: uma abordagem crítica e racional à luz da teoria do direito penal mínimo.	
<b>Almir Pereira de Jesus.</b>	35
O processo digital no combate às prisões ilegais na comarca de Salvador.	
<b>Álvaro Marques de Freitas Filho</b>	36
Análise do policiamento comunitário na Base Móvel de Segurança do Bairro da Bolívia, no município de Valença (Ba).	
<b>Bianca Gomes da Silva</b>	37
Banco de perfil genético: a ciência a serviço da persecução penal	
<b>Cássio José Barbosa Miranda</b>	38
Monitoramento eletrônico: aspectos teóricos e práticos.	
<b>Eduarda de Lima Vidal</b>	39
Controle da prescrição penal a partir de um sistema informatizado	
<b>Eduardo Afonso Maia Caricchio</b>	40
Justiça Restaurativa aplicada ao Juizado Especial Criminal: em busca do modelo ideal.	
<b>Joanice Maria Guimarães de Jesus</b>	41
Justiça restaurativa: aspectos teóricos e análise das práticas do 2ª Juizado Criminal do Largo do Tanque – Salvador, BA	
<b>Jonny Maikel Santos</b>	42
A expansão da criminalidade no ciberespaço: desafios de uma política criminal de prevenção ao cibercrime	
<b>Josefa Cristina Tomaz Martins Kunrath</b>	43
O Município na Segurança Pública	
<b>Josemar Dias Cerqueira</b>	44
Justiça restaurativa: uma perspectiva em construção para a Comarca de Santo Antonio de Jesus-Bahia	
<b>Kátia Regina Mendes Cunha</b>	45
O monitoramento eletrônico de presos no Brasil e seus reflexos na segurança pública	
<b>Marcelo José Santos Lagrota Felix</b>	46
O trabalho desempenhado pelos psicólogos dentro do sistema prisional: um estudo da realidade baiana	
<b>Moacyr Pitta Lima Filho</b>	47
A segurança pública na Bahia e a Justiça Militar Estadual: doutrina e controle externo	
<b>Paulo Roberto Santos de Oliveira</b>	48
O Conselho Nacional de Justiça, o processo judicial eletrônico, as tecnologias de informação e as novas perspectivas para administração da Justiça brasileira	
<b>Pedro Rogério Castro Godinho</b>	49
Inclusão da competência criminal no projeto Balcão de Justiça e Cidadania instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia: em busca do efetivo acesso à justiça por meio da mediação comunitária.	
<b>Ricardo Augusto Schmitt</b>	50
O processo de restauração de danos na 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e na Extensão do 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque de Salvador	
<b>Rita de Cássia Ramos de Carvalho</b>	52
Quando a balança fere: análise de decisões judiciais em crimes de tráfico de drogas.	
<b>Armando Duarte Mesquita Junior</b>	53
Um olhar sobre a Polícia Civil e o Ministério Público: A construção da Central de Investigação Criminal do Estado da Bahia.	
<b>Abelardo Paulo da. Matta Neto</b>	54
A judicialização do acesso a medicamentos no SUS da Bahia.	
<b>André Luiz Santos Britto</b>	55
Interoperabilidade e violência institucional no sistema prisional: (o caso da Comarca de Salvador – Bahia)	
<b>Andremara dos Santos</b>	56
A conversão religiosa como instrumento de tutela dos direitos fundamentais no conjunto penal de Jequié-Bahia	
<b>Hilton de Miranda Gonçalves</b>	57
A reforma processual penal, o (novo) regime jurídico da prisão preventiva e a tutela do risco da liberdade do indivíduo: estudo de caso do Núcleo de Prisão em Flagrante de Salvador (NPF)	
<b>Icaro Almeida Matos</b>	58
Accountability e Qualidade da Atividade Policial na Segurança Pública.	
<b>Ivana Cordeiro Cordeiro</b>	59
Black Blocs nas manifestações populares no Brasil: Uma análise sobre a atuação do Poder Público como Responsável pela ordem pública e pela liberdade de expressão nas manifestações de junho de 2013.	
<b>Júlio Gonçalves da Silva Júnior</b>	60
Brasil Junho/2013: movimentos de rua e o direito de reunião, aspectos sociais e constitucionais.	
<b>Laíse Maria Guimarães Santos</b>	61
Execução das medidas socioeducativas em meio aberto na Comarca de Itabuna: uma análise qualitativa e quantitativa	
<b>Marcos Antonio Santos Bandeira</b>	62

O Judiciário como garantidor dos direitos humanos da mulher na aplicação da lei Maria da Penha: um estudo das condições e do desempenho da primeira vara de violência doméstica de Salvador	
<b>Nartir Dantas Weber</b>	<b>63</b>
Interação entre os poderes do Estado e a sociedade na construção de alternativas para a segurança pública: o caso da rede Mutuípe cidadã	
<b>Renata de Moraes Rocha</b>	<b>64</b>
Uma análise sobre a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no município de Juazeiro – Bahia	
<b>Vanderley Andrade de Lacerda</b>	<b>65</b>
Miseráveis, Bichos Soltos e Bandidos: o jornal Massa! e a prisão de suspeitos da prática de crimes	
<b>Wilson Gomes de Souza Júnior</b>	<b>66</b>
Segurança institucional e pessoal do juiz de direito no Estado da Bahia: garantia da efetiva prestação jurisdicional	
<b>Isaías Vinícius de Castro Simões</b>	<b>67</b>
Mediação de Conflitos Agrários: uma análise do plano nacional de combate a violência no campo e sua aplicabilidade no Estado Bahia (2012- 2014).	
<b>Márcia Margarida da Silva Martins</b>	<b>69</b>
O adolescente pobre e o envolvimento com o tráfico de drogas em Salvador-BA.	
<b>Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo</b>	<b>70</b>
A formação profissional dos soldados em direitos humanos na polícia militar da Bahia: integralização entre a educação institucional e a conveniada	
<b>Anilma Rosa Costa Oliveira Ribeiro</b>	<b>71</b>
Apropriação dos espaços de interação social e criminalidade no bairro do Nordeste DE Amaralina – Salvador/BA	
<b>Fernando Caria Leal Neto</b>	<b>72</b>
Núcleo de polícia restaurativa: em busca de um caminho transformativo na resolução de conflitos penais.	
<b>Rafael Oliveira Santos Araújo,.</b>	<b>73</b>
Tráfico para fim de Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes: Análise da rede de enfrentamento do Estado da Bahia	
<b>Tuany Sande Cardoso</b>	<b>74</b>
Conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz: o caso do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos	
<b>Antônio Deiró França</b>	<b>75</b>
Violência letal na cidade de Salvador-BA: uma análise da gestão das informações criminais produzidas pelo sistema de defesa social	
<b>Rubenilton Matos Andrade</b>	<b>76</b>
As atividades do CBMBA: Uma nova proposta de interiorização	
<b>José Ribeiro Braga Neto</b>	<b>77</b>
A Identificação do Suspeito pela Polícia de Salvador – Bahia: Uma abordagem técnica ou estereotipada?	
<b>Carlos Henrique Reira Melo</b>	<b>79</b>
Gestão de Riscos na Segurança Universitária: uma abordagem na Universidade Federal da Bahia - Campus Ondina.	
<b>Augusto César Miranda Magnavita.</b>	<b>80</b>
Representações Sociais do Auto de Resistência para os Policiais Militares das Companhias Independentes de Policiamento Tático – CIPT/RONDESP	
<b>André Vinício Sales dos Santos</b>	<b>81</b>
A eficácia da aplicabilidade dos meios consensuais de resolução de conflitos no policiamento comunitário	
<b>Carlos Alberto Miranda Santos</b>	<b>82</b>
Análises das veiculações sobre polícia comunitária no site da secretaria de segurança pública do estado da Bahia	
<b>César de Sá Pacheco</b>	<b>83</b>
A mediação escolar como experiência preventiva e de redução da violência: a vivência do observatório da pacificação social da Universidade Federal da Bahia	
<b>Maria Victória Braz Borja Rodrigues</b>	<b>84</b>
Reestruturação e interiorização do Departamento de Polícia Técnica da Bahia: estudo de caso da Coordenadoria Regional de Jacobina-BA (2005-2015)	
<b>Valmir Lacerda Cardoso Jr</b>	<b>85</b>
Análise da política pública Pacto Pela Vida implementada no Estado da Bahia: um foco na redução dos crimes violentos letais intencionais	
<b>Luiz Cláudio Xavier de Freitas</b>	<b>87</b>
Um Olhar Feminino: atuação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Salvador/Bahia	
<b>Ronilza Andrade Passos Sobrinha</b>	<b>88</b>
Conselho Comunitário de Segurança como espaço de concretização da cidadania soteropolitana	
<b>Daniela Brito Coelho Moreira Barreto</b>	<b>89</b>



Abordagens policiais no município de Euclides da Cunha/BA: a discricionariedade no preenchimento dos requisitos legais e no registro das ações	90
<b>Ernesto Cabral de Medeiros</b>	
Modelo de controle interno para o Ministério Público do Estado da Bahia	91
<b>Karina Simas de Salles Leão</b>	
Escolas públicas na cidade de Salvador e a reinserção dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no ano de 2016.	92
<b>Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes</b>	
A viabilidade do controle judicial no sistema prisional baiano com base no custo da prisão	93
<b>Michelle Quadros D' Almeida</b>	
Tráfico de drogas ou porte para consumo próprio? “De Cara” Com o Ministério Público da Bahia	94
<b>Saulo Murilo de Oliveira Mattos..</b>	
Percepções dos Promotores e Procuradores de Justiça da Capital Baiana a Respeito da Discricionariedade Policial	95
<b>Tiago Ávila de Souza</b>	
Ministério Público e Violência Policial entre 2013 e 2016 na Comarca de Santo Antônio de Jesus-BA.	96
<b>Anderson Mascarenhas Santos</b>	
Crise da Democracia Representativa: há antídoto para a <i>partitocracia</i> no Brasil?	97
<b>Marco Aurélio Nascimento Amado</b>	
O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público do Estado da Bahia nos anos de 2014 e 2015.	98
<b>Gilberto Costa de Amorim Júnior</b>	
A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis	99
<b>Jader Santos Alves</b>	
A percepção de membros da polícia militar acerca da relação entre segurança pública, os direitos fundamentais e o uso da força letal	100
<b>Luís Alberto Vasconcelos Pereira</b>	
Delinquência Juvenil e a criminalidade adulta: uma análise à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.	101
<b>Aldo André Barros Góes</b>	
“Quem Protege Nossas Vidas?” A percepção das mulheres vítimas de violência doméstica sobre a atuação do Sistema de Justiça e de Segurança Pública - Comarca de Salvador/Ba	102
<b>Sara Gama Sampaio</b>	
Visões para além dos muros: uma intervenção para a redução do estigma em pessoas privadas de liberdade no conjunto penal de Teixeira de Freitas – Ba.	103
<b>José Dutra de Lima Júnior</b>	
Comitê interinstitucional de segurança pública: é possível uma atuação integrada do estado e sociedade para a redução de violências?	104
<b>Gilber Santos de Oliveira</b>	
Os reflexos da governança do sistema de justiça criminal a partir da repressão penal nas medidas de redução de riscos e danos decorrentes do uso de drogas ilícitas.	105
<b>Marjorie da Silva Ribeiro Souza</b>	
Uso da força física por policiais militares no controle, enfrentamento e prevenção do crime: um estudo na cidade de Serrinha	106
<b>José Alisson Oliveira Fagundes</b>	
O Uso Abusivo de Drogas Ilícitas: um Estudo Exploratório sobre Determinantes Sociais em Policiais Militares do Estado da Bahia	108
<b>Dina de Jesus Santos</b>	
Proposta de Capacitação Profissional promovida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Maranhão para recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Imperatriz/Ma	109
<b>Felipe Freitas Zenkner</b>	
Criminalística em perspectiva autocrítica: avaliação de peritos criminais federais que atuaram no caso mensalão sobre a admissibilidade da prova contábil-financeira na ação penal	110
<b>Adilson Carvalho Silva</b>	
Delegacias de Proteção Ambiental e os Crimes Ambientais no Estado da Bahia: Análise entre 2014 e 2015	111
<b>Fernando Antônio Bahia da Costa</b>	
A mediação de conflitos e a sua aplicação no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	112
<b>Laércio da Silva Assunção</b>	
Vulnerabilidade, juventude e criminalidade: o caso dos Estado de Sergipe	113
<b>Natália Pereira Dalto dos Santos</b>	
Democracia, Accountability e Organismos Policiais no Brasil: um estudo de caso sobre a evolução institucional da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia	114
<b>Márcio Rios Lima Silva</b>	
Atendimento a mulheres em situação de violência: atuação e ponto de vista de policiais militares	115
<b>Alcilene Coutinho Ramos</b>	

Possibilidades e dilemas de ação coletiva no âmbito do Comitê Executivo do Pacto pela Vida na Bahia: a visão dos stakeholders	116
<b>André Luís Marinho Sampaio</b>	
Segurança pública e justiça restaurativa: representações sociais sobre mediação penal entre os delegados de polícia	117
<b>Flora Deane Santos Ribeiro</b>	
A gestão de projetos apoiando a polícia federal nos grandes eventos: um estudo de caso	118
<b>Tracema Gonçalves de Alencar</b>	
Implementação de estratégias de segurança: um estudo sobre a Base Comunitária de Segurança Nova Cidade/Vitória da Conquista (BA)	119
<b>Jônatas Oliveira dos Santos</b>	
Análises do programa cerrado do Governo do Estado da Bahia: premissas da educação ambiental na prevenção e combate a incêndios florestais	120
<b>Gabriel Garcia de Oliveira</b>	
Bandido bom é bandido morto: as representações sociais dos policiais militares sobre os autores de delito e o sistema de justiça criminal	121
<b>Alexsandro de Oliveira e Silva</b>	
Infrações Disciplinares de Servidores do Departamento de Política Técnica da Bahia: magnitude e fatores associados	122
<b>Antonio César Morant Braid</b>	
Força Policial: uma análise sobre a percepção dos diferentes atores da PMBA em relação às contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos	123
<b>Nivaldo Góes Oliva Júnior</b>	
Isolamento, Preservação de Local de Crime e Utilização do exame de DNA na identificação Criminal: Uma proposta de padronização para o Estado do Tocantins/TO	124
<b>Wanderson Santana Rocha</b>	
Saúde na prisão: discursos e práticas de homens privados de liberdade sobre a produção de cuidado à saúde ofertada em uma instituição penal do estado da Bahia	125
<b>Igor Mota</b>	
<b>Índice Autores</b>	126
<b>Índice Orientadores</b>	130
<b>Índice Membros Bancas</b>	131



## Apresentação

---

O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PROGESP), sediado na Escola de Administração (EAUFBA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apresenta na publicação deste Caderno de Resumos a produção intelectual dos egressos das turmas do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC) do período de 2010 à 2018. Esta iniciativa representa o compromisso da universidade com a disseminação do conhecimento e expressa o interesse do PROGESP pela interação entre o mundo acadêmico e as diversas instâncias do Sistema de Segurança Pública e Justiça.

O MPSPJC é um projeto inovador de caráter multidisciplinar e está estruturado em três linhas de pesquisas: (1) Políticas e Gestão em Segurança Pública; (2) Direitos Humanos e Cidadania; (3) Criminalidade e Vitimização. Seu currículo fundamenta-se nas orientações contidas na Matriz Curricular Nacional em Segurança Pública e nos resultados de pesquisas empreendidas nesta área por grupos de pesquisa ligados à UFBA. O mestrado assume como valores estratégicos a indissociabilidade entre Segurança Pública e Justiça Criminal e o compromisso com a mudança de conceitos e práticas visualizando desdobramentos para a redução dos índices de violência e criminalidade que alarmam o país.

Junto a isso, adota uma perspectiva democrática que compreende a participação de vários atores institucionais na composição de seu corpo docente. Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica, Corpo de Bombeiro, Guarda Municipal, Poder Judiciário - juízes, magistrados, promotores e procuradores; funcionários do Sistema Prisional, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, além de pessoas interessadas oriundas da sociedade civil que podem ingressar no mestrado através das vagas gratuitas e universais, compõem o público beneficiado do programa. Desse modo, pode-se afirmar que o perfil dos alunos das turmas do mestrado reflete a diversidade institucional e espelha o universo dos órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil. O aperfeiçoamento destes profissionais orienta-se pela expectativa em propiciar uma formação qualificada com a qual possa atender as exigências práticas exigidas pela área.

O Caderno está estruturado em quatro partes, cada parte representando uma turma e os respectivos resumos de suas dissertações. A primeira e a quarta turma foram

a dos profissionais dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública (SSP/BA), integradas pela Polícia Militar da Bahia (PMBA), Polícia Civil (PCBA), Polícia Técnica (PTBA) e Corpo de Bombeiros (CBM-BA). A segunda e a terceira turma foram a do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). A quinta turma, por sua vez, contemplou os profissionais do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA). Por último, a sexta turma foi composta por profissionais que ingressaram via Vagas Universais.

Os impactos científicos do MPSPJC/PROGESP podem ser considerados mediante resultados e contribuições das pesquisas, sedimentadas nas dissertações e aqui indicadas pelos seus resumos, produzidas pelo corpo discente. Nesta publicação, constam 109 trabalhos<sup>1</sup>. Destes 19 são da turma 01 (SSPBA), 20 da turma 02 (TJBA), 16 da turma 03 (TJBA), 18 da turma 04 (SSPBA), 18 da turma 05 (MPBA) e 18 da turma 06 (Vagas Universais). A distribuição entre as linhas de pesquisa do programa segue com 58 dissertações enquadradas em Políticas e Gestão em Segurança Pública, 38 em Direitos Humanos e Cidadania e, por fim, 13 em Criminalidade e Vitimização. O maior número na primeira linha, ao nosso ver, é um indicativo do caráter prático do curso e das possibilidades abertas, pela formação, de intervenção no campo laboral da implementação de políticas de segurança, principalmente pela SSPBA, cujas duas turmas tiveram o maior número de trabalhos nesta diretriz. Nesse sentido, as iniciativas de investigação conjunta entre profissionais ligados à área de segurança pública e professores proporcionou o desenvolvimento de métodos de análise, difusão de novos modelos de gestão e formas de atuação que contribuíram para a redução do isolamento da esfera de segurança pública em relação ao ambiente social e às demandas e expectativas dos cidadãos. O conhecimento que os egressos adquiriram certamente contribui na melhoria nas agências de controle social, permite o aumento da confiança nas instituições e viabiliza a ampliação da cidadania, base capilar da consolidação democrática.

Portanto, o MPSPJC/PROGESP insere-se socialmente na medida em que seus egressos retornam as suas instituições de origem com a compreensão de seu papel junto a sociedade, munidos das competências cognitivas, operativas e atitudinais necessárias a atividade de segurança pública conforme as exigências normativas do Estado Democrático de Direito. Deste modo, nosso programa fornece uma formação ética e

---

<sup>1</sup>Número sujeito a alteração a partir da atualização dos dados de entrega da versão final da dissertação por parte dos egressos que defenderam recentemente.

científica que cria condições para que esses profissionais possam pôr em prática o empreendimento da segurança pública como exercício de cidadania, nossa principal crença e valor.<sup>2</sup>

**Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública  
Vice-Coordenadora do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania

---

<sup>2</sup> Na sua trajetória histórica o PROGESP participou na primeira fase do projeto de modernização da Polícia Militar da Bahia, mediante convênio estabelecido entre PMBA e UFBA. Porém, os resumos aqui apresentados centram-se no mestrado e por isso não inclui as informações relativas à produção técnica e tecnológica desse convênio.



**OLIVEIRA, Adauto Sena. Avaliação de desempenho na Polícia Militar da Bahia: uma proposta.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão de Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Maria Salete Souza de Amorim

DATA DE DEFESA: 30 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Maria Salete Souza de Amorim

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço

**Resumo:**

O contexto atual de segurança pública é debatido diariamente nos meios de comunicação como um dos principais problemas da sociedade, que cobra dos órgãos responsáveis ações concretas e diferenciadas para resolver tal situação. Para tanto, a avaliação de desempenho é apontada como uma ferramenta viável para auxiliar a administração da Polícia Militar da Bahia a melhorar o trabalho operacional. O presente trabalho teve como escopo desenvolver um modelo de avaliação de desempenho policial operacional com os objetivos de estudar a avaliação de desempenho e sua aplicação na Polícia Militar da Bahia, além de estabelecer critérios objetivos de desempenho para avaliar policiais militares na atividade operacional. Fez-se uma pesquisa bibliográfica exploratória apoiada no método de abordagem hipotético-dedutivo, com dados coletados via documentação direta extensiva, por meio de formulários de registro das ações policiais. Utilizou-se o método de procedimento experimental com pesquisa de natureza aplicada, de abordagem quantitativa, com o trabalho caracterizando-se como um projeto de intervenção. Buscou-se assentar a pesquisa num referencial teórico focado nos conceitos envolvidos na avaliação de desempenho e sua utilização nas organizações públicas. Obteve-se como resultados a impropriedade da utilização de índices criminais como critério de desempenho, daí foram excluídos os registros de ocorrências criminais. A interpelação de pessoas como critério de desempenho seria impertinente, dado que estimula a abordagem indiscriminada, ferindo a presunção de inocência e invertendo a lógica constitucional. Identificou-se lacunas no preenchimento dos relatórios de desempenho como omissões que geram subnotificação ou possível inflação de dados. Por outro lado, a avaliação, aliada a oferta de bônus por bom desempenho, contribuiu para o aumento de mais de 16% na produtividade dos policiais. Concluiu-se que o modelo de avaliação proposto é viável, dado que ficou comprovado que a avaliação do desempenho contribui para ampliar o trabalho policial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração pública; Avaliação de desempenho operacional; Polícia Militar da Bahia.

**SANTOS, Ana Cláudia Maria dos. A interseção entre saúde e segurança pública: um estudo sobre prevenção, reabilitação e reinserção de policiais militares adictos.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR(A): Geraldo Ramos Soares

DATA DE DEFESA: 5 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof. Dr. Joviniano Soares de Carvalho Neto

Prof. Dr. Ceci Vilar Noronha

**Resumo:**

Este estudo tem por objetivo conhecer as metodologias adotadas pelas polícias militares de outros estados brasileiros, que podem ser adotadas para fortalecer as práticas desenvolvidas pela Polícia Militar da Bahia (PMBA) na prevenção, reabilitação e reinserção do policial militar adicto em sua vida laboral, familiar e social. Trata-se de um estudo qualitativo, tomando como percurso os atendimentos realizados pelo Serviço de Valorização Profissional (SEVAP) da PMBA, para conhecer como se expressa o fenômeno da drogadição na saúde dos policiais militares. Envolve a discussão sobre a segurança pública e a saúde do trabalhador, discutindo a questão da dependência química e a importância de cuidar do policial militar por ser este um cuidador da sociedade. Reflete sobre a maneira como a instituição concebe o fenômeno da dependência química, haja vista que tais concepções parecem oscilar entre o paradigma da doença e do desvio de conduta. A metodologia adotada envolveu a pesquisa de campo, cujos instrumentos para coleta de dados foram entrevistas abertas e observação participante. Para cumprir com os objetivos propostos adotou-se o método autoetnográfico, escolhido por ser o mais adequado ao contexto, propiciando um contato intersubjetivo com o objeto de estudo. Pois, na condição de policial militar, a pesquisadora tem acesso natural ao ambiente da pesquisa e dele participa. A pesquisa de campo se deu no SEVAP da PMBA, no Centro de Assistência Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo e no Centro de Assistência ao Pessoal do Distrito Federal. Constatou-se que grande parte dos estados brasileiros adota políticas preventivas e de reinserção do policial militar adicto na perspectiva biopsicossocial, evidenciando que a PMBA encontra-se bastante atrasada diante da estrutura encontrada nos demais estados. Tal quadro expressa a necessidade de implementação de uma Comunidade Terapêutica, objetivando prevenir, tratar e reinserir o Policial Militar em suas relações cotidianas, familiares e laborativas, oferecendo-lhes condição biopsicossocial para uma melhor prestação de serviço em segurança pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Policial Militar; Serviço de Valorização Profissional; Drogadição; Saúde do Trabalhador.

**PAIM, Ana Virgínia Cavalcante. A DEAM e as mulheres: uma análise das expectativas das vítimas de violência infligida por parceiro íntimo.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR(A): Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 11 de outubro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Selma Pereira de Santana

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

**Resumo:**

O presente estudo busca compreender as expectativas das mulheres vítimas de violência infligida por parceiro íntimo, quando escolhem registrar ocorrência policial na Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM), bem como a experiência daquelas mulheres que optam por outra solução para a questão. A pesquisa proporciona a compreensão das racionalidades externadas pelas mulheres, discutindo a relação entre estas e a proposta estatal de resolução da violência conjugal disponibilizada pela DEAM, com supedâneo na legislação em vigor. Buscou-se abordar essa tensão através de uma discussão teórica sobre os conceitos de violência, violência doméstica, de gênero e violência infligida por parceiro íntimo, sendo este último conceito aquele mantido para o estudo. A violência infligida por parceiro íntimo aqui é explicitada como um fenômeno histórico-cultural, externado por homens e dirigido às suas parceiras, calcada em estereótipos de uma suposta “superioridade” masculina, refletindo, por conseguinte, a estruturação hierarquizada da sociedade. Dentro deste contexto, impõe-se a compreensão da contribuição do feminismo para conferir visibilidade à violência infligida por parceiro íntimo e a proposta deste movimento para a resolução desta forma de violência. A partir do feminismo, buscou-se abordar as discussões teóricas em duas perspectivas, sendo a primeira em sintonia com a Racionalidade Penal Moderna, e outra uma proposta alternativa e não criminalizante, lastreada nas expectativas de algumas vítimas de violência conjugal. Neste contexto, tratando-se de uma pesquisa de caráter exploratório, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, numa abordagem metodológica qualitativa. Em seguida foram construídas categorias temáticas e destas emergiram hipóteses teóricas. As hipóteses teóricas refletem o resultado de algumas possibilidades de resolução da violência conjugal a partir das expectativas das mulheres. Por fim, concluiu-se que a mulher não pode mais ser compreendida a partir de um pretense sujeito universal que ignora outras perspectivas, ao contrário, é um sujeito plural, heterogêneo, a quem deveriam ser oferecidas respostas institucionais adequadas às suas necessidades, de forma individualizada e, portanto, construídas a partir da diversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Violência infligida por parceiro íntimo; Feminismo; Expectativa das mulheres.



**OLIVEIRA, André Abreu de. A experiência da base comunitária de segurança do Calabar e seu impacto nos índices de criminalidade.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão de Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Márcia Esteves de Calazans

DATA DE DEFESA: 20 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Márcia Esteves de Calazans

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Mari Aparecida Bortoli

**Resumo:**

O presente estudo consiste na análise do impacto da Base Comunitária de Segurança do bairro do Calabar, em Salvador, nos índices de criminalidade daquela localidade. Essa unidade é definida como um instrumento de policiamento comunitário e tem por objetivo promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas. Desse modo, a pesquisa, do tipo exploratória quanto ao seu objetivo, concentrou-se em uma avaliação de resultado. Buscou, assim, identificar e medir o impacto do projeto da Base Comunitária de Segurança, inaugurada em 27 de abril de 2011, especificamente nas taxas criminais do bairro onde foi implantado. Para tanto, através de uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentou-se em uma tripla perspectiva: a avaliação dos dados oficiais sobre ocorrências criminais na localidade estudada, a percepção da comunidade acerca da criminalidade no bairro e a visão dos policiais militares da Base sobre o fenômeno criminal local. No caso dos dados estatísticos oficiais, compararam-se períodos anteriores e posteriores à implantação da Base Comunitária, consistente nos anos de 2010, 2011 e 2012. Nesse ponto, houve uma limitação em relação aos delitos pesquisados, isto porque, até 2012, não existia uma catalogação por bairro da maioria das ocorrências criminais. Na comunidade, pesquisou-se a visão dos moradores e demais integrantes quanto à criminalidade, levando-se em consideração o antes e o depois da Base. Já por parte dos policiais militares da unidade, buscou-se averiguar a percepção deles a respeito da incidência criminal no bairro, considerando-se o cenário inicial e os momentos posteriores à chegada da Base. Dessa maneira, o foco do resultado recaiu na criminalidade, entendendo-se esta, para fins da pesquisa, como o conjunto de práticas de condutas previstas nas leis penais vigentes como crime ou contravenção penal. Nesse contexto, a região examinada, antes da instalação da Base Comunitária de Segurança, era dominada por grupos de criminosos ligados ao tráfico de drogas. Eram recorrentes, ainda, conflitos armados entre facções rivais que objetivavam liderar o tráfico de drogas no local, o que interferia na liberdade de locomoção dos integrantes da comunidade. Constatou-se, pois, uma modificação nessa realidade anterior, verificando-se uma melhoria na livre locomoção dos integrantes do bairro e uma diminuição no medo do crime. Percebeu-se, também, uma redução dos crimes de homicídio consumado e tentado na região, com base nos dados oficiais, porém as taxas desses delitos já se encontravam baixas antes da instalação da BCS do Calabar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Base Comunitária de Segurança; Criminalidade; Policiamento comunitário; Segurança pública.

**SILVA, André Ricardo Guimarães da. Uma análise da Portaria 106-CG/12 e do policiamento comunitário desenvolvido nas bases comunitárias instaladas no Nordeste de Amaralina, em confronto com os critérios identificadores do Sistema Koban.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2014. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão de Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 10 de fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

**Resumo:**

Os índices de violência têm atingido uma altura alarmante acirrando as discussões acerca do tema e da adoção de medidas por parte do poder público. Os diversos sistemas de defesa passaram a utilizar estratégias diversas para a minimização dos índices de violência, de acordo com as experiências obtidas na evolução das suas estruturas institucionais. Entre tais estratégias, encontra-se o policiamento comunitário baseado no sistema Koban japonês. No Brasil, o estado da Bahia se encontra em plena execução do Programa Pacto Pela Vida, que preconiza a implantação das Bases Comunitárias de Segurança como estratégia de policiamento comunitário, voltada para as localidades que apresentam índices de violência preocupantes. O objetivo deste trabalho foi verificar se o modelo de gestão de segurança pública adotada pelas Bases Comunitárias de Segurança de Salvador-BA atende às determinações teórico-científicas estabelecidas pelo sistema Koban. Assim, buscou-se estudar a evolução e os conceitos da polícia comunitária, descrever a filosofia de polícia comunitária baseada no sistema Koban, analisar a Portaria 106/CG-12 à luz dos critérios propostos pelo sistema Koban e verificar o modelo de gestão de segurança pública adotada pelas Bases Comunitárias de Segurança de Salvador-BA. A metodologia utilizada se baseou no método dedutivo, tendo caráter descritivo. Realizou-se um estudo transversal fundamentado pelas pesquisas: bibliográfica e de campo, esta última tendo por instrumento de coleta de dados o questionário estruturado fechado. A pesquisa permitiu concluir que, a partir da análise da Portaria 106/CG-12, pode-se afirmar que os critérios esperados pela filosofia em estudo foram adequadamente contemplados, revelando que a PMBA reproduziu no referido documento a fundamentação teórica proposta no Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema Koban, conforme estatuído no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Todavia, ficou evidente, também, que os policiais militares empregados no policiamento comunitário não aplicam, na sua prática cotidiana, os critérios identificadores da filosofia Koban, o que revelou a necessidade de uma ação da PMBA no sentido de realinhar a atuação dos policiais militares das BCS, o que pode ser realizado por meio de um plano de capacitação do efetivo, buscando-se reafirmar que o Sistema Koban, como filosofia de polícia comunitária, deve ser reproduzido na prática profissional cotidiana dos policiais militares, sob pena de descaracterização da atuação diferenciada que se espera dessas unidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estratégias; Policiamento Comunitário; Bases Comunitárias de Segurança; Koban.

**REIS, Eliete das Neves. A base comunitária de segurança e a comunidade do Calabar.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão de Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Joviniano Soares de Carvalho Neto.

DATA DE DEFESA: 5 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Joviniano Soares de Carvalho Neto

Prof.(a). Dra Mariângela Nascimento

Prof.(a). Dra Maria do Saete Amorim

**Resumo:**

Muitas experiências e ações vêm sendo tentadas no intuito de controlar e reduzir os indicadores criminais, porém todas se resumem na forma reativa ou proativa e tendem a causar sequelas em relação à sensação de segurança, pois pouco se exercita nelas, o contato dos policiais com a comunidade. Além disso, nem sempre há satisfação do cidadão em relação ao atendimento dispensado pela polícia, o que demanda da instituição policial o desenvolvimento de ferramentas e a aplicação de métodos que permitam aferir resultados em relação à qualidade do atendimento. O presente trabalho buscou analisar a Base Comunitária de Segurança no Calabar (BCS/Calabar) inserida numa concepção criminológica, descrevendo o processo de implantação da Base no bairro e sua atuação na comunidade. Para tanto, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Nesta última, foram empregados como instrumentos de coleta de dados o questionário estruturado e a entrevista. Assim, após definir o conceito de crime como fenômeno social por meio de breve visão evolutiva, apresenta o policiamento comunitário, como solução para a criminalidade. Discorrendo sobre sua filosofia e estratégia, pontuou-se a evolução das instituições militares, colocando o policiamento comunitário, que é a modalidade de policiamento utilizada na BCS, como solução viável para redução dos índices de violência. Tudo isso, mais a avaliação dos dois anos de implantação da BCS/Calabar, permitiu concluir que apesar das dificuldades e problemas encontrados, tanto a filosofia, quanto a execução do policiamento comunitário, possibilitaram o avanço dos direitos humanos na área. Não só porque o direito à vida, à segurança, à liberdade, à liberdade de locomoção são direitos humanos, mas também porque a BCS permitiu um diálogo menos assimétrico, desmitificando pouco a pouco a imagem de uma Polícia Militar truculenta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Direitos Humanos; Segurança Pública-Salvador.

**COSTA, Evanira Santos da. Poder discricionário na cultura policial: um olhar sobre as práticas do policiamento ostensivo, na região atlântica da cidade do Salvador.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão de Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Ivone Freire Costa.

DATA DE DEFESA: 5 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra Maria do Saete Amorim

Prof. Dr. Rodrigo Ladeira

***Resumo:***

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre critérios de seleção de alternativas de curso de ação, em práticas de policiamento ostensivo, na Polícia Militar da Bahia. Trata-se de um estudo qualitativo, tomando como percurso o ponto de vista das praças, sobre suas próprias práticas. Envolve a discussão sobre a amplitude do processo decisório entre a adoção do poder discricionário e a aplicação da lei, aliado aos critérios de escolha adotados pelo policial no exercício de seu trabalho, na região atlântica da cidade do Salvador. A metodologia adotada envolveu a pesquisa de campo, cujos instrumentos para coleta de dados foram entrevistas em profundidade e observação participante. Constatou-se que os critérios de escolha adotados pelo policial militar, geralmente estão pautados em elementos discriminatórios como cor da pele, tatuagem, modo de andar, entre outros critérios que, além de reforçarem a exclusão social, distanciam ainda mais a polícia do seu público, comprometendo a alteridade e a confiança da população nesta Instituição. Tal quadro expressa a necessidade de sensibilizar os policiais militares para uma cultura policial pautada num conceito democrático, portanto, cidadão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura policial; Poder discricionário; Policiamento ostensivo; exclusão social.

**ADAN, Adailton de Souza. A análise criminal e a criminologia ambiental no processo de construção de políticas públicas de segurança na Bahia: estudo de caso na cidade de Simões Filho.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão de Segurança Pública

ORIENTADOR(A): João Apolinário da Silva

DATA DE DEFESA: 18 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra Maria do Saete Amorim

Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes

**Resumo:**

A segurança pública vem sendo discutida em diversas esferas da sociedade brasileira, e, nessas discussões, a Bahia e, em contexto, o município de Simões Filho, tem se destacado por conta dos elevados índices da violência urbana e rural. Há vários anos a criminalidade vem evoluindo nestes locais tornando necessário que suas peculiaridades sejam entendidas mediante o uso das tecnologias disponíveis para que se possa, daí, apresentar planos para a otimização da investigação policial dos crimes ali praticados. Acreditando-se que o emprego da inteligência, de tecnologias, do investimento em capacitação de pessoal e da utilização do Geoprocessamento Criminal, podem ajudar a entender os fenômenos que contribuem para a violência e criminalidade, objetivou-se com este trabalho avaliar de que forma o meio ambiente influencia na criminalidade em Simões Filho-BA. Assim, adotou-se o método hipotético dedutivo, buscando-se alcançar os objetivos deste trabalho por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória, transversal e descritiva, baseada na revisão bibliográfica, desenvolvendo-se um estudo de caso. A pesquisa permitiu concluir que a geografia, a arquitetura, a distribuição espacial dos habitantes, dentre outros fatores aqui mencionados, contribuem para que o crime ocorra com frequência na cidade estudada, onde, além dos inúmeros crimes que vitimizam moradores locais, muitas pessoas de outros locais ou são ali executadas, ou tem seus corpos trazidos ali para serem desovados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente; Influência; Criminalidade; Simões Filho; Bahia.

**COSTA, Celia Maria Miranda. Polícia civil e as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública: contribuição para a gestão de pessoas.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR(A): Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 24 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ivone Freire Costa

Prof<sup>ª</sup>. M.e. Iêda Matos Freire de Carvalho (co-orientadora)

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nívea Maria Fraga Rocha

Prof. M.e. Valdomiro Ferreira Santana Filho

**Resumo:**

O texto base da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (I CONSEG) dedicou um de seus eixos aos profissionais de segurança pública ressaltando a necessidade de investimentos na formação, qualificação e melhoria das condições de trabalho destes profissionais, com vistas a contribuir para a modernização das instituições da área de segurança pública, a recuperação da confiança da população, o aprimoramento e a qualidade do trabalho policial e a redução dos riscos cotidianos aos quais estes profissionais estão submetidos. Em 2010, foram criadas as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, buscando garantir os direitos fundamentais e a participação cidadã nas relações internas das organizações de segurança pública. Este estudo procurou mostrar como as Diretrizes Nacionais estão sendo implantadas no âmbito da Polícia Civil da Bahia e quais suas contribuições no desenvolvimento da Gestão de Pessoas. Para verificar cientificamente esta idéia, realizou-se um estudo de caso na Secretaria de Segurança Pública e na Polícia Civil da Bahia, analisaram-se qualitativamente as ações empreendidas por estas organizações, o que tornou possível confirmar em parte a idéia de que mudanças estruturais estão sendo realizadas apenas na Secretaria da Segurança para atender as Diretrizes, contribuindo para a Gestão de Pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia; Segurança Pública; Gestão de Pessoas; Direitos Humanos.

**HUMILDES, Joildo Souza dos. Tutela constitucional da segurança pública no bairro do Calabar: processo de implantação e funcionamento do pacto pela vida e suas implicações para a redução da criminalidade e das violências.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013. (Dissertação de Mestrado)

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Clovis Roberto Zimmermann

DATA DE DEFESA: 18 de Setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Clovis Roberto Zimmermann

Prof.(a). Dra Maria do Saete Amorim

Prof.(a). Dra Artemisa Odila Cande Monteiro

**Resumo:**

Este trabalho buscou analisar quais as implicações para a redução da criminalidade e das violências no bairro do Calabar com a implantação do Pacto Pela Vida. No que tange à metodologia empregada, lançou-se mão do método qualitativo uma vez que é mais profundo e possibilita um conhecimento detalhado sobre os valores. O objetivo geral do trabalho é analisar quais as implicações para a redução da criminalidade e das violências na comunidade do Calabar com a implantação do Pacto Pela Vida. Os objetivos específicos são: (a) analisar, a partir da visão dos atores sociais do bairro, o grau e tipos de violências e criminalidade existente antes e após a implantação do Pacto Pela Vida no bairro do Calabar; (b) examinar quais fatores foram relevantes para a escolha do bairro do Calabar para implantação da primeira Base Comunitária de Segurança; (c) evidenciar qual o grau de democracia participativa e de engajamento dos diferentes atores sociais no processo de implantação e funcionamento do Pacto pela Vida no Calabar; (d) descobrir quais resultados o Pacto Pela Vida produziu para melhoria da segurança pública no bairro do Calabar. A conclusão do estudo aponta que um Estado Democrático de Direito exige um modelo de Polícia que além de fiscalizar o cumprimento das leis, possa gerar melhoria na qualidade de vida da comunidade, o que serviu de parâmetro para identificar a filosofia de Polícia Comunitária como o modelo de Polícia exigido. Evidenciou-se a gestão integrada e participativa da Segurança Pública como modelo adequado/coerente com o artigo 144 da Constituição Federal e com a implantação de uma Polícia promotora e protetora dos direitos fundamentais. Considerando-se a importância do trabalho conjunto entre Polícia e sociedade local como elemento essencial na identificação das causas geradoras dos riscos ensejadores da violência e da criminalidade, verificou-se a importância da comunidade no processo de implantação da filosofia de Polícia Comunitária. Identificou-se a existência de limites políticos, organizacionais e culturais à implantação da filosofia de Polícia Comunitária como agente permanente de proteção e promoção dos direitos fundamentais na Bahia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Democrático de Direito; Polícia Comunitária; Direitos Fundamentais; Pacto Pela Vida; Segurança Pública.



**MORAES, Zidalva de Souza. Reflexão sobre a conformação da perícia de áudio: um estudo da coordenação de perícias em audiovisuais da polícia técnica da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): João Apolinário da Silva

DATA DE DEFESA: 19 de Setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra Maria do Saete Amorim

Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes

**Resumo:**

Este estudo teve por objetivo realizar uma reflexão sobre o modelo implantado de produção da prova pericial em materiais contendo registros de áudio, na Coordenação de Perícias em Audiovisuais (CPA) do Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP) da Polícia Técnica da Bahia, verificando e analisando os pressupostos fundamentais para a construção do conhecimento técnico-científico, consubstanciado num laudo pericial, como resposta para a demanda proveniente do Sistema de Justiça Criminal, no período de 2007-2012. Nessa direção, a Perícia Criminal ou os órgãos de ciências forenses, que carecem de estudos básicos sobre os processos gerenciais associados a áreas específicas, como a de áudio forense, passará a usufruir de mais um referencial acadêmico elaborado mediante a reflexão sobre os dados e percepções obtidas pelos constituintes do sistema de justiça relacionados com a produção da prova material, os recursos disponíveis para a execução dos exames periciais, o método de trabalho aplicado para cada tipificação pericial, a demanda de solicitações de perícias de áudio da CPA, a demanda de perícias de VL da CPA, laudos concluídos e do tempo de resposta da CPA, ilustrando a conformação do processo produtivo não apenas na referida área, mas nas demais áreas correlatas, proporcionando aos órgãos de Criminalística a possibilidade de construção de um modelo de produção da prova pericial que resulte na melhoria do desempenho no combate a impunidade, pela presença da prova pericial no processo penal e, assim a redução da criminalidade na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminalística; Perícia Oficial; Áudio Forense; Gestão Pública.

**JESUS, Iracema Silva de. A atividade de inteligência policial: qualificando a atuação da polícia judiciária do estado da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Maria Salete de Souza Amorim

DATA DE DEFESA: 19 de Setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Mariângela Moreira Nascimento

Prof. Dr. Paulo Guedes

**Resumo:**

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a importância da Atividade de Inteligência Policial como suporte técnico-operacional à Polícia Civil da Bahia, visando a sua qualificação no desempenho da missão de Polícia Judiciária estadual. Este estudo permitiu descrever o processo de construção histórica da Atividade, seus marcos legais e a evolução dos seus conceitos, que se foi ampliando frente às demandas de uma agenda política e de desenvolvimento, fundamentado no Estado Democrático de Direito, ao aumento da criminalidade, a desestabilização social e a baixa resolutividade de crimes, em nível local. O trabalho se propôs a uma ampla pesquisa temática sobre Atividade de Inteligência, no seu recorte da Inteligência de Segurança Pública, no aspecto da Inteligência Policial a cargo da Polícia Judiciária, visando fornecer um suporte doutrinário que possibilite a criação, pelo núcleo gestor da Instituição, de um novo modelo de atuação policial, orientado pela Inteligência. Pontua-se, ao longo do trabalho, o percurso da Atividade na Secretaria da Segurança Pública do Estado e nas suas Unidades operacionais, os resultados obtidos com a criação da Superintendência de Inteligência vinculada à estrutura da SSP, que inaugurou um novo ciclo de enfrentamento à criminalidade mais complexa, e uma abordagem crítica mais localizada no desempenho atual da Polícia Civil, com perspectivas de intervenção técnica. Os mecanismos e ferramentas da Atividade de Inteligência Policial são abordados na pesquisa, como contribuição que venha a agregar valor na produção de peças, dentro do Inquérito Policial, que instruem com qualidade técnica os processos criminais. O trabalho buscou, também, evidenciar que a Inteligência Policial aperfeiçoa a produção das provas, evitando o erro e as ações intuitivas na operacionalidade policial, o que contribui para uma repressão qualificada, com melhora no índice de elucidação dos delitos, o que reflete na redução da criminalidade e na sensação de medo e insegurança tão presente na sociedade. Destacar a contribuição da Inteligência Policial também nas ações estratégicas permeou esta pesquisa, haja vista que, neste aspecto, ela promove nova feição institucional, valoriza os seus servidores, qualifica com suportes cognitivos e especializados o processo decisório dos gestores, repercutindo na política de segurança pública e na imagem da Polícia Civil junto à sociedade e, em especial, amplia o processo de diálogo pela qualificando dos serviços como resposta aos anseios da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Atividade de Inteligência; Inteligência de Segurança Pública; Inteligência Policial; Polícia Judiciária; Polícia Civil da Bahia; Investigação Policial.

**SOUZA, Jean Silva. A DEAM na Bahia e sua capacitação para enfrentar a violência de gênero, a experiência de Feira de Santana-BA, sob a perspectiva de seus servidores.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2014.

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR(A): Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 28 de maio de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Dequex Araújo da Silva Junior

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

**Resumo:**

Este trabalho apresenta estudo sobre a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), de Feira de Santana-Bahia. O objetivo é verificar se essa DEAM possui capacidade para cumprir as atribuições que lhe foram instituídas legalmente e, caso positivo, avaliar até que ponto essa capacidade influencia, efetivamente, no seu papel social de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. A análise é desenvolvida com base na Norma Técnica de Padronização das DEAMS (NTPD) e na perspectiva de seus servidores sobre a estrutura de atendimento e qualidade dos serviços prestados à comunidade. O estudo foi feito com base em pesquisa quantitativa e qualitativa e fundamentado por pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo mediante entrevistas semiestruturadas e levantamento por inquérito. Foi constatado que a DEAM de Feira de Santana está fora dos padrões estabelecidos pela NTPD e que isso compromete a sua capacidade de exercer a sua função institucional e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de Gênero; Delegacia de Atendimento à Mulher; Normas Técnicas de Padronização; Papel social da DEAM; Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

**ALMEIDA, Lucélia Oliveira. A influência dos pressupostos da teoria da ecologia criminal da Escola de Chicago para a elaboração das ações de segurança pública para o Centro Histórico de Salvador.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Maria Salete de Souza Amorim

DATA DE DEFESA: 22 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Maria Salete de Souza Amorim

Prof.(a). M.e. Cleide Magáli dos Santos

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

Prof.(a). Dra Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Mariana Thorstensen Possas

**Resumo:**

A partir do exame do Plano Integrado de Segurança Pública para o Centro Histórico de Salvador (PISPCHS), construído pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, no ano de 2009, este trabalho visa identificar a relação possível entre o modelo diagnóstico apresentado pelo PISPCHS, com a teoria da Ecologia Criminal da Escola de Chicago. A abordagem metodológica aqui utilizada é a qualitativa e o tipo de pesquisa é a exploratória e documental. Após a análise do PISPCHS, verifica-se que, embora passível de críticas, ainda persiste a ideia de que a desorganização e o debilitamento do controle social formal e informal, encontrados no Centro Histórico de Salvador são os principais responsáveis pelo afastamento cada vez maior de turistas e a pouca, ou nenhuma, frequência dos moradores de Salvador àquele ambiente cultural. Esta pesquisa aponta que são encontrados pressupostos que evidenciam a presença do pensamento teórico da Ecologia Criminal da Escola de Chicago, principalmente os da Ecologia Humana de Robert Park e das Zonas Concêntricas de Ernest Burgess, na essência do Plano Integrado, elaborado por técnicos que desconheciam este referencial teórico. Apesar de ter recebido muitas críticas ao longo dos anos, a tentativa da teoria Ecológica de explicar o fenômeno criminógeno da produção da delinquência nas e pelas grandes cidades, valendo-se dos conceitos de desorganização e contágio inerentes aos modernos núcleos urbanos é utilizada em larga escala para a orientação de trabalhos, não só das políticas de controle da criminalidade, bem como, das políticas de inclusão social no Estado brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública e Planejamento; Escola de Chicago; Segurança Pública e Centro Histórico de Salvador; Teorias criminológicas.

**FERREIRA, Luís Henrique Costa. Cenários do turismo e suas relações com o crime na Capital do Estado da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 03 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof. Dr. Marcus Alban Suarez

**Resumo:**

Este estudo parte do conceito de turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT) com a preocupação de conhecer o cenário que envolve o turista em circunstâncias de crime e de violência, para responder quais os principais aspectos envolvidos nas relações entre turismo e crime. Entende que esta relação é complexa e se constitui em um objeto científico e campo do conhecimento mal definido e que vem requerendo maiores conhecimentos dos elementos compreendidos no conceito de turismo, enquanto uma atividade de política pública, a saber: o turista; os prestadores de serviços; o governo e a comunidade do destino turístico. Para tanto, a opção foi a da escolha da Cidade do Salvador como a comunidade privilegiada; a DELTUR como o governo institucionalizado e o turista porque ele representa o elemento chave para a subsistência da denominada indústria turística. A metodologia quali-quantitativa permitiu as observações dos aspectos definidos na pesquisa e a análise documental rica em dados auxiliou nas constatações sobre a fragilidade do sistema governamental de turismo na Bahia, evidenciando mais uma vez que as questões sobre segurança pública são na maior parte tratadas como exclusivas das polícias civil e militar. O que se conclui de todo o trabalho é que os locais turísticos de Salvador como concebidos e mantidos apresentam o ambiente ecológico e a oportunidade propícia para a ação de delinquentes contra os turistas, reunindo os fatores, ofensor motivado, alvo disponível e ausência de guardiões. O policiamento ostensivo apesar de superior ao da maior parte dos locais da Capital sozinho não solucionara o problema. Nesse contexto o turista estrangeiro surge como alvo mais vulnerável superando em muito o turista doméstico no papel de vítima. A seleção dos criminosos é por presas fáceis e eles agem na maior parte das vezes contra homens e mulheres isolados, são poucas as agressões contra grupos de turistas. A população agressora reside predominantemente nas regiões turísticas, ou nas vizinhanças e os horários e dias de pico das agressões são aqueles nos quais há um significativo número de turista circulando em vias públicas ou fazendo turismo. O envolvimento de turistas como autores de delitos é pequeno e não chega impactar as atividades policiais. O crime contra o patrimônio é o predominante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Turista; Governo; Segurança; Crime.

**ESPÍRITO SANTO, Marcelo Carvalho. O uso da Metodologia de Aprendizagem Baseada em problemas no Curso de Formação de Oficiais: O Caso da Academia de Polícia Militar da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 11 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Júlio César de Sá da Rocha

Prof. Dr. Fábio Periandro de Almeida Hirsch

**Resumo:**

O presente trabalho apresenta o processo de implantação, adequação e operacionalização da metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia (CFOPM/BA), realizado pela Academia de Polícia Militar, e como os alunos-oficiais PM (AL OF PM) das turmas formadas nos anos de 2011 e 2012, avaliam a contribuição da mencionada metodologia para o desenvolvimento da sua aprendizagem. A formação policial visa qualificar os profissionais de segurança pública para atuar nas funções administrativas, operacionais e educacionais (eixo técnico) no cargo de Aspirante-aoficial (estágio probatório) e Tenente PM no contexto atual da sociedade moderna. Tal desiderato exige respeito aos direitos individuais e coletivos e a dignidade da pessoa humana no convívio com o cidadão, assim como, capacidade de negociação e mediação comunitária e intermediação de conflitos sociais. Através de referenciais teórico-metodológicos de autores como Anthony Giddens (modernização reflexiva), Donald Schon (educando o profissional reflexivo), David Bayley (Padrões de policiamento), Dominique Monjardet (O que faz a Polícia) e Paulo Freire (pedagogia da autonomia e pedagogia do oprimido), buscar-se-á a compreensão dos desafios demandados para a formação, a verificação da eficiência, eficácia e efetividade da metodologia em possibilitar o desenvolvimento de competências (conhecimento, habilidades e atitudes), tais como: autonomia, tomada de decisão, trabalho em equipes e mediar conflitos. A avaliação da metodologia pelos sujeitos de aprendizagem, com a observância das dimensões temporais destes: passado (ingresso, recepção e permanência no curso), presente (estágio atual de atuação profissional na unidade que serve como Tenente PM ou Aspirante PM) e futuro (projeção dos desafios e capacidades de atuação como Capitão PM).

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo; Educação e Formação Policial.

**TEIXEIRA, Maria Aparecida Vieira. Tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual na Bahia: um novo olhar sobre as rodovias.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR(A): Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 11 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Júlio César de Sá da Rocha

Prof.(a). Sônia Cristina Lima Chaves

**Resumo:**

O Objetivo dessa dissertação de mestrado foi analisar as políticas, planos, programas e diretrizes existentes sobre o tráfico interno de pessoas para fins sexuais nas rodovias baianas; traçar o perfil dos atores sociais envolvidos na questão desse tráfico, obtendo suas percepções; além de diagnosticar de que forma a Polícia Militar da Bahia tem enfrentado o crime nas rodovias estaduais, sob responsabilidade do Batalhão de Polícia Rodoviária. Enfim, esse estudo propõe ações de enfrentamento do crime pelas polícias rodoviárias dos estados. O Tráfico de Pessoas é um crime que viola os direitos humanos, retirando das suas vítimas a dignidade, a liberdade e os sonhos. Pode ocorrer nas modalidades de exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, de trabalhos ou serviços forçados, da escravatura ou práticas similares à escravatura, da servidão ou remoção de órgãos, podendo ocorrer no âmbito internacional e internamente. Seu enfrentamento vem se tornando uma prioridade e um desafio para os Estados e, internamente, precisa ser enfrentado pelas polícias dos estados, sob pena da não efetivação da Política Nacional. O estudo mostrou que diversos esforços têm sido feitos em nível federal e estadual, inclusive mobilizações sociais para alerta sobre a questão, muito embora ainda exista necessidade de mudanças da legislação pátria que trata do crime e de banco de dados para acesso dos órgãos. Também, verificou-se a ausência de ações de enfrentamento específicas pelas polícias, especialmente em âmbito interno e na Bahia, e comunicação entre a rede de proteção. Foi clara a falta de um Plano Operacional de enfrentamento pelo Batalhão de Polícia Rodoviária da Bahia que requer para uma atuação eficiente de seus policiais, capacitação permanente de seu efetivo e Protocolo de Procedimentos delineado. O ponto central da pesquisa foi saber como a Polícia Militar da Bahia está atuando para enfrentamento do crime e propor ações para um Plano de Trabalho factível.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tráfico de pessoas; Fins sexuais; Violação de direitos humanos; Enfrentamento pela Polícia; Rodovias.



**NASCIMENTO, Matheus de Carvalho. Como a Polícia Militar da Bahia recebe a cobertura da mídia sobre a violência.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Márcia Esteves de Calazans

DATA DE DEFESA: 20 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Márcia Esteves de Calazans

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Mari Aparecida Bortoli

**Resumo:**

Apresenta-se, por meio desta dissertação, a análise dos reflexos da cobertura da mídia sobre a violência no trabalho da Polícia Militar, na busca de se compreender como esta Instituição recebe, em seu dia a dia profissional, a referida cobertura. Especificamente se buscou avaliar como a Corporação percebe o fenômeno da violência a partir do noticiário midiático, e se existe, também, relação entre o que divulgam os meios de comunicação de massa e a aplicação do aparato policial em sua atividade finalística. Buscou-se ainda demonstrar se a Corporação promove análise e pesquisa para a produção de conhecimento sobre violência, tomando como ponto de partida a mídia. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, que abrangeu a pesquisa descritiva e exploratória no ambiente alvo, além de entrevistas, com sustentação teórica apoiada na pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e periódicos. Os resultados encontrados apontaram para a presença de uma tendência de cobertura da mídia, predominantemente factual sobre a violência, baseada no senso comum e que não revela, na maior parte da própria veiculação, o binômio “causa-consequência”. Evidenciou-se, nesse sentido, que o ganho de maior notoriedade da violência, quando exibida pela mídia, influencia a Polícia Militar a adotar esse noticiário como um dos parâmetros para a distribuição do aparato de segurança na sociedade, a fim de produzir consenso social, porém sem a devida promoção de estudo e análise criminal do fenômeno, o que se percebe de maneira muito incipiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia; Polícia Militar; Violência; Percepção; Consenso.

**GOMES, Vitor Rogério Ribeiro. O Uso da Força Policial Sobre o Prisma das Legislações Internacionais: uma análise sobre a capacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas Companhias Independentes de Policiamento Tático.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador, BA, 2013.

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR(A): Valmir Farias Martins

DATA DE DEFESA: 10 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Valmir Farias Martins

Prof. Dr. Dequex Araújo da Silva Júnior

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Maria Salete de Souza Amorim

**Resumo:**

Este trabalho de pesquisa apresenta os principais aspectos definidores da atividade policial, em especial aquela que se direciona ao controle e redução da criminalidade. Descreve a atual política de segurança pública no Brasil e na Bahia, bem como o reflexo dessa política nas estratégias de policiamento adotadas pela Polícia Militar da Bahia (PMBA) nos últimos anos. Apresenta as principais características, organização e resultados operacionais das Companhias Independentes de Policiamento Tático (CIPTs) no enfrentamento da criminalidade em Salvador. Analisa a política da PMBA para capacitar e qualificar o efetivo das CIPTs para atuar à luz das legislações internacional e nacional sobre o uso diferenciado da força.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia; Segurança Pública; Uso Diferenciado da Força; Capacitação Policial.



**RIBEIRO**, Maria Helena Lordelo de Salles. **A implementação do Estatuto do Idoso: estudo exploratório em Salvador-Bahia**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Sônia Cristina Lima Chaves

DATA DE DEFESA: 13 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. Júlio Cesar de Sá da Rocha

Prof.(a). Dra. Maria Cristina Teixeira Cangussu

**Resumo:**

A implementação dos direitos e garantias asseguradas aos idosos pela Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, requer ampla mobilização da sociedade civil e do Estado, na busca da cidadania e do respeito a este grupo populacional. Nesta perspectiva, o presente estudo teve como objetivo identificar as ações no resguardo e na defesa da dignidade, do respeito e da celeridade no trato das questões envolvendo os idosos, na esfera policial, na Defensoria Pública e, principalmente, no Poder Judiciário. Para tanto, e em se tratando de um estudo exploratório, busca-se descrever e analisar dados e práticas institucionais destas diferentes instâncias, na cidade de Salvador (Bahia). Ainda enquanto estratégia metodológica, interessa a este estudo contemplar, descritivamente, aspectos pertinentes ao objeto em foco desde o momento do recebimento das queixas e denúncias presenciais e anônimas até o ajuizamento e tramitação das ações, trazendo dados estatísticos junto à Delegacia Especializada, à Defensoria Pública, as Varas Criminais e Juizados, nos quais se relacionam os principais delitos e contravenções praticados contra os idosos, e os modos de atuação nesses órgãos. Os crimes mais comuns cometidos contra os idosos foram os tipificados como ameaça, estelionato e maus-tratos, realizados majoritariamente por familiares próximos. No ano de 2014, foram registrados 319 crimes de ameaça contra os idosos, 123 crimes de estelionato e 31 crimes de maus-tratos, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Além disso, desenvolveu-se resgate histórico da legislação que protege o idoso, no ambiente familiar, social e profissional; bem como uma contextualização das mudanças advindas com a aplicação dessas leis. Pode-se observar que a violência e o desrespeito a esta minoria é preocupante, sobretudo pela dificuldade na investigação das denúncias e consequente identificação e revelação dos eventuais agressores, muitas vezes inseridos no ambiente familiar. Com isso, percebe-se a vítima indefesa e vulnerável, sem condições de pedir ajuda por não receber a devida e célere proteção estatal. Dentre as recomendações previstas a partir das análises deste estudo, destaca-se a necessidade e urgência de implementação de varas especializadas, composta por equipes interdisciplinares, e assentadas sobre os princípios da Justiça Restaurativa, como mecanismo do restabelecimento das relações sociais e familiares em processos envolvendo idosos, inspiradas em alguns tribunais do país que instalaram varas e juizados especializados de violência contra idosos, avançando, assim, na efetivação de direitos e garantias desta população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idoso; Violência doméstica; Crimes contra a pessoa; Estatuto do Idoso.

**FALEIROS**, Antonia Marina Aparecida de Paula. **Atuação da mídia na cobertura dos casos judiciais e os impactos na vida e na saúde dos magistrados de primeiro grau da Justiça Estadual da Bahia**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Geraldo Ramos Soares

DATA DE DEFESA: 17 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço

**Resumo:**

Este trabalho nasceu da crescente preocupação que se verifica em relação à atuação da mídia sobre o comportamento das massas, em especial, no que diz respeito à disseminação do sentimento de medo coletivo que, por sua vez, se traduz na sensação de insegurança pública que culmina por sancionar práticas cada vez mais autoritárias que, ao fim, deságuam em mais violência em um ciclo que parece não ter fim. Com apoio na teoria das representações sociais desenvolvida por Moscovici que por sua vez remete ao conceito de representação coletiva de que tratou Emille Durkheim, fez-se a análise da representação do poder judiciário que surge das coberturas jornalísticas lato sensu e o quanto essa representação impacta a vida pessoal, funcional e familiar do juiz - assim considerado o ser humano empoderado na função judicante - e com isso buscar compreender em que medida tal exposição lhe afeta a vida e a saúde a ponto de caracterizar um quadro de stress capaz de provocar manifestações patológicas a exemplo da Síndrome do Esgotamento Profissional ou Síndrome de Burnout. No presente trabalho, não se cuidará das questões atinentes às críticas que possam ser feitas, com ou sem fundamento, ao teor das decisões judiciais. A este trabalho interessa, sobretudo, a forma como o autor da decisão, o julgador, é tratado na cobertura midiática dos casos judiciais e o quanto tal tratamento lhe afeta a vida e a saúde e, por consequência, interfere na adequada prestação jurisdicional que, ao fim e ao cabo, vem a ser um dos pilares a sustentar a segurança pública cidadã.

**PALAVRAS-CHAVE:** Judiciário; Juiz; Mídia; Representações sociais; Saúde; Segurança pública; Síndrome de burnout; Stress.

**SANDES, Adrianno Espíndola. A atuação do Poder Judiciário baiano na prevenção ao tráfico de drogas no Vale do São Francisco-BA.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Celso Luiz Braga de Castro

DATA DE DEFESA: 17 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Cláudia Moraes Trindade

**Resumo:**

Este trabalho se propõe a identificar a atuação jurisdicional baiana, nos últimos dois anos (2012/2013), para prevenir a prática do tráfico de drogas, na região submédica do Rio São Francisco no Estado da Bahia, a qual é chamada de Vale do São Francisco-BA e integra a região popularmente conhecida como “Polígono da Maconha”. Estudos e pesquisas constatarem, com frequência, a alta incidência do delito de tráfico de drogas no Vale do São Francisco-BA, o que demonstra fracasso das políticas públicas de segurança e a necessidade de se adequar a prestação jurisdicional à nova mentalidade local. A pesquisa, entretanto, se limitará a verificar se houve atuação jurisdicional baiana, nos últimos dois anos (2012/2013), para prevenir a prática do delito de tráfico de drogas naquela região e, em caso positivo, avaliar em que medida essas atuações preventivas do Poder Judiciário baiano, no período referido, contribuíram na redução do número de condenações por tal delito. Será apresentada a prática do delito de tráfico de drogas como questão de Segurança Pública, ressaltando-se a sua prática constante no Vale do São Francisco-BA. Também será analisado o direito à segurança pública, a fim de que se possa definir o Poder Judiciário como garantidor desse direito e os limites de sua atuação no controle social formal, objeto da criminologia moderna (crítica). Após, destacando-se a promoção da Segurança Pública através de uma política preventiva, serão apresentadas as possibilidades de atuação preventiva do Poder Judiciário ao fenômeno criminal e, em seguida, exibidos os resultados das análises das atuações preventivas do Poder Judiciário no combate ao tráfico de drogas no Vale do São Francisco-BA, bem como a eventual integração entre o Poder Judiciário, a Política Estadual sobre Drogas e o Comitê Gestor Estadual do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Por fim, serão avaliados os resultados da pesquisa e em que medida essas eventuais atuações do Poder Judiciário baiano, nos últimos dois anos (2012/2013), para prevenir a prática do delito de tráfico de drogas no Vale do São Francisco-BA, contribuíram na redução do número de condenações por tal delito naquela região, a fim de disponibilizar o resultado da pesquisa aos órgãos competentes e em eventos científicos, para aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atuação do Poder Judiciário; Controle Social Formal. Criminologia. Prevenção. Segurança Pública. Tráfico de Drogas.

**JESUS, Almir Pereira de. Descriminalização de delitos patrimoniais não violentos: uma abordagem crítica e racional à luz da teoria do direito penal mínimo.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Julio Cesar de Sá da Rocha

DATA DE DEFESA: 18 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Elmir Duclerc Ramalho Júnior

***Resumo:***

O presente trabalho pretende analisar a descriminalização de delitos patrimoniais praticados sem violência, tendo como alicerce a imprescindibilidade do Direito Penal como ultima ratio assentado nas máximas garantias constitucionais. Em seguida, investigar os princípios da dignidade da pessoa humana, da intervenção mínima, da ofensividade, da insignificância, da legalidade e dos direitos humanos para assegurar o conceito prático do Estado Democrático de Direito em todas as suas diretrizes. Este recorte para pesquisa visa indagar sobre a possibilidade de diminuição da intervenção do Direito Penal como contributo a uma política eficiente de segurança pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crimes patrimoniais não violentos. Descriminalização. Segurança Pública.

**FREITAS FILHO, Álvaro Marques de. O processo digital no combate às prisões ilegais na comarca de Salvador.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Celso Luiz Braga de Castro

DATA DE DEFESA: 18 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro

Prof. Dr. Eduardo Manuel Val

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

**Resumo:**

Com a implantação do processo eletrônico na Comarca de Salvador, surgiu o interesse de pesquisar sobre o controle dos processos de réu preso nas Varas Criminais, utilizando-se as novas ferramentas eletrônicas, a fim de evitar excesso de prazo nas prisões e violação aos direitos fundamentais do preso. Durante a pesquisa foram analisadas as resoluções do CNJ e Leis Federais referentes ao controle eletrônico das prisões provisórias, e se o TJBA estaria procurando instituir esse tipo de controle. Portanto, foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e aplicada, com coleta de dados e elaboração de questionário. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi constatada a intenção das normas federais de impor ao magistrado a confecção periódica de um relatório ou listagem com todas as prisões provisórias, e as providências adotadas. Essa forma de controle foi parcialmente adotada pelo TJBA, em virtude das limitações momentâneas ocasionadas pela substituição do E-SAJ pelo PJE, sendo constatada a importância que os membros do referido tribunal dão à tecnologia digital quando utilizada no combate às prisões ilegais, a fim de garantir dignidade a pessoa do acusado e humanizar o processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo eletrônico; Prisões ilegais; Fiscalização; Humanização do processo.



**SILVA, Bianca Gomes da. Análise do policiamento comunitário na Base Móvel de Segurança do Bairro da Bolívia, no município de Valença (Ba).** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 19 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Valmir Farias Martins

**Resumo:**

A pesquisa ora apresentada buscou determinar a importância e efetivação do Policiamento Comunitário no bairro da Bolívia, município de Valença/BA. Iniciou-se o estudo com uma visão geral da atividade policial, passando a destrinchar o conceito e a filosofia do Policiamento Comunitário. Mostrou-se um panorama do policiamento comunitário no mundo até que o tema foi se afunilando para se chegar no Brasil e, por fim, no estado da Bahia. Passou-se a analisar o Programa Pacto pela Vida para se aferir o policiamento comunitário oriundo das Bases Comunitárias de Segurança. Antes de se ingressar na investigação proposta sobre a propositura e a efetividade do Programa Estatal no bairro da Bolívia, localizado no município de Valença, foi feita breve apresentação do município supracitado e em especial da localidade de risco. Foram trazidos dados decorrentes de pesquisa de campo realizada e estatísticas oficiais apresentadas para verificação do quanto proposto.

**Palavras-chave:** BCS do Bairro da Bolívia/ Valença (BA); Policiamento Comunitário; Programa Pacto Pela Vida.

**MIRANDA, Cássio José Barbosa. Banco de perfil genético: a ciência a serviço da persecução penal.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Júlio Cesar de Sá da Rocha

DATA DE DEFESA: 19 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Júlio Cesar de Sá da Rocha

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Fábio Periandro de Almeida Hirsch

**Resumo:**

Versa este trabalho sobre os limites na criação do banco de perfil genético a serviço da persecução penal. O emprego de DNA para identificação humana, desde a década de 1980, tem sido importante aliado da Justiça. Inicialmente, no Direito de Família, em ações de investigação de paternidade, com eficácia difundida pela mídia, passando a ter larga utilização na Medicina Legal e no Direito Civil. Seu uso nas investigações criminais, não obstante sua aura de infalibilidade, não exclui a utilização dos métodos analíticos. A sobrepujança da análise do DNA em comparação aos tradicionais exames periciais, contudo, não se dá de forma absoluta, embora seja inegável sua eficácia como meio de identificação. Não obstante a Lei 12.654/12 e o Decreto 7.950/13 tenham representado um avanço para a implementação de uma política pública de consolidação do banco de perfil genético, a iniciativa veio eivada de vícios de inconstitucionalidade e incongruências que se resolvem com a proposta da criação de um banco de perfil genético geral e indistinto, a exemplo do que acontece com a coleta de impressões digitais, tal como existe nos países nórdicos com o cadastramento de toda população sem que isso importe em violação dos direitos da personalidade nem ofensa aos princípios constitucionais, contribuindo-se decisivamente para a elucidação de crimes, mormente os de natureza violenta contra a pessoa, reduzindo-se a impunidade e emprestando-se sentido pedagógico de prevenção à criminalidade, ampliando-se a sensação de segurança, dever inafastável do Estado e direito fundamental do cidadão atinente à dignidade humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** biobanco; investigação criminal; elucidação de crimes; segurança pública; dignidade humana.

**VIDAL**, Eduarda de Lima. **Monitoramento eletrônico: aspectos teóricos e práticos.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Maria Salete Souza de Amorim

DATA DE DEFESA: 29 de julho de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Maria Salete Souza de Amorim

Prof. Dr. Luiz Cláudio Lourenço

Prof. Dr. Paulo Guedes

**Resumo:**

O objetivo do presente trabalho é analisar os aspectos teóricos e práticos do monitoramento eletrônico de delinquentes. Iniciou-se o estudo com uma breve retrospectiva da evolução das penas desde a Idade Média até os dias atuais, fazendo-se uma análise das contribuições de Beccaria e Foucault acerca do tema. Analisou-se a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, na qual vivemos atualmente. O monitoramento eletrônico encontra-se intrinsecamente ligado ao surgimento da sociedade de controle, vez que esta exacerbou a vigilância sobre os cidadãos e redefiniu os conceitos de intimidade e privacidade. O monitoramento eletrônico surgiu dentro contexto das penas alternativas que buscaram encontrar soluções para a crise no sistema penitenciário. Por ter sido recentemente introduzido no sistema legal pátrio pelas Leis nº. 12.258/2010 e 12.403/11, não existem conclusões consistentes sobre os resultados do uso do monitoramento eletrônico no Brasil, vez que alguns estados ainda estão realizando projetos-piloto para testar os equipamentos. Foram analisados os resultados de experiências em outros estados e propostas algumas sugestões adotadas em outros países para suprir as dificuldades e falhas encontradas no processo de implementação do sistema. Por último, foram analisados os dilemas éticos e divergências doutrinárias que cercam o monitoramento eletrônico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminosos; Direito penal; Penas alternativas.

**CARICCHIO**, Eduardo Afonso Maia. **Controle da prescrição penal a partir de um sistema informatizado**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Joviniano Soares de Carvalho Neto

DATA DE DEFESA: 19 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Joviniano Soares de Carvalho Neto

Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof.(a). Dra. Cláudia Moraes Trindade

**Resumo:**

Este trabalho visa demonstrar a possibilidade de controle da prescrição penal através de um sistema informatizado. Desenvolvido inicialmente com os elementos informadores do processo penal, a exemplo do fato, data, recebimento da denúncia e a relação temporal constante do artigo 109 do código penal brasileiro, em formato cardex, evoluiu para a moderna tecnologia de informática em plataforma Java, que permite informar, por contagem regressiva do calendário, o tempo que resta para a conclusão do processo com a sentença do Juiz. A demonstração da sua eficácia foi feita por metodologia quantitativa de dados buscados junto a cartórios criminais da Comarca de Salvador, Bahia, abrangendo o lapso de 2008 a 2013 e trabalho de campo com aplicação do sistema em três cartórios, com resultados comprovados por gráficos estatísticos, ficando claro que por falta de organização no andamento dos processos, muitos resultam prescritos. Contra esta realidade o trabalho ora apresentado parte de uma visão histórico-jurídica por pesquisa bibliográfica e conclui sobre a importância da prescrição penal para o meio judiciário desde que torne certa a punição do culpado ou absolva o inocente, tempestivamente. Acompanha o trabalho um passo-a-passo de implantação do sistema bem com o a forma de inserção dos dados processuais para alimentação do Processcontrol como se convencionou chamar o sistema que previne a ocorrência da prescrição penal e é objeto desta dissertação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prescrição Penal; Informática; Controle; Impunidade.

**JESUS, Joanice Maria Guimarães de. Justiça Restaurativa aplicada ao Juizado Especial Criminal: em busca do modelo ideal.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 19 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Selma Pereira de Santana

Prof. Dr. Joviniano Soares de Carvalho Neto

**Resumo:**

Objetiva-se com o presente trabalho, apresentar um panorama geral sobre os fundamentos teóricos da *Justiça Restaurativa*, sua evolução histórica, conceitos, concepções, valores, natureza e princípios. Procura-se demonstrar o seu surgimento no cenário jurídico internacional, fomentado pela ONU, e a sua aplicabilidade imediata ao ordenamento jurídico brasileiro, como moderna forma de acesso à Justiça. Demonstrase que especialmente a Lei nº 9.099/95, tem perfeita compatibilidade com os seus fundamentos e princípios, face ao que sugere-se a sua aplicação no Sistema dos Juizados Especiais. Também serão tecidos comentários sobre o Projeto de Lei nº 7.006/2006, que pretende incorporar a *Justiça Restaurativa* ao sistema legislativo penal brasileiro e que aguarda aprovação. Serão apresentadas diversas formas de aplicação da *Justiça Restaurativa* na Europa, África, América do Norte e América do Sul, inclusive no Brasil, com o relato de suas experiências mais significativas. Com o objetivo de servir à implantação de novos programas de *Justiça Restaurativa* no Brasil, será apresentado o projeto de implantação de *Justiça Restaurativa* da Extensão do 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque. Este projeto, articulado por voluntários, atua na construção de um modelo socialmente democrático de solução de conflitos em busca da pacificação Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Restaurativa; Justiça consensual; Círculos restaurativos; Mediações; Interdisciplinaridade; Sistema de justiça.

**SANTOS, Jonny Maikel. Justiça restaurativa: aspectos teóricos e análise das práticas do 2ª Juizado Criminal do Largo do Tanque – Salvador, BA.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 14 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Selma Pereira de Santana

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

***Resumo:***

O presente trabalho objetiva estudar a justiça restaurativa e compreender suas práticas diante da atuação daqueles que efetivamente trabalham no 2º Juizado Criminal do Largo do Tanque-Salvador-BA. Iniciamos com uma abordagem sobre os aspectos teóricos e práticos da Justiça Restaurativa. Para atingir o objetivo, tratamos dos conceitos de justiça restaurativa, identificamos as experiências e movimentos no Brasil e em outros países. Analisamos os modelos, valores, princípios, normas e as práticas restaurativas (conciliação, mediação, círculos restaurativos ou reuniões restaurativas e círculos decisórios). Mostramos a importância do grau de inclusão dos interessados nas práticas restaurativas. Foi identificado o sistema de pensamento conhecido como racionalidade penal moderna, sua influência no direito criminal, seus sinais de crise e sua relação com a justiça restaurativa. Buscamos analisar as principais questões teóricas referentes à justiça restaurativa para, com o campo estruturado teoricamente, desvendar, de forma empírica, as maneiras de pensar e agir das pessoas que trabalham no 2º Juizado Especial do Largo do Tanque-BA. Foram coletados dados em entrevistas para mostrar quais são efetivamente as práticas restaurativas ou terapêuticas utilizadas no 2º Juizado Criminal do Largo do Tanque e como pensam aqueles que fazem a justiça restaurativa acontecer naquela unidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Restaurativa; Racionalidade Penal; Práticas Restaurativas; Conciliação; Mediação; Círculos restaurativos ou reuniões restaurativas; Círculos decisórios.

**KUNRATH**, Josefa Cristina Tomaz Martins. **A expansão da criminalidade no ciberespaço: desafios de uma política criminal de prevenção ao cibercrime**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 22 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Eduardo Manuel de Freitas Jorge

Prof. Dr. Pedro Heitor Barros Geraldo

**Resumo:**

Esta dissertação busca examinar, teoricamente, algumas das dimensões do cibercrime e a crescente prática de ilícitos no âmbito do ciberespaço, sob a interferência de paradigmas culturais impostos pela virtualização global da sociedade contemporânea. A grande incidência de ataques aos usuários do ciberespaço, para prática de ilícitos e crimes informáticos, implica no importante fenômeno da criminalidade cibernética, que se apresenta como um fenômeno global e em expansão, tendo despertado a preocupação da comunidade internacional, diante da constatação de que os ilícitos cibernéticos constituem real perigo ao livre e pleno exercício dos direitos fundamentais, verdadeira ameaça ao pleno desenvolvimento humano e econômico, no sentido universal. A metodologia empregada baseia-se em pesquisa exploratória, de coleta de documentos textuais, partindo da análise qualitativa do fenômeno pesquisado. A pesquisa revelou que o Estado brasileiro não dispõe de meios suficientes para coibir a prática de crimes no ciberespaço, por ausência de criminalização de alguns ataques cibernéticos considerados importantes, pela carência da estrutura da polícia judiciária para realizar investigações e, ainda, pela morosidade da Justiça. Enfim, nessa abordagem, pretende-se suscitar a discussão da importância da prevenção como a linha da Política Criminal, em face do fenômeno em ascensão da ciberdelinquência, bem como contribuir para o desenvolvimento de uma atitude reflexiva e crítica sobre os atuais quadros epistemológicos no campo das políticas públicas de segurança e políticas públicas criminais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cibercrime; Cibercriminalidade; Política Criminal; Prevenção.

**CERQUEIRA, Josemar Dias. O Município na Segurança Pública.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Maria Salete Souza de Amorim

DATA DE DEFESA: 21 de julho de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Maria Salete Souza de Amorim

Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof. Dr. Luiz Cláudio Lourenço

***Resumo:***

O trabalho objetiva uma reflexão crítica sobre a atuação dos municípios no enfrentamento dos problemas na área de segurança pública, através de uma pesquisa bibliográfica e análise documental. A análise bibliográfica e documental teve como fontes principais: livros, artigos, teses, documentos oficiais, leis, relatórios, dados estatísticos, jornais e revistas. Foram utilizados, ainda, dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/ Ministério da Justiça), pelo Fórum de Segurança Pública, entre outros, tendo em vista elucidar a questão de pesquisa. No desenvolvimento do texto, estudou-se a trajetória histórica da questão da segurança na sociedade brasileira, com ênfase na participação municipal, visando compreender a atual configuração do aparato de segurança pública no Brasil e a dimensão municipal no contexto da Constituição Federal de 1988. Dentro de novos paradigmas aplicados ao combate da violência, a dissertação analisou a instituição da guarda municipal e a possibilidade de alternativas para os problemas relacionados à participação dos municípios na segurança pública, particularmente no tocante às interferências sociais e urbanas, além da própria formatação administrativa dos municípios, inclusive com propostas de eventuais modificações legislativas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Segurança Pública; Municípios; Violência Urbana.



**CUNHA, Kátia Regina Mendes. Justiça restaurativa: uma perspectiva em construção para a Comarca de Santo Antonio de Jesus-Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Ana Cristina de Souza Mandarino

DATA DE DEFESA: 02 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarino

Prof.(a). Dra. Aline Prado Atassio

Prof. Dr. Geraldo Ramos

**Resumo:**

A escolha do tema a justiça restaurativa: uma perspectiva em construção para a comarca de Santo Antônio de Jesus- Bahia, baseou-se na necessidade de buscar e aplicar novos paradigmas para aperfeiçoamento da atividade judicante diante do crescimento da criminalidade da população carcerária e das demandas judiciais envolvendo os jovens, notadamente, na seara criminal. Esse estudo investiu esforços para apresentar o surgimento da Justiça Restaurativa como uma nova forma de resolução de conflitos, através da mediação, possibilitando a exclusão do processo judicial contencioso. Reconhecemos que a temática, por nós escolhida, é objeto de estudo de diversos autores nacionais e internacionais legitimando o viés analítico que apresentamos para a comarca em tela. Nossa análise parte do entendimento da justiça restaurativa que tem por escopo, ainda, restaurar completamente a situação conflituosa, buscando medidas preventivas no âmbito social para evitar novas práticas de delitos possibilitando à conscientização do infrator, à reparação de danos à vítima, e da sociedade atingida. A proposta temática alcança contornos de alta indagação quando agrega a possibilidade da aplicação da justiça restaurativa no sistema penal juvenil, através da remissão garantindo a resolução integral dos conflitos sem violar os direitos e garantias fundamentais das crianças e adolescentes. Visto que, o Estatuto da Criança e do Adolescente atendendo a Convenção Internacional estabeleceu o instituto da remissão, que pode ser aplicada no início do processo e cumulada com outras medidas socioeducativas. Por outro lado, a Convenção Internacional, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem aos jovens todos os direitos e garantias fundamentais, entre eles a presunção de inocência, a ampla defesa e o direito ao contraditório. Baseamos nossa pesquisa em autores que defendem o instituto da remissão pode ser utilizado como justiça restaurativa, especialmente por possibilitar à reparação de danos a vítima. Salientamos que nos valemos de uma condição especial, em razão de atuarmos como Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude de Santo Antônio de Jesus, justificando, dessa forma, a escolha pela já referida comarca para a realização da pesquisa empírica de avaliação dos resultados da aplicação do instituto da remissão no sistema penal juvenil. Ressaltamos que atuar como juíza da comarca não foi o único motivo que nos motivou a escolher a já referida comarca, mas também, devido ao fato da Cidade de Santo Antônio de Jesus, ter sido tabulada entre as trezentas cidades consideradas mais violentas do Brasil, no que se refere ao quantitativo de homicídios. Assim, o objetivo principal deste trabalho consiste em avaliar, através do levantamento de dados e revisão da literatura a utilização da remissão no sistema penal juvenil na Vara da Infância e Juventude na Comarca de Santo Antônio de Jesus e a sua compatibilidade com a justiça restaurativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Restaurativa; Jovens; Presunção de inocência e remissão.

**FELIX**, Marcelo José Santos Lagrota. **O monitoramento eletrônico de presos no Brasil e seus reflexos na segurança pública.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA:** Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR:** Dequex Araújo Silva Júnior

**DATA DE DEFESA:** 30 de setembro de 2014

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Júnior

Prof.(a). Dra. Maria Saete Souza de Amorim

Prof.(a). Dra. Rubenilda Sodré dos Santos

**Resumo:**

O presente trabalho aborda um tema recentemente inserido no ordenamento jurídico brasileiro: o Monitoramento Eletrônico de Presos Condenados e Provisórios. Tal medida é, atualmente, destinada a presos condenados - em prisão domiciliar ou durante a saída temporária - e também como medida cautelar diversa da prisão. Assim, esta pesquisa pretende tratar dos principais aspectos do monitoramento eletrônico, fazendo uma análise da presença da vigilância eletrônica nos espaços sociais, analisando as experiências ocorridas em nível internacional. Além disso, o presente trabalho apresenta aspectos históricos do sistema prisional e traz as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo, chegando-se ao estado de caos que permeia o âmbito das prisões no Brasil e que contradiz a legisla o formalmente posta. Objetiva-se através de discussões entre autores e juristas, analisar se o instituto do monitoramento eletrônico contribui positivamente ou não para o sistema penal brasileiro, levando-se em conta os seus efeitos em rela o aos presos, discutindo-se aspectos psicológicos e criminológicos e os principais pontos ligados a sua viabilidade em concreto no Brasil. Além disso, há um debate referente à possível afronta de tal medida a princípios constitucionais. Este trabalho, portanto, revela-se de grande importância, já que envolve medida restritiva de liberdade bastante recente e que pode vir a corresponder a uma alternativa   deficiência dos estabelecimentos penais atuais e das fun es da pena, contribuindo, assim, para a garantia do preceito constitucional da segurança pública.

**Palavras-chave:** Direito Penal; Monitoramento Eletrônico; Sistema Penal Brasileiro; Princípios; Viabilidade; Segurança Pública.

**LIMA FILHO**, Moacyr Pitta. **O trabalho desempenhado pelos psicólogos dentro do sistema prisional: um estudo da realidade baiana**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 19 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Valmir Farias Martins

**Resumo:**

A pesquisa ora apresentada buscou descrever e analisar o trabalho desempenhado pelos psicólogos no sistema prisional baiano. Iniciou-se o estudo com uma análise histórica e crítica da consolidação da pena privativa de liberdade e o papel da psicologia nesse processo. Em seguida foi efetuado estudo das teorias desenvolvidas a respeito da finalidade da pena, sendo estudada, de forma mais aprofundada e à luz de algumas correntes criminológicas, a famigerada função ressocializadora. Posteriormente passou-se a analisar o papel desempenhado pelos psicólogos no sistema prisional, sendo apresentados os dados oficiais colhidos, bem como os resultados da pesquisa empírica realizada na PLB. Finalmente, baseado nos dados obtidos, foi apresentado diagnóstico sendo destacados os principais pontos com a respectiva proposta de intervenção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Penitenciária Lemos de Brito; Prisão; Psicologia; Ressocialização; Sistema Prisional Baiano.

**OLIVEIRA, Paulo Roberto Santos de. A segurança pública na Bahia e a Justiça Militar Estadual: doutrina e controle externo.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Política e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Paulo Guedes

DATA DE DEFESA: 27 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof.(a). Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos

Prof.(a). Dra. Maria Salete de Souza Amorim

***Resumo:***

A segurança pública abarca um conjunto de ações preventivas e reativas visando reprimir a criminalidade, e objetivando proporcionar aos indivíduos os direitos básicos de liberdade e vida assegurados pela Constituição Federal. Dentre os órgãos criados para atender a essa necessidade, surge a Polícia Militar, destacando-se a atuação policial, que lida diretamente com a ordem pública a qual deve ser exercida de forma a assegurar os direitos dos cidadãos, ainda que estes infrinjam a lei. Inobstante o controle interno das atividades realizadas pelas Instituições Militares, por intermédio de suas Corregedorias, a Justiça Militar Estadual exerce o controle externo da atividade policial, podendo contribuir, eventualmente, para a execução da atividade policial militar de forma a impedir excessos ou desvirtuamentos na consecução da atividade de segurança pública e manutenção da ordem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Militar; Polícia Militar; Segurança Pública.

**GODINHO, Pedro Rogério Castro. O Conselho Nacional de Justiça, o processo judicial eletrônico, as tecnologias de informação e as novas perspectivas para administração da Justiça brasileira.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Política e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Eduardo Manuel de Freitas Jorge

DATA DE DEFESA: 12 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Eduardo Manuel de Freitas Jorge

Prof. Dr. Marco Aurélio Castro Júnior

Prof. Dr. Paulo Guedes

***Resumo:***

A tecnologia vem determinando uma mudança de rumo na área cultural, econômica e social na sociedade contemporânea. As mudanças ocorridas têm provocado grandes alterações em diversas áreas e organizações. O Poder Judiciário é uma instituição que sofre influência dessas mudanças e precisa se aprimorar administrativamente para atuar de uma forma eficaz perante a sociedade brasileira. Nesse passo, foi criado o Conselho Nacional de Justiça, uma instituição de caráter nacional, incumbido de aperfeiçoar o sistema judiciário brasileiro. Criou-se uma nova perspectiva para a Justiça com a criação de diretrizes e atuação em nível nacional. Diante de diversas atuações desse órgão, o presente trabalho retrata o processo judicial eletrônico e as mudanças oriundas da nova forma eletrônica de se administrar a Justiça. Procura-se demonstrar as diversas modificações advindas dessa ferramenta tecnológica no aspecto físico, funcional, operações de rotina, dentre outros. O trabalho vai mais além e demonstra como ferramentas tecnológicas, em especial data mining e business intelligence, podem, em trabalho conjunto com o PJe, aprimorar o trabalho da Justiça e fornecer subsídios para a tomada de decisão pelo gestor administrativo judicial através de indicadores de desempenho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração da Justiça; Conselho Nacional de Justiça; Processo Judicial Eletrônico.

**SCHMITT, Ricardo Augusto. Inclusão da competência criminal no projeto Balcão de Justiça e Cidadania instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:** em busca do efetivo acesso à justiça por meio da mediação comunitária. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 15 de julho de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra. Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

**Resumo:**

O trabalho apresenta a mediação como uma alternativa adequada à solução dos conflitos, por permitir que os cidadãos compareçam voluntariamente para discutir e resolver as questões de acordo com os seus desejos e suas necessidades, passando de coadjuvantes a protagonistas da solução pactuada. Estimula o exercício da mediação comunitária, à medida que favorece, sobretudo, os reclamos sociais das comunidades periféricas, conduzindo ao objetivo fundamental do Estado Democrático de Direito que implica em uma ordem jurídica eficaz, célere, justa e ao alcance de todos. Apresenta o projeto Balcão de Justiça e Cidadania, implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no ano de 2003, com competência para fornecer orientação jurídica e promover a conciliação e mediação de conflitos de interesses nas questões cíveis de menor complexidade e de direito de família, que vem contribuindo com o instituto da mediação comunitária para aproximar os cidadãos hipossuficientes de um efetivo acesso à justiça, desempenhando um importante instrumento de concretização da cidadania e da pacificação social. Propõe a inclusão da competência criminal nas matérias de competência do projeto Balcão de Justiça e Cidadania, desburocratizando ainda mais o acesso à justiça criminal à apuração das infrações penais de menor potencial ofensivo, permitindo a composição pré-processual, de forma célere e gratuita, ofertando à população a via alternativa da mediação comunitária também para resolução desta espécie de conflito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Balcão de Justiça e Cidadania; Mediação; Mediação comunitária; Acesso à Justiça; Conflitos; Competência Criminal; Infrações penais de menor potencial ofensivo.

CARVALHO, Rita de Cássia Ramos de. **O processo de restauração de danos na 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e na Extensão do 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque de Salvador.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2014. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Márcia Esteves de Calazans

DATA DE DEFESA: 12 de novembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Márcia Esteves de Calazans

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra. Julie Sarah Lourau Alves da Silva

**Resumo:**

A presente dissertação trata sobre o tema da Justiça Restaurativa sob olhar da 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e da Extensão do 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque de Salvador. Inicia-se com o estudo dos antecedentes da criminologia, e seus paradigmas, com visão antropológica, em seguida há o foco no contexto histórico da Justiça Restaurativa, com as experiências em outros países, até chegar no Brasil. Faz um paralelo e estudo comparativo entre a Justiça Tradicional e a Justiça Restaurativa, para seguir-se com perspectiva vitimológica o funcionamento da Justiça Restaurativa, de modo geral, seu surgimento e desenvolvimento, suas características, os sujeitos envolvidos, com a implantação do Projeto do Ministério da Justiça em três estados pioneiros, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. Em seguida há uma análise descritiva da Central de Prática de Justiça Restaurativa do Rio Grande do Sul e a Extensão do 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque, com destaque para a técnica, procedimentos, os membros integrantes da equipe, análise de dados colhidos, e conclui-se que, apesar da prática diversa em relação aos métodos utilizados, ambos os Juizados praticam a Justiça Restaurativa, o primeiro, no estado gaúcho, através da CNV - Comunicação Não Violenta, com os Círculos e, nos processos que envolvem crianças e adolescentes, e o Juizado baiano, utilizando a Mediação e Círculos, nos crimes de menor potencial ofensivo, previstos na Lei 9.099/95.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura da Paz; Justiça Restaurativa; Mediação. Restauração.





**MESQUITA JUNIOR**, Armando Duarte. **Quando a balança fere**: análise de decisões judiciais em crimes de tráfico de drogas. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 07 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof. Dr. Elmir Duclerc Ramalho Júnior

Prof. Dr. Orlando Zaccone D'Elia Filho

**Resumo:**

Esta pesquisa, contextualizada na abordagem crítica da política criminal das drogas, propõe uma análise qualitativa dos argumentos contidos nas decisões judiciais referentes aos crimes da lei de drogas. Após as considerações do paradigma da reação social e da criminologia crítica, o estudo desvela as origens do proibicionismo e a política criminal de drogas. Na sequência, abre uma discussão importante para destacar a real função do poder judiciário sob uma perspectiva garantista, para contextualizar, também, as raízes legais que levaram à criação da vara criminal especializada de Feira de Santana. No corpo empírico da pesquisa propõe-se uma minuciosa análise crítica dos argumentos decisórios, adotando-se uma metodologia que possibilitou a identificação de perfis de magistrados que exerceram a judicatura na unidade judiciária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Drogas; Proibicionismo; Política Criminal; Argumentação Jurídico-Penal; Vara de Tóxicos de Feira de Santana.

**MATTA NETO**, Abelardo Paulo da. **Um olhar sobre a Polícia Civil e o Ministério Público**: A construção da Central de Investigação Criminal do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Julio Cesar de Sá Rocha

DATA DE DEFESA: 15 de dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Julio Cesar de Sá Rocha.

Prof. Dr. Elmir Duclerc Ramalho Júnior

Prof. Dr. Fabiano Pimentel

**Resumo:**

O presente trabalho tem o escopo de analisar o cenário atual da investigação no Brasil, principalmente compreender o papel da Polícia Civil e do Ministério Público e averiguar a possibilidade de na Bahia ser realizada investigação conjunta em uma Central de Investigações, onde o foco será norteado nos inquéritos de maior complexidade. Analisa-se a legitimidade das duas instituições no percurso investigatório conferida pela Carta Magna no seu art. 144, onde fica bem visível que tal tarefa não foi ofertada exclusivamente às autoridades policiais, tratando o próprio constituinte de atribuir funções investigatórias ao Ministério Público. Na mesma linha, com as mesmas atribuições, a Lei nº 8625/93 reserva tais poderes ao Ministério Público dos Estados. Ademais, são diagnósticados, através de entrevistas estruturadas, a rivalidade entre as instituições, e os percalços que essa rivalidade acarreta, afetando a possibilidade da criação de uma Central de Investigação Criminal no Estado da Bahia, que é o projeto almejado por este pesquisador. A intenção é compreender de que forma se dá a legitimidade dos trabalhos de investigação realizados pelo Parquet, que bem poderia atuar em colaboração com a polícia judiciária, para que possam, juntos, colher validamente todas as provas imprescindíveis para a deflagração da ação penal, trazendo uma maior eficácia e melhores resultados no restabelecimento da ordem social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia Civil; Ministério Público; Investigação Compartilhada.

**BRITTO**, André Luiz Santos. **A judicialização do acesso a medicamentos no SUS da Bahia**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Sônia Cristina Lima Chaves

DATA DE DEFESA: 10 de abril de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. Julio Cesar de Sá Rocha.

Prof.(a). Dra. Maria Cristina Teixeira Cangussu

Prof.(a). Dra. Yara Oyram Ramos Lima

**Resumo:**

O objetivo deste estudo foi analisar as decisões judiciais do Tribunal de Justiça da Bahia no que se refere às demandas de acesso a medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2012 e 2014, caracterizando-os quanto ao tipo de medicamento demandado e o seu custo, patrocinador, inclusão do fármaco nas listas oficiais, representação jurídica do demandante, além do tipo de enfermidade a ser enfrentada. A associação entre essas variáveis e o tipo de enfermidade também foi verificada. Foram também analisadas as tomadas de posição dos agentes do campo jurídico com respeito ao tema, tendo como referencial teórico algumas categorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu. Foi conduzido estudo quali-quantitativo, sendo que o componente quantitativo envolveu um corte-transversal e o qualitativo realizou uma análise temática de conteúdo. Foram identificadas 157 ações judiciais na Bahia, cujo resultados, em sua totalidade, foram favoráveis ao fornecimento do medicamento. A análise estatística apontou para diferenças significantes entre o local da demanda, predominando Salvador e região metropolitana ( $p=0,03$ ) bem como o tipo de patrocinador. Nas demandas judiciais por medicamento para Diabetes mellitus e outras enfermidades predominou o patrocínio da Defensoria Pública enquanto que, para o câncer, predominou o ajuizamento por meio de advogado particular ( $p=0,005$ ). Chamou a atenção que 60,9% dos pedidos de medicamento para o câncer foram feitos por advogados particulares, seguido pela Defensoria (28,3%). Constatou-se a defesa pelos julgadores dos princípios constitucionais e do direito fundamental à saúde sem, entretanto, enfrentamento de temas relevantes como a prévia consulta a órgãos técnicos, disponibilização de alternativas terapêuticas pelo SUS nas listas oficiais, existência de registro do fármaco na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e comprovação de evidências a respeito da eficácia e segurança da medicação pleiteada judicialmente. Sugere-se formação de magistrados com enfoque no Direito da Saúde e maior domínio do tema da equidade e Medicina Baseada em Evidência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decisões judiciais; Assistência Farmacêutica; Sistema Único de Saúde; Política Nacional de Medicamentos; Direito à Saúde; Judicialização.

**SANTOS, Andremares dos. Interoperabilidade e violência institucional no sistema prisional:** (o caso da Comarca de Salvador – Bahia). Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Geraldo Ramos Soares

DATA DE DEFESA: 27 de novembro de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof.(a). Dra. Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima.

Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado

Prof.(a). Dra. Odilza Lines de Almeida

**Resumo:**

Este trabalho analisa qual a relação existente entre a violência institucional no sistema prisional como um todo, com recorte no sistema prisional da comarca de Salvador (BA), e a ausência de interoperabilidade dos sistemas tecnológicos utilizados pelo sistema de justiça criminal. Optou-se pela realização de estudo de natureza qualitativa, realizado por meio dos procedimentos de revisão de literatura científica, revisão jurisprudencial e legislativa na área penal, processual penal e de direitos humanos. Além disso, foi realizada pesquisa documental e de campo, de caráter quantitativo-descritivo, para análise das características do sistema prisional da comarca de Salvador, na perspectiva do funcionamento do sistema de justiça criminal, em um Estado Democrático de Direito. Procedeu-se à coleta de dados na 2.<sup>a</sup> Vara de Execuções Penais e nos locais de custódia de presos. Analisou-se as decisões proferidas no período entre março de 2013 e março de 2014, época em que houve a implantação da metodologia de análise e decisão dos processos de execução penal em audiência, para suprir as impossibilidades técnicas de realização destes atos nos estabelecimentos penais e de acesso eletrônico aos prontuários dos sentenciados. Colheu-se, também, os resultados das correições realizadas nos estabelecimentos penais e carceragens da comarca de Salvador nos anos de 2008 e de 2015, comparando-se a alteração da capacidade de custódia e a quantidade de pessoas efetivamente custodiadas nos estabelecimentos penais e delegacias. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a ausência da utilização de sistemas tecnológicos dotados de interoperabilidade pelos órgãos de aplicação da lei penal impede a gestão eficiente do sistema prisional e favorece a violação dos direitos humanos e fundamentais das pessoas em situação de prisão, ao dificultar ou inviabilizar o exercício dos seus direitos e tornar invisível a violência imposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interoperabilidade; Sistema de Justiça Criminal; Sistema Prisional; Violência Institucional; Direitos Humanos.

**GONÇALVES, Hilton de Miranda. A conversão religiosa como instrumento de tutela dos direitos fundamentais no conjunto penal de Jequié-Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Geraldo Ramos Soares

DATA DE DEFESA: 17 de julho de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof.(a). Dra. Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima.

Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado

Prof.(a). Dra. Odilza Lines de Almeida

**Resumo:**

A presente dissertação tem como tema central a conversão religiosa utilizada pelo preso no Conjunto Penal de Jequié, Bahia, como meio para garantir a efetividade de direitos humanos fundamentais dentro do cárcere, uma vez que, como regra geral, o sistema prisional brasileiro não reúne condições estruturais necessárias ao êxito nas práticas de políticas públicas de proteção da vida e reinserção social, não sendo diferente no município em destaque. Em observância da característica de sociedade peculiar eticamente estruturada, o entendimento firmado segue a linha de que o modelo de cárcere atual, em estado de crise, propicia violações reiteradas e graves dos direitos humanos fundamentais dos presos, seja pela atuação ou omissão ilícita do Estado, seja pelas ações perniciosas dos líderes do cárcere e grupos criminosos organizados que comandam o cárcere. Essa situação insustentável instiga no preso a necessidade de buscar instrumentos de recuperação, transformação e proteção, visando o resguardo mínimo de sua vida, integridade física e ressocialização, malgrado seja também um estopim para formação de outro poder paralelo ao Estado, que é o crescente poder das igrejas evangélicas. Assim, é na conversão religiosa que o preso sustenta alento de garantir direitos iminentes ao ser humano, encontrando terreno fértil para o desenvolvimento das relações pessoais e institucionais dentro do cárcere em busca de efetivar os direitos humanos fundamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos humanos fundamentais; Conversão religiosa; Poder; Liderança; Cárcere; Igreja; Preso.

**MATOS, Icaro Almeida. A reforma processual penal, o (novo) regime jurídico da prisão preventiva e a tutela do risco da liberdade do indivíduo:** estudo de caso do Núcleo de Prisão em Flagrante de Salvador (NPF). Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança

ORIENTADOR: Dequex Araújo Silva Júnior

DATA DE DEFESA: 26 de novembro de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Júnior

Prof. Dr. Fabiano Cavalcante Pimentel

Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

**Resumo:**

O presente trabalho aborda um tema que representa uma preocupação constante no Direito brasileiro, qual seja, estabelecer uma relação entre o direito fundamental à segurança pública e o direito fundamental à liberdade do indivíduo, tanto assim que algumas alterações legislativas, embora pontuais, vêm sendo feitas no ordenamento jurídico, na tentativa de ajustar os institutos processuais às garantias e direitos fundamentais constitucionalmente previstos. Paralelo às alterações no plano legal, o contexto exige a formulação de planos de ação para propiciar efetividade à mudança legislativa. Daí a escolha do tema: A reforma processual penal, o (novo) regime jurídico da prisão preventiva e a tutela do risco da liberdade do indivíduo. Um estudo de caso do Núcleo de Prisão em Flagrante de Salvador (NPF). Tal unidade judiciária foi implantada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sendo, atualmente, responsável pela análise dos autos de prisão em flagrante lavrados na capital baiana, e, em consequência, competente para definir a situação processual da pessoa apresentada presa, decidindo sobre a legalidade da prisão em flagrante efetivada, sobre a possibilidade de restituição da liberdade ao indivíduo, com ou sem imposição de medidas cautelares não segregativas, e, em última análise, pela necessidade de conversão do flagrante em prisão preventiva, caso em que a pessoa passa a ser preso provisório. Assim, esta pesquisa pretende tratar dos principais aspectos relacionados às mudanças advindas com a reforma processual de 2011, com ênfase na prisão em flagrante, na preventiva por conversão e nas medidas cautelares diversas da custódia, enquadrando a postura do magistrado ao tutelar o risco da liberdade do indivíduo nessa fase de investigações. Além disso, o presente trabalho aborda os aspectos históricos da prisão e a crise do sistema prisional, relativamente ao número excessivo de presos provisórios, contextualizando com a cultura do controle do crime. Por fim, objetiva-se, a partir da revisão da literatura e dos dados obtidos com a pesquisa de campo realizada, analisar o funcionamento do NPF, verificando se a unidade judiciária aludida contribui positivamente ou não para o cumprimento dos preceitos constitucionais circundantes à segurança pública e à liberdade, revelando-se, por este prisma, a sua grande relevância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Penal; Crime; Controle; Prisões cautelares; Direitos Fundamentais; Risco; Liberdade; Segurança Pública.

**CORDEIRO**, Ivana Cordeiro. **Accountability e Qualidade da Atividade Policial na Segurança Pública**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 18 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Junior

Prof. Dr. Fábio Periandro de Almeida Hirsch

**Resumo:**

A grande crise que afeta a segurança pública brasileira tem apresentado índices negativos cada vez maiores, a violência tem crescido de forma alarmante e a insegurança tornou-se regra para a sociedade. Nesse sentido, urge a necessidade de estudos científicos acerca desta situação com intuito de melhor compreender o cerne desse problema. Parte da premissa que a accountability oferece elementos específicos da análise na perspectiva da qualidade da atividade policial na segurança pública revelando valores ainda não solidificados, e as características gerais destas condições e a relação existente entre eles. Nesse sentido, o questionamento que se faz é como a accountability gera possibilidade de qualidade da atividade policial e por consequência, na segurança pública. Este trabalho traz dois produtos da administração privada para o contexto da segurança pública correlacionando-os – a accountability e a gestão da qualidade, sendo, o tema deste estudo da accountability como possível gerador de qualidade na atividade policial, através dos processos de gestão da qualidade com ênfase nos valores organizacionais. O objetivo deste estudo é perceber qual é a posição que a accountability ocupa na implementação ou na adoção da gestão da qualidade nas organizações policiais com o enfoque no estudo de caso da Polícia Militar da Bahia. Trata-se de estudo exploratório, aprofundando questões teóricas e empíricas a cerca do tema, corporificando e adequando os conceitos dentro do espectro da segurança pública, mais especificamente, na atividade do policial, sendo a pesquisa qualitativa. A metodologia da pesquisa utilizada foi realizada através do método dedutivo, pois partiu de uma síntese de raciocínio considerado hipoteticamente verdadeiro, para se chegar a conclusões enunciadas pelas premissas. O método de pesquisa foi realizado com um estudo exploratório com público-alvo – a Polícia Militar do Estado da Bahia; suportada por técnica de análise de levantamento de dados de tipo qualitativo, tendo como método a análise do conteúdo temática e estrutural; e a técnica da pesquisa aconteceu por via de realização de análise documental, entrevistas exploratórias, com aplicação de questionários semiestruturados, e observação participante. Os resultados obtidos atendem a lógica do método proposto e as considerações preliminares para este estudo é que a geração de qualidade em serviços na atividade policial só será possível uma vez que exista uma efetiva accountability pública na atividade policial. Propõe-se estudos ainda mais consistentes que reflitam e confrontem a accountability e seus desdobramentos com institutos modernos de gestão, como este trabalho, a fim de possibilitar uma compreensão maior acerca dos problemas que envolve a segurança pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Accountability; Gestão da Qualidade; Atividade Policial.

**SILVA JÚNIOR**, Júlio Gonçalves da. **Black Blocs nas manifestações populares no Brasil**: Uma análise sobre a atuação do Poder Público como Responsável pela ordem pública e pela liberdade de expressão nas manifestações de junho de 2013. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança

ORIENTADOR: Celso Luiz Braga de Castro

DATA DE DEFESA: 22 de fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro

Prof.(a). Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Prof. Dr. Júlio Cesar de Sá da Rocha

**Resumo:**

Em Junho de 2013, as ruas da cidade de São Paulo foram tomadas por milhares de pessoas, convocadas pelos atos do Movimento Passe Livre (MPL), e que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Nestas manifestações, os Black Blocs se destacaram pelo uso de violência e do “vandalismo”, causando depredação ao patrimônio público e privado. A presente pesquisa visa analisar como o Estado se portou como garante da ordem pública. Para tanto, além da revisão bibliográfica de trabalhos sobre o tema, foram também realizadas coletas de dados diretamente das páginas do Movimento Black Blocs em redes sociais e de pesquisas realizadas pelo Data Folha e Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre os Black Blocs. Isto posto, é possível traçar algumas considerações que apontam que o Estado buscou inibir a ação dos Black Blocs com uma resposta violenta e em segundo momento, com proibição de máscaras. Uma das formas de atuação dos órgãos de segurança foram o monitoramento de grupos, infiltrando policiais e, dessa forma, antevendo as ações, e inibiram as depredações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Black Blocs; Movimentos Sociais; Direito de Reunião; Manifestações; Atuação Estatal.



**SANTOS**, Laíse Maria Guimarães. **Brasil Junho/2013**: movimentos de rua e o direito de reunião, aspectos sociais e constitucionais. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Júlio Cesar de Sá da Rocha

DATA DE DEFESA: 30 de julho de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Júlio Cesar de Sá da Rocha

Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro

Prof.(a). Dra. Maria Elisa Villas Bôas Pinheiro Lemos

**Resumo:**

As manifestações ocorridas no Brasil em junho 2013 apresentaram características próprias e inéditas. Parte da população invadiu as ruas sem lideranças ou alianças políticas que as influenciasse. O movimento contestatório iniciou-se com a pretensão da redução das tarifas do transporte público com o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo passando então a questionar todo o sistema. Temas como transporte público decente, combate à corrupção, educação de qualidade, aplicação dos *royalties* do petróleo em educação etc. passaram a engrossar a pauta das reivindicações. Com isto, o trabalho apresenta-se com o objetivo geral de discutir o conceito jurídico do direito de reunião e manifestação à luz dos constitucionalistas, tomando como base este curto período histórico batizado como Manifestações de Junho de 2013 que se apresentou como um verdadeiro desafio para a concretização do estado democrático de direito. Além disso, pretende-se avaliar o enquadramento do direito de reunião e manifestação como um direito fundamental insculpido na Constituição Federal, estabelecer seus elementos, limites e as diferenças/semelhanças entre as disposições legislativas e constitucionais de outros países. O estudo permitiu analisar que o direito de manifestação é tratado de forma equivalente na maioria dos países democráticos ocidentais segundo doutrina e decisões judiciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito; Reunião; Manifestação; Fundamentais; Liberdade.

**BANDEIRA, Marcos Antonio Santos. Execução das medidas socioeducativas em meio aberto na Comarca de Itabuna: uma análise qualitativa e quantitativa.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 13 de maio de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

**Resumo:**

Este trabalho teve como foco a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, numa perspectiva sociológica e jurídica, no âmbito da linha de pesquisa que trata das instâncias de controle de reação social. No caso específico desta pesquisa, da instância de controle de reação social relativa a adolescente a quem se atribui a prática de atos infracionais. Para tanto, empreendeu-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica embasada nas doutrinas nacional e estrangeira, leis, jurisprudência, relatórios e documentos oficiais, buscando, precipuamente, estabelecer os pressupostos teóricos desta pesquisa, centrados na Doutrina da Proteção Integral e nos preceitos da socioeducação constante da Lei do Sinase. A pesquisa empírica teve como delineamento investigar a forma pela qual são executadas as medidas socioeducativas em meio aberto - liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade -, na Comarca de Itabuna, no ano de 2014, à luz dos preceitos da Doutrina da Proteção Integral e dos parâmetros socioeducativos da Lei n.º 12.594/2012, também conhecida como Lei do Sinase. Destarte, foram utilizadas as técnicas de observação documental, observação in loco, entrevistas semiestruturadas, no âmbito de uma pesquisa de alcance descritiva, preponderantemente qualitativa, crítica e avaliativa. Também foram coletados dados de natureza quantitativa, que contribuíram para construir o perfil do adolescente em conflito com a lei e sobre a relação da violência praticada por esses jovens e os imputáveis do sistema penal, buscando, assim, contribuir para a implementação de políticas públicas nessa área. Os resultados deste trabalho, no que toca precisamente a forma de implementação das medidas socioeducativas em meio aberto, suas dificuldades e alcance, bem como os dados constantes do perfil do adolescente, mormente no que tange à sua escolaridade e profissionalização, podem constituir subsídios importantes para a formulação de políticas públicas voltadas para a diminuição da violência urbana em Itabuna e em outras cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medidas Socioeducativas; Liberdade Assistida; Prestação de Serviços à Comunidade; Execução; Adolescente; Socioeducação.

**WEBER, Nartir Dantas. O Judiciário como garantidor dos direitos humanos da mulher na aplicação da lei Maria da Penha: um estudo das condições e do desempenho da primeira vara de violência doméstica de Salvador. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).**

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 25 de janeiro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Cláudia Moraes Trindade

Prof.(a). Dra. Maria Salete de Souza Amorim

**Resumo:**

Esta dissertação busca analisar as condições de trabalho e o desempenho do Judiciário, como Instrumento de garantia dos direitos humanos da mulher, em relação a aplicação da Lei Maria da Penha e apresentar indicações para melhoria da sua atuação nesse campo. Para tanto, realiza através do exame da literatura e da observação participante o conhecimento sobre o contexto da aplicação da Lei 11.340/2006, no espaço da Primeira Vara de Violência Doméstica de Salvador. A pesquisa empírica revelou, mediante entrevistas estruturada e semiestruturadas aplicadas aos operadores da Vara de Violência Doméstica, o conhecimento das condições de atuação da unidade de análise, enriquecida com dois casos paradigmáticos de violência doméstica. Com esses materiais e métodos e especialmente com base na observação participante realizada pela autora, este estudo apresenta diagnóstico das dificuldades e potencialidades de atuação do Judiciário, na cidade do Salvador e nessa perspectiva identifica inadequações na estrutura interna de funcionamento dessa unidade, por um lado e do outro, mostra que múltiplos e diferentes fatores estão envolvidos no plano das políticas públicas, na quantidade e qualificação dos operadores da justiça, no perfil da vítima e do agressor e do alcance do conhecimento da sociedade sobre as vertentes da Lei. Enfim, enfatiza necessárias proposições para melhoria do desempenho da Vara visando contribuir para o aperfeiçoamento da atuação dos operadores do direito que atuam na vara da Mulher, no combate à violência intrafamiliar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos da Mulher; Parceiro Íntimo; Ciclo de Violência; Vulnerabilidade; Condições Estruturais; Melhoramento da Atuação.

**ROCHA, Renata de Moraes. Interação entre os poderes do Estado e a sociedade na construção de alternativas para a segurança pública: o caso da rede Mutuípe cidadã.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 29 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Selma Pereira de Santana

Prof. Dr. João Martins Tude

**Resumo:**

A presente dissertação cumpriu o objetivo de analisar o papel do Poder Judiciário na formação e atuação de uma rede de governança voltada para a elaboração de alternativas na área da segurança pública desenvolvida no município de Mutuípe, Bahia, no período de julho de 2012 a setembro de 2015. Havendo o Poder Judiciário assumido posição central na rede em foco, buscou-se explicar por que e como, apesar de constrangimentos legais e institucionais e de seu histórico insulamento, este Poder conseguiu exercer uma postura politicamente ativa em assuntos inerentes à segurança pública no contexto de ação da rede em questão. Pauta-se a presente investigação na análise das relações institucionais, entre atores dos poderes constituídos e a sociedade, mantidas no campo da segurança pública em função da rede Mutuípe Cidadã. Para tanto, procedeu-se à revisão bibliográfica de teorias relacionadas aos estudos sobre o Judiciário, segurança cidadã, governança e análise de redes sociais. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa consistiu num estudo de caso com utilização de técnicas de observação participante, estatística descritiva, entrevistas semiestruturadas, questionários e sociometria. A partir da análise dos achados, observou-se que o Poder Judiciário logrou êxito em reduzir distanciamentos e resistências entre os atores do sistema, em especial no que diz respeito à participação da sociedade local nas questões de segurança pública. Além disso, identificou-se que mais relevante do que competências legalmente estabelecidas foi o protagonismo do representante do Poder “in loco” e a capacidade em construir relações de confiança perante os demais atores, fenômeno possibilitado em função da ausência de outras lideranças e articuladores de ações no campo. Outrossim, aferiu-se que a experiência de governança democrática em rede tende a favorecer o compartilhamento de conhecimento, o entrelaçamento das relações interinstitucionais e a mobilização e ação dos atores em prol de um objetivo comum, inclusive promovendo maior responsabilização e participação. Todavia, observou-se que se fundamentando fortemente a rede na figura de atores específicos e não nas instituições formais, possíveis mudanças ou substituições destes atores são fatores que constituem óbices à continuidade da dinâmica de mutualidade e legitimidade das alternativas e propostas ali geradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governança Democrática; Análise de Redes Sociais; Segurança Pública; Segurança Cidadã; Poder Judiciário.

**LACERDA**, Vanderley Andrade de. **Uma análise sobre a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no município de Juazeiro – Bahia**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Ana Cristina de Souza Mandarinó

DATA DE DEFESA: 25 de janeiro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarinó

Prof. Dr. Estélio Gomberg

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

**Resumo:**

O objetivo desta pesquisa foi analisar a rede de serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica no município de Juazeiro. O estudo foi de natureza etnográfica e a perspectiva da metodologia, qualitativa. Analisaram-se dados das instituições da Rede, tão como os seus funcionamentos. A pesquisa restringiu-se a 5 (cinco) instituições que compõem a rede de enfrentamento da violência contra a mulher no município: a 2ª Vara Crime, Centro de Atendimento a Mulher, a Delegacia da Mulher, o Ministério Público e a Pastoral da Mulher. A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, de análise dos dados fornecidos pelas instituições, e de visitas em loco dos órgãos da Rede de Enfrentamento, que subsidiou a construção de metodologia de análise da rede. Inicialmente, o presente trabalho analisou a parte histórica do desenvolvimento da mulher, passando a sopesar os seus direitos humanos e, na sequência, o avanço legislativo no âmbito internacional e nacional. No último capítulo foi estudada a estrutura conceitual do trabalho em rede; a verificação da rede nacional para, então, passar a construir o diagnóstico da Rede de Enfrentamento de Juazeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra a Mulher. Rede de Enfrentamento. Município de Juazeiro.

**SOUZA JÚNIOR, Wilson Gomes de. Miseravões, Bichos Soltos e Bandidos: o jornal Massa! e a prisão de suspeitos da prática de crimes.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Joviniano Soares de Carvalho Neto

DATA DE DEFESA: 16 de julho de 2015

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Joviniano Soares de Carvalho Neto

Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

**Resumo:**

Este trabalho é um estudo sobre as notícias da prisão de suspeitos da prática de crimes e sobre como a imprensa sensacionalista realiza a apresentação dos indivíduos presos por meio de um enquadramento que resulta na violação aos direitos humanos. O objetivo é verificar como, na prática discursiva do jornal Massa!, baseado nos fait divers (fatos curiosos, inusitados), o preso é retratado nas capas e nas reportagens e em que medida a apresentação resulta em violação dos direitos não retirados com a prisão e promove a humilhação e o preconceito. A pesquisa utiliza referenciais teóricos do Direito, das teorias da notícia e dos efeitos da notícia, e da análise crítica do discurso. Na primeira parte, examina a imprensa e a notícia. Na segunda parte, analisa o sensacionalismo e os direitos humanos violados com o enquadramento promovido pela imprensa. No percurso da pesquisa examina a liberdade de expressão, as liberdades dela decorrentes, e o direito a informação. Analisa os meios de comunicação de massa. Analisa a construção da notícia e as teorias que buscam explicar seus efeitos. Apresenta noções teóricas e conceituais do discurso da imprensa e verifica as formas da análise do discurso. Descreve os direitos dos presos. Analisa a exposição de presos na imprensa, o sensacionalismo e as implicações jurídicas da exposição indevida. Examinou-se o controle judicial em caso de exposição do preso nas mídias, com análise de caso prático. Procedeu-se ao exame do Jornal Massa!, como caso exemplar, utilizando como método a seleção de notícias sobre a prisão de presos suspeitos da prática de crimes nas capas do jornal. As conclusões indicam para a violação dos direitos dos presos e promoção da estigmatização e preconceito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa. Sensacionalismo. Construção da Notícia sobre Prisão. Apresentação dos Presos na Imprensa. Jornal Massa! Violação dos Direitos Humanos.

**SIMÕES**, Isaías Vinícius de Castro. **Segurança institucional e pessoal do juiz de direito no Estado da Bahia**: garantia da efetiva prestação jurisdicional. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Paulo Guedes

DATA DE DEFESA: 11 de dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof. Dr. Dequex Araújo da Silva Júnior

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

**Resumo:**

Em um contexto marcado pela violência, não se espera um comportamento diferente das pessoas que não o de se isolar nas suas casas. Perigos e riscos de agressão à integridade física e moral são marcas do mundo contemporâneo. O fenômeno da violência já atingiu instituições públicas, dentre elas a magistratura, o que gera a sensação de insegurança por parte da população, a qual clama por justiça. Como garantidor da tutela jurisdicional, o juiz de direito vive em um cenário de risco, próprio da sua atuação na sociedade. Tal fato justifica providências para a garantia da segurança da pessoa do togado e da instituição da Magistratura. No entanto, poucas providências são tomadas para evitar o perigo que assombra o cargo público em tela. Esse trabalho pretende apontar situações de risco e perigo que a função de magistrado corre, além de mostrar as lacunas cometidas por parte dos órgãos responsáveis em garantir a segurança institucional e pessoal dos juízes, e a falta de estrutura que colabora para a gravidade do quadro. Ademais, esse estudo quer trazer à tona a reflexão sobre a importância do tema “segurança pública”, tão em voga nos dias de hoje, focando a figura do magistrado como garantidor dos direitos do cidadão. Sem a devida proteção aos membros do Judiciário, o Estado Democrático de Direito estará ameaçado.

**PALAVRAS-CHAVES:** Segurança Pública; Risco; Perigo; Magistrado.

**MARTINS, Márcia Margarida da Silva. *Mediação de Conflitos Agrários*: uma análise do plano nacional de combate a violência no campo e sua aplicabilidade Estado Bahia (2012- 2014). Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).**

**LINHA DE PESQUISA:** Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR:** Júlio César de Sá Rocha

**DATA DE DEFESA:** 11 de dezembro de 2016

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Júlio César de Sá Rocha

Prof. Dr. José Cláudio Rocha

Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

***Resumo:***

O presente trabalho objetiva analisar os Programas elaborados pelo Governo Federal com propostas de efetivação da paz no campo, especificamente o Programa Paz no Campo e o Plano nacional de Combate a Violência no Campo, enfatizando as ações e órgãos envolvidos nos mesmos. Foi realizada análise documental e entrevistas com agentes dos órgãos envolvidos. O caso da Fazenda Marruais foi descrito e acompanhado como análise documental e estudo de caso. Também foi realizada a análise da atuação da PMBA nos conflitos e nas mediações. O Trabalho prioriza o uso do Instituto da Mediação nos conflitos agrários pelas instituições, no período compreendido entre 2012 e 2014, tendo como recorte territorial o Estado da Bahia. Pretende-se ao final da análise identificar a eficácia ou não da aplicabilidade da mesma nos referidos Planos. O caso da Bahia revela a permanência de ocupações, desocupações e reocupações, mesmo sem a implantação das varas agrárias, e sem o fim da violência, mesmo após o aprimoramento das abordagens da PMBA na mediação dos mesmos. Recomenda-se assim, a revisão dos critérios usados na desapropriação, maior verificação do não uso de armas de fogo nos atos de desocupação, além do cuidado no uso dos termos “invasor” pelo termo ocupação pelas instituições envolvidas, principalmente a PMBA, além das novas regras e critérios para a desapropriação pelo poder executivo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mediação; Conflitos Agrários; Polícia Militar da Bahia.





**MAYO**, Claudenice Teixeira Cerqueira. **O adolescente pobre e o envolvimento com o tráfico de drogas em Salvador-BA**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Clóvis Roberto Zimmermann

DATA DE DEFESA: 31 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

Prof. Dr. Luiz Cláudio Lourenço

Prof. Dr. Carlos Francisco Linhares de Albuquerque

**Resumo:**

O presente trabalho de pesquisa trata da questão referente ao envolvimento do adolescente no tráfico de drogas que vive em condições de desigualdade social, sem perspectiva de uma vida melhor, enfatizando os fatores que contribuem para que esse fato ocorra, analisando a necessidade do dever moral de contribuição da sociedade de modo geral e dos poderes públicos na implementação de políticas públicas no sentido de atendimento das necessidades básicas da pessoa humana de acordo com o que determinam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Levanta ainda a discussão e questionamentos em relação à inclusão de adolescentes que vivem nos bairros periféricos de Salvador sem nenhuma perspectiva de um futuro melhor para que possam adquirir dignidade e cidadania plena. Na realização deste estudo, foi articulada pesquisa bibliográfica, com levantamento de referenciais teóricos de relevância face à temática; pesquisa de campo com observação da realidade, elaboração de cadernos de campo e realização de entrevistas com adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. Foram realizadas pesquisas de levantamentos estatísticos, na Delegacia Para o Adolescente Infrator – DAI e na Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC, através da contabilização das estatísticas de registros de ocorrências policiais, evidenciando o envolvimento de adolescentes com a criminalidade do tráfico de drogas. Por meio das entrevistas e dados fornecidos pela FUNDAC sobre os adolescentes que praticam atos infracionais, especialmente os que estão envolvidos no tráfico de drogas, foram levantados os perfis dos adolescentes no que diz respeito à situação econômica e social desses indivíduos para que se pudesse estabelecer a relação da situação do adolescente em desigualdade social e o seu envolvimento no tráfico de drogas. Com o levantamento feito a partir dos bairros considerados periféricos de Salvador, onde há maior incidência de tráfico de drogas, observa-se neles uma grande carência no que diz respeito à habitação, rede de esgotos, saneamento básico número de instituições educacionais, áreas de lazer, entre outros, evidenciando a grande desigualdade social existente na cidade de Salvador. Em razão dos diversos aspectos explorados neste trabalho de pesquisa ficam evidenciadas as vulnerabilidades em que se encontram as crianças e adolescentes, necessitando de uma intervenção eficaz por parte do Estado e de toda sociedade para que ocorram mudanças profundas no sentido de mudar o futuro desses indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminalidade; Adolescentes; Tráfico; Drogas; Segurança Pública.

**RIBEIRO**, Anilma Rosa Costa Oliveira. **A formação profissional dos soldados em direitos humanos na polícia militar da Bahia**: integralização entre a educação institucional e a conveniada. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Júlio César de Sá Rocha

DATA DE DEFESA: 30 de novembro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Júlio César de Sá Rocha

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Daniel Oitaven Pamponet Miguel

**Resumo:**

A segurança pública brasileira passou, ao longo dos anos, por diversas transformações e adequações baseando-se na promoção da cidadania para superar a velha oposição entre polícia e direitos humanos. Com a Constituição de 1988, a garantia de direitos e a proteção dos cidadãos foram colocadas como funções primordiais de qualquer política de Estado e de segurança pública, devendo os policiais serem formados sob esses princípios em obediência aos Programas e Planos Nacionais e Estaduais de Segurança Pública e Educação em Direitos Humanos. O questionamento atual sobre qual modelo de policiamento o cidadão deseja encontrar e qual formação os policiais devem adotar para uma polícia voltada para a preservação da vida, não somente dos cidadãos, mais também a sua, sem deixar de lado o preparo para combater a violência, a marginalidade e os corruptores, foi essencial para tentar entender como a disciplina e cursos em direitos humanos estão sendo disponibilizados para os soldados em formação e em atuação. Assim, neste trabalho foi analisado o desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos no contexto da Segurança Pública, tomando como base a formação dos soldados da Polícia Militar na cidade de Feira de Santana/Bahia. Os resultados indicam que através da Lei n.º 5.655, de 05 de janeiro de 1990, a disciplina de Direitos Humanos nos cursos de formação de soldados da PM/Ba, foi incluída formalmente pelo governo baiano. No entanto, não existe uma formação continuada institucional ou conveniada exclusivamente em Direitos Humanos para os soldados. Com o estudo e conhecimento produzido, percebeu-se a necessidade de se oferecer mais cursos voltados para os soldados para que a temática dos direitos Humanos seja trabalhada de forma mais cuidadosa, através de mais convênios para adequação das necessidades do cotidiano policial e das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Direitos Humanos; Educação.

**LEAL NETO**, Fernando Caria. **Apropriação dos espaços de interação social e criminalidade no bairro do Nordeste de Amaralina – Salvador/BA**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Estélio Gomberg

DATA DE DEFESA: 09 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Estélio Gomberg

Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarinino

Prof.(a). Dra. Adrianyce Angélica Silva de Sousa

**Resumo:**

A presente dissertação dispôs a identificar e analisar as questões em torno dos problemas causados pela urbanização desordenada, na perspectiva da segregação socioespacial, da desorganização social e da fragilização do controle social informal, que podem concorrer para tornar a comunidade vulnerável a determinadas práticas delituosas. Como consequência, examinou-se a percepção da comunidade acerca da atuação da Base Comunitária de Segurança instalada no Nordeste de Amaralina, em especial quanto à melhoria na sensação de segurança dentro do Bairro. A abordagem metodológica foi de natureza qualitativa, uma vez que foram abordadas as relações das pessoas com os espaços públicos abertos, a questão da exclusão socioespacial, o crime e sua prevenção através de intervenções urbanísticas que reforcem o controle social informal. E dentro da ótica da Segurança Pública, esta abordagem levou em consideração, após a contextualização socioespacial do Nordeste de Amaralina, o desenvolvimento das interações sociais ocorridas a partir da implementação da Base Comunitária de Segurança, em 27 de setembro de 2011. Em termos teóricos, a pesquisa trabalhou a noção de cidade, suas funções e o delineamento da concepção de espaços de interação comunitária, abordou as relações entre o processo de urbanização e a criminalidade. Nesse sentido, a partir das concepções de desorganização social e cidade criminógena, oriundas da Escola Sociológica de Chicago, foram trazidas algumas contribuições teóricas de prevenção ao crime a partir do espaço público. São elas, a ideia de “Olhos na rua”, a do Desenho Ambiental – CPTED, e a política de territorialização que vem sendo adotada no Brasil, caracterizada pela ocupação das comunidades com bases comunitárias, na Bahia, ou Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. O resultado da investigação trouxe indicativos de baixa interação social entre os moradores das diversas áreas do Nordeste de Amaralina, mesmo após a instalação das Bases Comunitárias de Segurança. Além disso, em relação à configuração espacial e à luz das teorias apresentadas, foi identificada a necessidade de intervenções profundas no sentido de facilitar a sociabilidade e a circulação das pessoas, interna e externamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços Públicos; Desorganização Social; Segregação Socioespacial; Controle Social Informal; Crime; Nordeste de Amaralina.

**ARAÚJO**, Rafael Oliveira Santos. **Núcleo de polícia restaurativa**: em busca de um caminho transformativo na resolução de conflitos penais. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2018. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 14 de setembro de 2018

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Mariana Thorstensen

Prof. Dr. Clóvis Roberto

**Resumo:**

Este projeto estrutura a criação de um Núcleo de Polícia Restaurativa (NPR) voltado para a resolução de conflitos registrados na Delegacia de Polícia de Brumado/BA. Tem como problemática a discussão sobre modos adequados de administração de conflitos pela Polícia Civil. Justifica-se a partir da demanda diuturna de ocorrências na delegacia e na insuficiência do tratamento dispensado pelo modelo tradicional de formalização dos casos. Fundamenta-se na Justiça Restaurativa a partir da concepção transformativa, discutindo suas concepções e as correntes teóricas que deram origem à JR. O Núcleo deverá implementar práticas restaurativas por intermédio da metodologia dos círculos de construção de paz e mediação transformativa. Apresenta um modelo piloto de resolução de conflitos a partir da facilitação do diálogo e busca fomentar a pacificação social, resolução dos conflitos e ressignificação das práticas policiais. Viabiliza um modo institucional de empoderar os indivíduos e comunidades através do envolvimento destes na resolução dos conflitos, servindo como facilitador da comunicação interpessoal. Descreve os setores de recursos humanos, instalações físicas, fluxos procedimentais a serem instalados no NPR. Fundamenta legalmente a legitimidade da Polícia Civil para proceder em práticas restaurativas para diversos crimes. Discute os obstáculos e desafios a serem enfrentados pela inovação no âmbito da gestão de conflitos da sociedade brumadense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto; Polícia Restaurativa; Justiça Restaurativa.

**CARDOSO, Tuany Sande. Tráfico para fim de Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes:** Análise da rede de enfrentamento do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Ana Paula Rocha do Bomfim

DATA DE DEFESA: 30 de maio de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ana Paula Rocha do Bomfim

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos

Prof.(a). Dra. Salete Maria da Silva

**Resumo:**

O presente estudo visa analisar o panorama da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado da Bahia. Para tanto, a presente dissertação se iniciará da análise histórica sobre a escravidão humana, verificando o momento onde a sociedade passou a condenar a transformação do homem em mercadoria, trazendo à baila a diferença conceitual entre Tráfico de Pessoas e escravidão humana. Após, será analisada a tutela internacional dos direitos humanos e não violência. Na sequência será discutida a atuação da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado da Bahia, através do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado, analisando a comunicação do Comitê com os municípios do interior. Será debatido a mudanças legislativas no que concerne ao crime de tráfico de pessoas. No último capítulo serão retratados os resultados da pesquisa empírica. Para a delimitação dessa proposta, foi escolhida a análise de três cidades do interior baiano (Feira de Santana, Juazeiro, Porto Seguro) e Salvador, pois, são cidades, que nas pesquisas atuais, são consideradas polos da Rede Criminosa ao Tráfico de Pessoas. Dessa maneira, a presente dissertação se valeu da realidade dos municípios de Juazeiro, Feira de Santana, Porto Seguro e Salvador, com o fito de apresentar o panorama da comunicação de rede no Estado da Bahia. Para a construção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos membros da rede, visando, inicialmente, evidenciar o desenvolvimento de cada rede municipal para então delinear o panorama da rede estadual. Para tal, a pesquisadora, inicialmente, em relação a metodologia, trabalhou com o materialismo histórico de Marx, apresentando uma breve síntese sobre escravidão humana, passando pela análise dos direitos humanos até a construção das redes de enfrentamento.

**PALAVRAS CHAVES:** Políticas Públicas; Enfrentamento; Tráfico Humano; Exploração Sexual.

**FRANÇA**, Antônio Deiró. **Conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz**: o caso do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Sônia Cristina Lima Chaves

DATA DE DEFESA: 20 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof.(a). Dra. Catharina Matos Soares

Prof.(a). Dra. Shirley Andrade Cruz

**Resumo:**

Esta dissertação tem como objetivo geral, analisar a percepção dos atores envolvidos no processo de implementação do Conselho Comunitário de Segurança Pública no Bairro da Paz, no Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, dando também suporte para o desenvolvimento do Policiamento Comunitário. Visou especificar: Caracterizar o Bairro da Paz, incluindo a história do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos no Bairro da Paz; analisar a percepção dos atores (moradores, docentes, alunos, lideranças e gestores da Polícia Militar da Bahia), sobre a violência no bairro; descrever a implementação do Conselho Comunitário de Segurança nesse bairro e analisar criticamente as potencialidades e dificuldades para implementação de conselhos participativos dessa natureza. Foi dividida em sete capítulos, assim dispostos: primeiro capítulo refere-se à introdução; o segundo capítulo diz respeito aos objetivos geral e específico; o terceiro fala do Marco Referencial, o qual faz abordagens, abrangendo artigos com resultados de pesquisas e abordagens de literatura com diversos significados e palavras chaves; o quarto capítulo, tratar da Metodologia empregada mostrando o material utilizado para a pesquisa de campo e os procedimentos realizados no seu desenvolvimento. Foi utilizada a pesquisa exploratória descritiva, bem como foram aplicados questionários de pesquisa e entrevistas, além de pesquisa documental, seguida de tabulação, análise e interpretação. A amostra foi constituída por 266 estudantes do Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos, 28 docentes, 114 moradores e 20 Policiais Militares de graduações hierarquicamente variadas, além do Comandante do Policiamento Regional Atlântico. No quinto capítulo abordou-se os resultados e discussão, pauta importante dessa dissertação. O sexto capítulo apresentou as considerações finais, concluindo, analisando criticamente as potencialidades e dificuldades para implementação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho Comunitário de Segurança Pública; Bairro da Paz; Mobilização; Policiamento Comunitário; Segurança Pública; Escola; Comunidades.

**ANDRADE**, Rubenilton Matos. **Violência letal na cidade de Salvador-BA: uma análise da gestão das informações criminais produzidas pelo sistema de defesa social.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA:** Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR:** Paulo Guedes

**DATA DE DEFESA:** 22 de julho de 2016

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof. Dr. Eduardo Manuel de Freitas Jorge

Prof. Dr. Hugo Saba Pereira Cardoso

**Resumo:**

No Brasil, tem sido cada vez mais comum críticas às bases de dados criminais da segurança pública, considerando um padrão de precisão realista. Essas críticas são motivadas pela ausência de uniformidade das estatísticas criminais, em virtude de os Estados criarem regras próprias para a definição e classificação das mortes violentas intencionais, prejudicando a comparabilidade entre as Unidades da Federação. Este trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade das informações produzidas pelos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social da Bahia, com enfoque nas mortes violentas intencionais, ocorridas em Salvador, cujo recorte temporal foi o ano de 2014. A análise da qualidade dos dados de homicídios pode envolver inúmeros fatores e variáveis. Diante disso, como parte da estratégia de verificação e validação dos dados, analisou-se o método, o fluxo e as diferentes formas de registros desse fenômeno, para aferir o grau de validade e confiabilidade dos registros policiais, sob o ponto de vista dos processos de coleta, sistematização, classificação e divulgação das informações das mortes de interesse da segurança pública. A pesquisa foi desenvolvida em três fases que envolveram estratégias metodológicas distintas, possibilitando conhecer a estrutura e as práticas institucionais da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) na produção da estatística criminal. Os resultados alcançados permitiram estabelecer o grau de consistência das informações, tendo como parâmetro os critérios estabelecidos pelo Protocolo de Bogotá sobre a qualidade dos dados de homicídios da América Latina e Caribe, onde foi possível avaliar o percentual de alimentação dos microdados da vítima, do autor e das circunstâncias do fato, registrados nas principais bases de dados da SSP-BA. Além disso, o presente estudo permitiu conhecer a política de contagem das mortes violentas e as diferenças conceituais entre as estatísticas de morte violenta da Segurança Pública e do Ministério da Saúde. Por fim, descreveu-se o panorama das mortes violentas em Salvador, a partir da análise da dinâmica criminal e do perfil de vitimização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Violência Letal em Salvador; Validade; Confiabilidade dos Dados.



**BRAGA NETO**, José Ribeiro. **As atividades do CBMBA**: Uma nova proposta de interiorização. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Ana Cristina Mandarino

DATA DE DEFESA: 29 de janeiro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ana Cristina Mandarino

Prof. Dr. João Apolinário

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

**Resumo:**

O objetivo desta pesquisa é traçar um retrato sobre a prestação de serviços oferecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) no interior do estado e, à vista disso, apresentar uma proposta de incremento de suas atividades nessa região. Nesse contexto, urge a necessidade de um estudo mais aprofundado do CBMBA, tanto das rotinas administrativas como operacionais, para possibilitar o empenho e a adoção de medidas que viabilizem melhorar a organização dos bombeiros, seu efetivo e equipamentos, além de melhor interpretar as incessantes transformações sociais, culturais e tecnológicas, bem como o desenvolvimento progressivo da administração pública. Assim sendo, a presente obra visa contribuir para a melhoria nas atividades operacionais do CBMBA e, por conseguinte, no suporte administrativo e logístico, imprescindíveis ao desempenho das suas atividades, em especial as concernentes às Unidades Operacionais de Bombeiros Militares subordinadas ao Comando de Operações de Bombeiros Militares do Interior (COBMI).

**PALAVRAS CHAVES:** Corpo de Bombeiros, Interiorização, Políticas Públicas.

**FERREIRA MELO, Carlos Henrique. A Identificação do Suspeito pela Polícia de Salvador – Bahia: Uma abordagem técnica ou estereotipada?** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 30 de novembro de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarinino

Prof. Dr. Rodrigo Ladeira

**Resumo:**

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo perceber a visão do cidadão no que tange a escolha do elemento suspeito pela Polícia Militar de Salvador – Bahia na perspectiva da abordagem policial, com o intuito de averiguar se esta escolha é feita tendo por parâmetro a técnica aprendida e disseminada pela Corporação ou apenas é baseada no estereótipo, na tentativa de compreender a percepção e entendimento da sociedade em relação a este procedimento técnico e tão necessário para a manutenção da segurança pública. Através da observação das situações contraditórias e paradoxais, tentar compreender as múltiplas inquietações destes cidadãos, bem como averiguar também as ações pontuais dos policiais nesta escolha, as quais causaram impactos negativos e geraram tais percepções, com vistas a melhorar as relações polícia sociedade. E, através deste levantamento, ampliar os conhecimentos adquiridos e pensar em projetos que possam solucionar ou minimizar os problemas detectados, contribuindo assim para desmistificar como é feita a escolha do suspeito pela Polícia Militar da Bahia e aprimorar as ações policiais com a conscientização e formação de Policiais críticos e reflexivos, capazes de enxergar o mundo a partir do olhar do outro, respeitando as individualidades e crescendo com elas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo; violência policial; suspeição; abordagem; discriminação racial.

**MAGNAVITA**, Augusto César Miranda. **Gestão de Riscos na Segurança Universitária**: uma abordagem na Universidade Federal da Bahia - Campus Ondina. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA**: Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR**: Paulo Guedes

**DATA DE DEFESA**: 19 de agosto de 2016

**BANCA EXAMINADORA**: Prof. Dr. Paulo Guedes

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Valmir Farias Martins

**Resumo:**

O crescimento da violência nos grandes centros urbanos, acentuado a partir da década de setenta do século vinte, tem suscitado reflexões de diversos segmentos da sociedade no sentido de buscar soluções para tal fenômeno. Dentro dessa conjuntura, determinados espaços urbanos, regidos por legislações específicas, têm sido alvo do aumento da violência, facilitada pelo modelo de segurança utilizado. Trata-se do Campus Universitário, que, devido a tradições e culturas medievais, são espaços públicos em que a produção do conhecimento não teria a necessidade de aplicação de organismos públicos para controle da segurança (universidades federais, universidades estaduais e municipais). Contudo, há uma transformação contemporânea em que existe uma exposição de riscos que precisam ser mitigados. Os riscos são de diversas naturezas, inclusive aqueles produzidos pelo aumento da violência e da criminalidade, que se distribui uniformemente em todo território. A pesquisa, que teve como objetivo principal discutir o risco e a segurança no ambiente acadêmico da Universidade Federal da Bahia, aplicando-se o método de estudo de caso, encontrou as seguintes evidências: a) existem riscos inerentes à produção de conhecimento, estando eles vinculados a diversos ambientes; b) há riscos que envolvem a segurança pública, estes se evidenciam pelo avanço da violência e da criminalidade nos espaços urbanos da cidade de Salvador; e c) por fim, constatou-se que há uma necessidade urgente em se fazer o planejamento de prevenção e redução de riscos em toda a universidade, principalmente daqueles que têm uma interface direta com a segurança pública.

**PALAVRAS-CHAVE**: Segurança. Risco. Gestão. Universidade Federal da Bahia.

**SANTOS, André Vinício Sales dos. Representações Sociais do Auto de Resistência para os Policiais Militares das Companhias Independentes de Policiamento Tático – CIPT/RONDESP.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Paulo Guedes

DATA DE DEFESA: 19 de agosto de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Júlio César de Sá Rocha

Prof. Dr. Roberval Passos de Oliveira

Prof.(a). Dra. Sofia Silva de Souza

**Resumo:**

A sociedade brasileira enfrenta o desafio de alcançar a efetividade dos valores consagrados na Constituição Federal. Nesse contexto, a segurança pública é uma das searas que mais demanda atenção dos governantes, na busca de instrumentos que permitam o combate à criminalidade e redução das taxas de crimes letais. Nesse quadro, o papel da polícia não pode ser negligenciado, o que leva a constantes discussões sobre a atuação policial, insurgindo-se, alguns, contra a utilização do Auto de Resistência (AR), todavia, poucos são os estudos dedicados a entender como essa realidade se apresenta no cotidiano policial. Diante deste cenário, a presente dissertação tem por objetivo de identificar as representações do Auto de Resistência dos policiais militares lotados nas Companhias Independentes de Policiamento Tático - CIPT/RONDESP, na cidade de Salvador. Este estudo foi elaborado tendo como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais, enfatizando a Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean Claude Abric, a partir da qual foi realizada a análise dos dados obtidos nas entrevistas. Os resultados demonstram que as ocorrências que envolvem o auto de resistência apresentam múltiplas dimensões, significando ao mesmo tempo: combater o opositor, única alternativa a sobrevivência do policial militar, preocupação e cuidado com sua sobrevivência, preservação da vida de outras pessoas e o agir conforme a lei, quadro que lhes impõem inúmeras preocupações interferindo diretamente nas construções e reconstruções das representações sociais sobre o Auto de Resistência, determinando comportamentos e ações. Entende-se que este estudo, através do conhecimento produzido, comprova que o referencial legal é insuficiente para definir a complexidade fática personificada nos autos de resistência, tornando-se necessário que a temática do AR seja trabalhada de forma mais cuidadosa, através da descrição mais criteriosa das condutas que ensejam sua lavratura, como também que seja efetivamente mais debatido no cotidiano policial, almejando atenuar as consequências negativas atinentes a essa realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações Sociais; Segurança Pública; Auto de Resistência.

**SANTOS, Carlos Alberto Miranda. A eficácia da aplicabilidade dos meios consensuais de resolução de conflitos no policiamento comunitário.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Dequex Araújo Silva Junior

DATA DE DEFESA: 16 de março de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Junior

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Valmir Farias Martins

**Resumo:**

Na Polícia Militar do Estado da Bahia, o policiamento comunitário teve o seu desenvolvimento no final da década de 1990, com a implantação do Projeto Polícia Cidadã (PPCid), realizado em convênio com a Universidade Federal da Bahia, cujo objetivo era o de melhorar a qualidade dos serviços de segurança pública para a população. Com a criação do programa Pacto Pela Vida (PPV), através da Lei 12.357, de 26 de setembro de 2011, a proposta do policiamento comunitário é ratificada, através das Bases Comunitárias de Segurança (BCS), hoje, num total de dezessete em todo o Estado, sendo onze na capital e região metropolitana, e seis no interior. Diante dessa necessidade de melhoria na qualidade dos serviços e reaproximação com a comunidade, os Meios Extrajudiciais de Resolução de Conflitos (MERCs) podem se constituir num excelente mecanismo, pois se propõem a sanar os conflitos comunitários sem a necessidade de uma intervenção estatal, de forma transdisciplinar ou zetética. Tomando-se como recorte empírico da pesquisa as BCS do Calabar e Nordeste de Amaralina, no espaço temporal de 2011 a 2013, estabeleceu-se como objetivo geral investigar em que medida a utilização dos MERCs pode ajudar na melhoria da atividade policial militar. Durante a investigação utilizou-se o método hipotético dedutivo. Quanto aos objetivos pretendidos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e descritiva; observando-se o momento da coleta de dados, a pesquisa é transversal. Analisando-se a manipulação das variáveis, o trabalho é não experimental e quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, a pesquisa é bibliográfica. O seu enfoque é qualitativo e quantitativo, pois se utilizou de revisão bibliográfica, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Do analisado, ficou constatado que não se constitui numa prática usual a utilização dos MERCs pelo efetivo das duas bases estudadas, justificando-se essa não utilização num desestímulo por parte do efetivo, que não tem as suas demandas atendidas pela Corporação, na falta de educação continuada e na falta de interesse da aludida Instituição em fazer desses mecanismos uma rotina. Constatou-se, também, que a utilização dos MERCs, a exemplo da mediação, tem como benefícios a melhoria na relação entre Polícia Militar e comunidade, pois, tem a possibilidade de resolver os conflitos, elevando-se a autoestima do policial, além de reduzir a criminalidade, a insegurança e o medo do crime.

**PALAVRAS-CHAVE:** Policiamento comunitário. Bases Comunitárias de Segurança. MERCs. PMBA. Segurança Pública.

**PACHECO, César de Sá. Análises das veiculações sobre polícia comunitária no site da secretaria de segurança pública do estado da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Estélio Gomberg

DATA DE DEFESA: 27 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Estélio Gomberg

Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarinino

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

**Resumo:**

Trata-se de um trabalho de pesquisa acadêmica do tipo bibliográfica e documental que faz uma abordagem a uma das questões mais atuais envolvendo a segurança pública: a Polícia Comunitária. O estudo desenvolve-se através de uma análise crítica e reflexiva sobre a consolidação de uma Polícia Comunitária (reflexo de um estado democrático de direito) e a forte resistência a esta instauração percebida pela permanência de uma cultura policial autoritária e repressiva (herdeira não apenas da tradição brasileira, mas também fortemente incrementada pelos anos de ditadura). Para desfazer tal entrave, os capítulos e tópicos desenvolvidos selecionaram as questões que mais se aproximam da temática em análise. Inicialmente abarca-se uma abordagem sobre o conceito e a evolução histórica da Segurança Pública. Posteriormente, o estudo apreende sobre Gestão pública, no que tange a sua missão à luz dos princípios constitucionais; as singularidades de compreensão conceitual entre o ato de administrar e o de gestar. O trabalho também apresenta uma exposição sistemática sobre a evolução histórica constitucional e infraconstitucional da Gestão Pública e a sua aplicabilidade na Administração Pública Federal, fazendo uma comparação analítica em uma perspectiva evolutiva. A Polícia Comunitária, aqui não foi tratada como uma nova alternativa para reverter o quadro de desprestígio social e político das organizações vinculadas, até então, à Segurança Pública, mas sim a contribuição dela para obter a preservação do equilíbrio social e o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e a sociedade os quais se apresentam em colisão. Nessa esteira, caminhando lado a lado com a política pública, o último capítulo aponta como um processo de comunicação pode contribuir para aproximar a Polícia da Sociedade, caso os meios midiáticos sejam capazes de gerar e alimentar a conversação e de processar as divergências de visões e os conflitos morais decorrentes da abertura do tema da segurança pública. Constatou-se que há uma dificuldade de a polícia conceber estratégias de comunicação que deem conta de visualizar as complexas relações entre os processos massivos e os comunicativos que penetram as redes de sociabilidade em um Estado democrático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Polícia Comunitária; Bases Comunitárias de Segurança; Comunidade; Informação; Divulgação de Ações.

**RODRIGUES, Maria Victória Braz Borja. A mediação escolar como experiência preventiva e de redução da violência:** a vivência do observatório da pacificação social da Universidade Federal da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2015. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Celso Luiz Braga de Castro

DATA DE DEFESA: 17 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Celso Luiz Braga de Castro

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Eduardo Manuel Val

**Resumo:**

Esta dissertação analisa a implantação do modelo experimental de intervenção “Mediação Escolar em Pauta” no Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins e no Colégio Modelo Hildécio Antônio Meireles, localizados no interior da Bahia. Este projeto foi desenvolvido no bojo das atividades do Observatório da Pacificação Social, Programa de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado da Bahia. O objetivo do presente estudo consiste na perscrutação das práticas comunicativas e de resolução consensual de conflitos utilizadas no contexto escolar enquanto estratégias de prevenção e redução da violência. As questões atinentes à insegurança pública e violência no âmbito escolar demandam ações preventivas e de contenção dos males causados. A problemática deste trabalho investiga a mediação como meio eficaz de resolução dos conflitos escolares e propagador de uma cultura de paz. O capítulo primeiro examina as noções históricas e conceituais da mediação escolar e da dinâmica da violência, bem como as formas usuais de combate a esta mazela social. O segundo capítulo descreve a implantação do pro eto “Mediação Escolar em Pauta”, a fim de proporcionar a replicação deste modelo inicial em quaisquer instituições de ensino para que haja precaução contra as ações violentas nas escolas, o desrespeito coletivo e a inabilidade dialógica da comunidade específica. O último capítulo, por seu turno, esclarece a percepção da violência nas escolas contempladas pelo Projeto, aprecia os diagnósticos e resultados alcançados mediante a abordagem qualitativa e quantitativa características da triangulação metodológica, arrematando-se a discussão com a validação da mediação escolar enquanto novo paradigma educacional. Nesse sentido, por meio da análise dos dados, concluiu-se pela confirmação de que a implantação do pro eto “Mediação Escolar em Pauta” proporcionou resultados sólidos e favoráveis à pacificação social, difundindo-se uma cultura de paz nos espaços contemplados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mediação Escolar; Colégio Gentil Paraíso Martins; Colégio Modelo; Hildécio Antônio Meireles; Violência; Escola; Pacificação social; Modelo Experimental.

**CARDOSO JR.**, Valmir Lacerda. **Reestruturação e interiorização do Departamento de Polícia Técnica da Bahia**: estudo de caso da Coordenadoria Regional de Jacobina-BA (2005-2015). Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 10 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Cláudia Moraes Trindade

Prof. Dr. Rodrigo Ladeira

**Resumo:**

O estudo de caso, através de pesquisa exploratória, visa analisar como a reestruturação e interiorização do DPT-BA na CRPT de Jacobina melhorou, ou não, os serviços oferecidos pela Instituição aos jurisdicionados do Território do Piemonte da Chapada Diamantina sob a luz da Criminologia e da Política Criminal. Este autor, além de Perito Criminal do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia atuando como Coordenador Regional da Polícia Técnica de Jacobina desde 2008, é, também, Professor Especialista Auxiliar do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV Jacobina, onde ministra aulas de Direitos Humanos, Ética, Criminologia e Direito Penal desde 2007, pretendendo, portanto, contribuir com o ensino superior público. Especificamente, objetiva-se discutir as políticas de segurança pública no contexto do estado democrático de direito e as relações constitucionais das políticas públicas da segurança pública; historicizar e refletir o DPT e a regional de Jacobina-BA no campo da Criminologia e da Política Criminal; desenhar a reestruturação do DPT e analisar como o processo de reestruturação foi compreendido pelos jurisdicionados do território do Piemonte da Chapada Diamantina. Este trabalho dissertativo, além da Introdução, das Considerações e das Referências, estrutura-se com seis capítulos. O primeiro analisa o Estado democrático de direito e parte da compreensão de dois temas: Contemporaneidade e Ética. O segundo analisa a Criminologia a Política Criminal e fatores sociais que influenciam na criminalidade. O terceiro discute políticas públicas de segurança pública no contexto constitucional vigente. O quarto dialoga com a doutrina de gestão, especificamente sobre estruturação organizacional. Os dois últimos capítulos são frutos do trabalho de pesquisa em campo sobre o órgão estadual de perícia, seus institutos, em especial a Diretoria do Interior, sobre o território do Piemonte da Chapada Diamantina, e, por fim, há uma reflexão sobre a CRPT de Jacobina-BA e sobre os serviços oferecidos por esta Coordenadoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia Técnica; Reestruturação e Interiorização; Regional de Jacobina – BA.



**FREITAS**, Luiz Cláudio Xavier de. **Análise da política pública Pacto Pela Vida implementada no Estado da Bahia**: um foco na redução dos crimes violentos letais intencionais. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2016. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Ana Cristina de Souza Mandarino

DATA DE DEFESA: 27 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarino

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

**Resumo:**

Com a crescente escalada da criminalidade violenta letal intencional na Bahia, principalmente a partir de 2002 com seu ápice em 2010, nesse contexto, o estado no segundo semestre de 2011 implementa o Pacto Pela Vida. O Programa surge com a proposta de participação e integração dos Poderes Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos do executivo na perspectiva de um novo paradigma de gestão da segurança pública com estabelecimento de meta e foco na redução do crimes violentos letais intencionais – CVLI. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar a Política Pública de segurança denominada Pacto Pela Vida, na perspectiva de identificar se houve redução dos crimes contra a vida, com base nos dados de 2013 e 2014, no bairro da Pituba – AISP -16, em Salvador. Assim, a pesquisa tratou da segurança pública em sentido amplo, apresentando os órgãos policiais previstos na Constituição brasileira que são responsáveis por essa atividade. Foi abordado o tema política pública, a fim de permitir a diferenciação entre uma política de estado e de governo, entendendo que a participação da comunidade é fator primordial na implementação das políticas públicas. Abordamos a questão da eficiência no serviço público prestado à sociedade, e os princípios da dignidade da pessoa humana e o respeito aos direitos fundamentais que balizam a atuação policial numa perspectivas de inserir na formação e capacitação policial disciplinas com enfoque nos direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Segurança Pública; Gestão; Crime contra a vida.

**PASSOS SOBRINHA**, Ronilza Andrade. **Um Olhar Feminino**: atuação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Salvador/Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA**: Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR**: Ana Cristina de Souza Mandarino

**DATA DE DEFESA**: 23 de outubro de 2017

**BANCA EXAMINADORA**: Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarino

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos

**Resumo:**

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal discutir a partir de uma perspectiva do olhar feminino, se estas percebem que suas atuações trazem novas contribuições para as B C. se no olhar das policiais militares que atuam nas Bases Comunitárias de Salvador, elas fazem diferença, quais as possíveis contribuições para as comunidades atendidas pela BCS. Em relação aos objetivos específicos, buscamos identificar quais são as atividades desenvolvidas por estas assim como as dificuldades encontradas no dia a dia no trato junto a comunidade. Como objetivos específicos verificar quais atividades que a policial feminina desenvolve na BCS, conhecer as suas dificuldades encontradas seja ela materiais, institucionais, políticas, sociais, dentre outros. Na sociedade contemporânea é relevante e ascendente a participação de mulheres em profissões consideradas até então, essencialmente masculinas, e as mulheres estão presentes em áreas antes consideradas “de domínio masculino”, como por exemplo, a área militar. Este trabalho buscou conhecer a atuação das mulheres policiais, seu olhar e sua forma de gestar nas Bases Comunitárias de Segurança de Salvador, bem como estudar a evolução e os conceitos da polícia comunitária, descrever a filosofia de polícia comunitária baseada no sistema Koban como forma de evolução nas instituições militares e visto como solução viável para redução dos índices de violência. A metodologia aplicada na pesquisa utilizou revisões bibliográficas, aproximações teóricas sobre o contexto histórico e o processo de inserção das mulheres nas Bases Comunitárias e pesquisa de campo, esta última tendo por instrumento de coleta de dados questionários estruturados e semi-estruturados.

**PALAVRAS-CHAVES**: Mulheres Policiais; Política de Segurança Pública; Base Comunitária.



**BARRETO**, Daniela Brito Coelho Moreira. **Conselho Comunitário de Segurança como espaço de concretização da cidadania soteropolitana**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Dequex Araújo Silva Júnior

DATA DE DEFESA: 20 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Júnior

Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof.(a). Dra. Patrícia Lessa Santos Costa

***Resumo:***

O presente trabalho analisou a Gestão democrática da Segurança Pública, através do Conselho Comunitário de Segurança, por meio da participação social da população dos bairros da Pituba e do Nordeste de Amaralina, no Município de Salvador. Daí advém a necessidade específica de concretizar os tipos de problemas de Segurança Pública que são objeto de discussão em ambos os conselhos, caracterizar os seus membros participantes e identificar os tipos de participação. Constatou-se que a implementação das propostas apresentadas pelas referidas entidades traz resultados satisfatórios à comunidade no que se refere à segurança local. Do ponto de vista teórico, houve discussões sobre poder, participação, cidadania e segurança pública. Do ponto de vista prático, esta pesquisa constituiu-se em um subsídio para a reflexão acerca do processo de gestão de políticas públicas, podendo servir para estimular a participação popular. Por fim, observou-se que a filosofia de Polícia Comunitária desponta como válida estratégia de produção de qualidade de vida às pessoas, sendo o alicerce na resolução dos problemas e uma das formas de efetivação do direito fundamental a segurança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho Comunitário de Segurança; Participação; Segurança Cidadã; Gestão Democrática.

**MEDEIROS, Ernesto Cabral de. Abordagens policiais no município de Euclides da Cunha/BA: a discricionariedade no preenchimento dos requisitos legais e no registro das ações.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Sônia Cristina Lima Chaves

DATA DE DEFESA: 20 de outubro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra. Karine Freitas Souza

**Resumo:**

Problemática: Observa-se que a legislação vigente confere à autoridade policial o poder de abordar e revistar qualquer cidadão, desde que ha a uma “fundada suspeita” de que o mesmo esteja em desacordo com a lei criminal, nos termos dos artigos 240 e 244 do Código de Processo Penal. Contudo, não existe qualquer regulamentação mínima sobre o que venha a ser essa “fundada suspeita”, ficando tal conceito indeterminado suscetível de preenchimento de significado pela ampla discricionariedade que dispõe o policial de rua em sua atividade. Assim, uma vez que o Estado Brasileiro, com o advento da CR/88, alcançou o patamar de Estado Democrático de Direitos, com a submissão dos atos dos agentes estatais aos ditames da lei e dos princípios fundamentais e valores previstos na Constituição, as abordagens com busca pessoal não podem ficar à margem de qualquer limite ou controle; notadamente porque em tais diligências se evidencia com bastante clareza a tensão existente entre o monopólio estatal da força, através de uma autoridade policial legitimada pela lei criminal, e o cidadão detentor dos direitos fundamentais de preservação da privacidade e intimidade. Objetivo: O presente estudo analisou a discricionariedade nas abordagens policiais com busca pessoal, no tocante aos motivos e à forma de registro das mesmas para uma posterior prestação de contas, no Município de Euclides da Cunha no ano de 2016. Metodologia: Foi realizado um estudo descritivo a partir da análise de 1361 ocorrências delituosas registradas na DEPOL de Euclides da Cunha em 2016. Destas, foram identificados e examinados 55 casos (de um total de 175 onde houve a prisão ou condução de pessoas suspeitas) em que houve, de fato, uma abordagem discricionária pelo agente público. Observou-se, ademais, o quantitativo de abordagens declaradas pela Polícia Militar no ano de 2016 no aludido município, bem como examinou-se os registros internos das abordagens junto à PM. Foram realizadas, ainda, cinco entrevistas com policiais militares. Os dados empíricos foram analisados à luz do princípio da legalidade diante da evolução do Estado Constitucional e da firmação dos direitos fundamentais, bem como tratou das teorias sobre a função policial e sua discricionariedade inerente, passando pela doutrina do Full Enforcement e a seletividade nas ações policiais, para debater a teoria da criminologia moderna do Labeling Approach, ou etiquetamento penal; traçando, por fim, noções sobre o dever de prestação de contas pelo Estado (accountability). Resultados: Constatou-se que menos de 1% das abordagens realizadas pela PM em Euclides da Cunha no ano de 2016 ocasionaram em um registro de ocorrência delituosa na DEPOL, sendo que o restante das abordagens feitas não teve qualquer registro formal (apenas a anotação numérica do quantitativo para fins de produtividade), o que revela

um cenário de ampla liberdade e discricionariedade sem um controle minimamente possível das ações do agente de rua. Ademais, dos casos de abordagem discricionárias identificados, chamou a atenção que o público alvo dessa diligência policial foi, majoritariamente, o jovem do sexo masculino, de cor parda, com baixa escolaridade e ocupação profissional de baixa exigência técnica, residente nas localidades mais pobres do município e, de certa forma, propenso a já ter alguma passagem anterior pelo sistema de justiça criminal. O discurso dos policiais entrevistados reflete um destaque ao caráter “preventivo” das abordagens, conforme diretriz da corporação de estabelecer uma meta mínima de abordagens diárias, o que termina por impulsionar em diligências desmotivadas ou calcadas em elementos puramente subjetivos (sem uma real fundada suspeita), com baixa eficiência, portanto, no enfrentamento da criminalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discricionariedade; Polícia; Abordagem; Busca Pessoal; Fundada Suspeita; Etiquetamento; Accountability.

**LEÃO, Karinna Simas de Salles. Modelo de controle interno para o Ministério Público do Estado da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2018. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Eduardo Manuel de Freitas Jorge

DATA DE DEFESA: 01 de fevereiro de 2018

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Eduardo Manuel de Freitas Jorge

Prof.(a). Dra. Neivalda Freitas de Oliveira

Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

**Resumo:**

Esta pesquisa de mestrado profissional é sobre o controle interno do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA). Nela se busca promover um diagnóstico que evidencie os principais problemas estruturais da Controladoria do MPBA e que obstaculizam uma atuação de excelência por parte do órgão, bem como identificar como esse órgão pode colaborar, visando garantir os recursos (humanos e materiais) à atividade fim para a concretização de uma efetiva da cidadania. Este trabalho pretende indicar estratégias para solucionar os problemas conjunturais revelados pela pesquisa de campo, sugerindo um projeto de intervenção, que discute e propõe diretrizes, a partir de um desenho norteado pelo pensamento sistêmico organizacional e baseado em uma gestão por processos, para a ampliação do alcance das atividades da Controladoria do MPBA, através da implementação do controle interno difuso. Aborda-se a relação entre controle interno e a sua relevância para o papel do Ministério Público, quando se trata da defesa de garantias fundamentais, enfocando a mudança do perfil institucional de agente persecutório para o de fiador nas lutas por uma sociedade mais igualitária, exibindo casos concretos de projetos implementados e em ampla execução, os quais implicam custos para a sua operacionalização e requerem o provisionamento de recursos financeiros e a realização de gestão orçamentária para a concretude de suas ações. Trata-se do conceito de “cidadania plena” que será utilizado ao longo deste trabalho e como a pesquisa de campo influenciou na escolha do referencial teórico-metodológico, escolhendo-se um viés que fornecesse soluções operacionais pragmáticas face às premências cotidianas da Controladoria do MPBA. Também, estuda-se o controle da administração pública, o processo de construção normativa do controle interno no Brasil, suas diferentes nomenclaturas e se faz a diferença entre cada uma de suas categorias, assinalando distinções importantes entre os conceitos de auditoria, correição, ouvidoria, accountability, governança pública e controle interno. Ressalta-se a exígua bibliografia sobre o tema, realçando-se a passagem da abordagem sociológica, inicialmente escolhida, para um modelo teórico baseado nas estruturas do pensamento sistêmico, na modelagem e gestão por processos, ferramentas empregadas para conceber o modelo difuso de controle interno do MPBA. Para então, concluir com o cerne desta dissertação, a construção de um desenho mais abrangente para a Controladoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que engloba a sua reformulação orgânica, a interiorização de suas atividades e a disseminação do controle interno na instituição, analisando-se, por fim, este modelo e do seu processo de implementação, privilegiando a fala dos atores nele envolvidos. O desfecho deste trabalho pesquisa reúne as considerações finais da pesquisa, reiterando as soluções propostas e apontando possíveis objetos para posteriores estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle Interno; Administração Pública; Ministério Público; Cidadania; Segurança Pública.

MENEZES, Maria Pilar Cerqueira Maquieira. **Escolas públicas na cidade de Salvador e a reinserção dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no ano de 2016**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Eduardo Manuel de Freitas Jorge

DATA DE DEFESA: 23 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. Reginaldo de Souza Silva

Prof.(a). Dra. Claudia Moraes Trindade

**Resumo:**

Este estudo analisou a execução das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e a Liberdade Assistida – LA em escolas públicas do município de Salvador no ano de 2016. Foi utilizada a abordagem qualitativa através de entrevistas realizadas com os diretores das escolas e adolescentes em cumprimento destas medidas e aplicação de questionários a cinco técnicos dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS atuantes na capital do Estado da Bahia. Um modelo lógico preliminar foi elaborado e este foi posteriormente, confrontado com a execução na prática das medidas socioeducativas, gerando-se um modelo lógico com foco na prática do programa. O programa pode ser considerado implantado a ponto de ser foco de uma avaliação sistemática. Os pontos para melhoria apontam que a interface entre escola, poder judiciário e assistência social é incipiente. Observou-se que as escolas não sabem do cumprimento de medida socioeducativa de alunos regularmente matriculados, logo não há estratégias pedagógicas específicas de aprendizagem destinadas a estes adolescentes. Também, observou-se a quase inexistência de interlocução ou de fluxos operacionais entre os CREAS e as escolas para fornecimento do histórico escolar dos adolescentes para a elaboração do Plano de Atendimento Individual – PIA e para o acompanhamento do desenvolvimento escolar com monitoramento de trabalhos escolares, avaliações, faltas, progressões ou evasões. Além disso, o município de Salvador ainda não possui o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – PMASE que auxiliaria na articulação e execução do programa com as instituições, órgãos e do próprio sistema de gestão municipal, garantindo o atendimento em rede ao adolescente e à sua família. Embora as medidas socioeducativas em meio aberto venham sendo executadas, ainda não espelham em sua totalidade pelos diversos documentos base nacionais, a exemplo do sistema nacional de atendimento socioeducativo - SINASE. O programa é incipiente em Salvador – Bahia. Recomenda-se a realização de estudos dos municípios do Estado da Bahia que já possuem PMASE para conhecimento dos modelos de implantação do programa de acompanhamento das medidas socioeducativas pelos CREAS e pelas escolas públicas dos municípios baianos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Social; Medida Socioeducativa; Meio Aberto; Adolescente. Escola.



**D' ALMEIDA, Michelle Quadros. A viabilidade do controle judicial no sistema prisional baiano com base no custo da prisão.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: João Apolinário da Silva

DATA DE DEFESA: 21 de julho de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz

Prof. Dr. Dequex Araujo Silva Júnior

**Resumo:**

O presente trabalho analisa a viabilidade orçamentária da implementação da dignidade humana no sistema prisional baiano. Toma-se como parâmetro a decisão paradigma proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 592.581 que determinou a implementação da dignidade e da integridade física e moral do preso, apesar dos alegados problemas de verba pública para as reformas necessárias. O estudo da questão é feito com base na Teoria de Larry Laudan, delimitando problema conceitual (conceito de dignidade do preso) e empírico (custo do preso). Utiliza-se a jurimetria para calcular a repercussão financeira da decisão judicial paradigma no Estado da Bahia. Os resultados demonstram que para manter um preso dentro do padrão estabelecido na Lei de Execução Penal, o Estado da Bahia gastaria em média R\$ 2.604,99 (dois mil, seiscentos e quatro reais e noventa e nove centavos) mensais, e que o orçamento disponível à Secretaria de Administração Penitenciária e de Ressocialização do Estado da Bahia de apenas um exercício financeiro seria capaz de, praticamente, acabar com a superlotação dos presídios baianos e alocar o excedente de presos em condições dignas de humanidade. Conclui-se que o precedente judicial analisado é exequível no âmbito do Estado da Bahia e que não procede a alegada ausência de recursos para as obras no sistema penitenciário baiano, restando patente a má-administração dos recursos públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema prisional; Dignidade do Preso; Custos da Prisão.

**MATTOS, Saulo Murilo de Oliveira. Tráfico de drogas ou porte para consumo próprio? “De Cara” Com o Ministério Público da Bahia.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 31 de outubro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof. Dr. Elmir Duclerc Ramalho Júnior

Prof. Dr. Fábio Roque da Silva Araújo

***Resumo:***

A presente pesquisa, a partir da metodologia quanti-qualitativa, busca, por uma linha prevalentemente indutiva, analisar como ocorre, na prática, a distinção feita pelo promotor de justiça entre tráfico de drogas e porte de drogas para consumo próprio quando recebe um inquérito policial, já que a Lei n. 11.343/2006 não oferece parâmetros seguros sobre essa distinção. Ao ter por base material empírico produzido pelo Ministério Público da Bahia, a pesquisa, mais do que revelar os critérios distintivos usados pelos promotores de justiça que integram a Equipe de Crimes de Tóxicos de Salvador, objetiva captar a lógica de pensamento que envolve tais profissionais, utilizando-se de marcos teóricos que partem da dogmática processual penal à Criminologia, nas suas vertentes de Criminologia Crítica e Pós-Crítica. Adota-se a linha teórica de um processo penal que desenvolva uma perspectiva de redução de danos penais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ministério Público; Tráfico de Drogas; Processo Penal; Criminologia.

**SOUZA, Tiago Ávila de. Percepções dos Promotores e Procuradores de Justiça da Capital Baiana a Respeito da Discricionariedade Policial.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2018. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Íris Gomes dos Santos

DATA DE DEFESA: 25 de maio de 2018

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Íris Gomes dos Santos

Prof.(a). Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Prof. Dr. Riccardo Cappi

**Resumo:**

O presente trabalho cuidou de analisar as percepções dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia, especialmente dos lotados em Salvador, a respeito da discricionariedade policial. A fim de alcançar certa profundidade nessa análise, primeiramente tratou de contextualizar o objeto de estudo – a discricionariedade - no âmbito da evolução do conceito de burocracia, partindo da concepção de Weber até a ideia de “street level bureaucracy” (burocracia do nível da rua) de Lipsky, passando também pela discussão da implementação de políticas públicas na lógica dos modelos “top-down” (cima para baixo) e “bottom-up” (baixo para cima). Discorreu sobre a evolução histórica do Ministério Público, com a exposição do seu atual arcabouço constitucional e destaque para o seu perfil de agência de accountability horizontal na democracia brasileira. Enfatizou, dentre suas missões, a de promover o exercício do controle externo da atividade policial, analisando-a de maneira pormenorizada e sob as vertentes das suas modalidades, amplitude e amparo normativo. Incumbiu-se, entretanto, do desenvolvimento da compreensão do poder discricionário, sublinhando as distinções ainda hoje evidentes entre a discricionariedade no seu sentido técnico-jurídico e a usualmente empregada na literatura especializada no campo policial. Examinou, em seguida, os modelos identificados por Klockars para o enfrentamento da subjetividade correlata à aplicação de regras e suas especificidades à luz de um ordenamento jurídico de full enforcement (de aplicação legal integral). Debruçou-se, ademais, sobre a discricionariedade dos próprios membros do Ministério Público e de como esta, em alguma medida, é capaz de estabelecer as fronteiras de licitude da atuação discricionária policial. Ao final, a partir de uma abordagem quantitativa, configurada em um survey realizado com 112 membros do Ministério Público do Estado da Bahia, constatou-se que malgrado os respondentes se revelem absolutamente refratários à qualquer política de aplicação seletiva da lei, sobretudo no campo da arrest decision, ao admiti-la, ainda que residualmente, em determinados contextos, não se inclinam, de forma preponderante, em favor de qualquer dos modelos descrito por Klockars (1985). Inferiu-se, ainda, que os promotores e procuradores pesquisados reconhecem a condição de detentores, ao menos para efeito de deflagração das ações de responsabilização cabíveis (penal e de improbidade administrativa), de destacada discricionariedade na formação de um juízo de (i)licitude das decisões discricionais policiais. Constatou-se, entretanto, que apesar de reconhecerem sua prerrogativa de – sobretudo mediante recomendações administrativas – melhor estruturarem e/ou regulamentarem a atuação discricional das corporações policiais, consideram pouco usual a adoção de providências dessa natureza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discricionariedade; Polícia; Ministério Público; Controle Externo da Atividade Policial; Full Enforcement; Aplicação Seletiva da Lei.

**SANTOS**, Anderson Mascarenhas. **Ministério Público e Violência Policial entre 2013 e 2016 na Comarca de Santo Antônio de Jesus-BA**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Joviniano Soares de Carvalho Neto

DATA DE DEFESA: 02 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Joviniano Soares de Carvalho Neto

Prof.(a). Dra. Mariana Thorstensen Possas

Prof.(a). Dra. Rubenilda Sodré dos Santos

**Resumo:**

Esta disserta o tem como objetivo principal retratar o Ministério Público e a sua legitima o social, através do controle externo da atividade da polícia, em busca da coerência das institui es de Segurança Pública no exercício de seus misteres, com respeito à dignidade humana e ao valor da vida, assim como no agenciamento da justiça e da cidadania. Para tanto, foram observados os casos de violência policial entre os anos de 2013 e 2016, na Comarca de Santo Antônio de Jesus-BA, bem como as medidas adotadas pelo Ministério Público local na defesa dos direitos dos cidadãos. Inicialmente, foi feita uma abordagem sobre segurança pública e violência institucionalizada, além de reporte teórico sobre o Ministério Público, suas fun es e medidas de legitima o social. Em seguida, foi apresentada a situa o da violência policial em Santo Antônio de Jesus e as medidas da Promotoria diante de tal desvio. Com o intuito de fundamentar o trabalho, recorreu-se a pesquisa teórica, a estudos de caso (pesquisa documental) e ao levantamento de dados estatísticos, mediante método qualitativo, atribuindo-se significados aos fatos observados, como medida de compreensão das informa es obtidas na pesquisa. Na pesquisa documental, o material empírico consistiu em expedientes ministeriais e judiciais. O trabalho revela a sua utilidade acadêmica ao contribuir para a realiza o de a es do Ministério Público mais eficazes, voltadas para o firmamento da sua tarefa constitucionalmente conferida de defender a correta aplica o da lei e da ordem, bem como o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. A partir destes escritos, conclusões e recomenda es foram formuladas, com rela o às atitudes que podem ser adotadas pelo Ministério Público para resguardar os direitos humanos durante a atividade policial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Violência Policial; Ministério Público; Direitos Humanos.

**AMADO**, Marco Aurélio Nascimento. **Crise da Democracia Representativa: há antídoto para a *partitocracia* no Brasil?** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Julio Cesar de Sá Rocha

DATA DE DEFESA: 14 de fevereiro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Julio Cesar de Sá Rocha

Prof. Dr. Daniel Oitaven Pamponet Miguel

Prof.(a). Dra. Rubenilda Sodré dos Santos

**Resumo:**

Diante da indiscutível crise que o Brasil vivencia na efetivação da democracia representativa, quais medidas sociais, políticas e jurídicas podem ser implementadas com o objetivo de que as aspirações da sociedade (titular do poder político) sejam alcançadas? O crepúsculo pelo qual os partidos políticos atualmente caminham encontra justificativa em um passado não tão remoto e que percorre desde a —hipertrofia institucional destas entidades políticas (partitocracia) até o seu quase esvaziamento como instrumento capaz de refletir o verdadeiro anseio da população. É forçoso, pois, reconhecer a necessidade premente de se buscar mecanismos legítimos e não traumáticos que permitam a reestruturação da democracia representativa, a fim de se abrandar o hiato ainda existente entre a práxis dos governantes e as pretensões dos governados. A presente investigação, que dialogou com alguns autores centrais (Paulo Bonavides, José Pedro Galvão de Sousa, Noberto Bobbio, Elviro Aranda Álvarez, Leonardo Avritzer, Max Weber, Antonio Gramsci, Pierre Bordieu, Jurgen Habermas, Maria Victoria Espiñeira, Giovanni Sartori, Gianfranco Pasquino, Amartya Sen, Michelangelo Bovero, Manuel Arriaga, José Rubio Carracedo, Jesús Casquete, Enrique Guillén Lopez, Juan J. Linz, Ricardo Sanín Restrepo e Vítor Eduardo Veras de SandesFreitas) tem como objeto precípua de estudo o fenômeno da partitocracia, que diz respeito ao êxito consolidado pelos partidos políticos, no sentido de monopolizarem não só o poder político, no seio social, como também a própria vida política organizada. Neste sentido, o objetivo central deste trabalho é investigar o fenômeno da partitocracia no Brasil e como o seu recrudescimento agravou a crise da democracia representativa no país. Com a pretensão de atingir o objetivo acima, estabeleceu-se, metodologicamente, em uma primeira etapa, sob uma perspectiva compreensivista, a adoção de uma vertente jurídico-sociológica. Isso porque, deve-se procurar compreender os fenômenos da partitocracia, crise representativa e déficit de legitimidade dos partidos políticos – institutos de natureza políticojurídica - sob uma perspectiva social mais ampla. Por intermédio de uma construção indutiva, realizou-se investigação do tipo jurídico-compreensiva, o que viabilizou a análise e decomposição do fenômeno da partitocracia em seus diversos aspectos, relações e níveis e, como corolário, a verificação do momento em que o hiato —representante-representado se fez mais profundo e crítico, bem como dos possíveis instrumentos que podem ser manejados com o fito de melhor equalizar a crise de representatividade existente. Em uma segunda (e última) etapa, com o objetivo de confrontar a investigação teórica e científica realizada em derredor da temática da partitocracia, bem como ratificar a higidez das causas que geraram a fragilização do sistema representativo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os dirigentes e integrantes de dois partidos políticos: A Rede Sustentabilidade e A Raiz - Movimento Cidadanista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia representativa. Crise. Partidos Políticos. Reestruturação.

AMORIM JÚNIOR, Gilberto Costa de. O controle externo da atividade policial **pelo Ministério Público do Estado da Bahia nos anos de 2014 e 2015**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Julio Cesar de Sá Rocha

DATA DE DEFESA: 19 de maio de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Rubenilda Sodré dos Santos

Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes

Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Júnior

Prof.(a). Dra. S nia Cristina Lima Chaves

**Resumo:**

Esta pesquisa de mestrado profissional é sobre a performance do controle externo da atividade policial (CEAP) do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) incidente nas investiga es formalizadas em inquéritos policiais pela Polícia Civil do Estado da Bahia (PCBA) em Salvador nos anos de 2014 e 2015. Sucede que, com o crescimento atual da criminalidade no Brasil, há maior expectativa de que o Estado, através da segurança pública (SP), pelo menos, garanta   sociedade e a seus integrantes a investiga o e a elucida o de crimes, e que, através de seu Sistema de Justiça Criminal, sejam aplicadas penas aos agentes de delitos com a fun o de inibir a prática criminosa em geral. Cabe   PCBA, através de seu Sistema Policial, exercer a fun o de polícia de investiga o e, não adotando o Brasil um modelo de apura o criminal presidida pelo Ministério Público e por ele delegada   polícia, compete ao MPBA exercer o CEAP daquela atividade nos termos constitucionais e legais. O trabalho apoia sua análise na Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann, sem se deixar, na passagem em contraponto, de dialogar com outros autores, como Giddens. Trata-se de estudo quanti-qualitativo realizado com o método de abordagem científica hipotético-dedutivo idealizado por Popper e com o método de procedimento das ciências sociais de Bourdieu, Chamboredon e Passeron, apoiado na sistematiza o de Quivy e Campenhoudt, com apoio não autossuficiente na metodologia jurídico-dogmática. Da análise de dados estatísticos coletados em bases informatizadas do Ministério Público, da Secretaria da Segurança Pública e do Tribunal de Justiça, todos do Estado da Bahia, e de indicadores construídos especialmente, pode-se concluir que o MPBA não vem controlando e acompanhando a omissão investigatória da PCBA, que leva o Estado da Bahia a não está assegurar adequadamente o direito   SP, deixando de observar os deveres de CEAP e de defesa jurídica da segurança pública, enquanto direito transindividual. Após cuidadosa análise normativa, dos fluxos da persecu o penal e de cerca de 935 minutos de entrevistas semi-estruturadas realizadas com dezenove promotores de justiça atuantes no CEAP em Salvador, pode-se identificar e compreender os fatores estruturais, culturais, informacionais e comunicacionais que contribuíram para um sofrível desempenho do Sistema Ministerial. Ao longo dessas quase três décadas de promulga o da Constitui o Federal vigente, as iniciativas de implementa o do estudado CEAP pelo MPBA foram muito acanhadas, redundando hoje em uma estrutura sist mica ineficaz que frustra expectativas normativas e cognitivas, ao tempo em que obsta o adequado acoplamento estrutural entre os sistemas examinados, impactando negativamente no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal e, por sua vez, na Segurança Pública. Ao final, cumprindo o objetivo do trabalho, são apresentadas diversas e circunstanciadas proposi es modificativas para reestrutura o do CEAP do MPBA, abrangendo-se todos os fatores causais apontados e se sugerindo novos temas de pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle Externo; Segurança Pública; Justiça Criminal; Atividade Policial; Ministério Público.

ALVES, Jader Santos. **A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 28 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Mariana Thorstensen Possas

Prof. Dr. Clóvis Roberto Ziemmermann

**Resumo:**

O presente trabalho tem como objetivo compreender as representações e pontos de vista de jovens negros de bairros populares de Salvador/BA sobre a atividade policial. O tema selecionado decorreu da atual conjuntura paradoxal, na qual, por um lado, a juventude negra brasileira vem gozando de proeminência na política legislativa na seara da proteção aos direitos humanos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e por leis ordinárias, notadamente pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que determinam que o Estado deve tratar os jovens como sujeitos de direitos e deverá adotar medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra, assegurando-lhes o direito à participação social e política, dentre outros. Por outro lado, a escalada da criminalidade no Brasil nas últimas décadas vem servindo de base para um modo de pensar de jaez repressor dominante na sociedade brasileira que, na prática, autoriza, de forma velada, e, por vezes, explícita, a violência policial contra a juventude negra dos bairros populares, solapando os direitos previstos na legislação. Diante desse paradoxo, a pesquisa propõe uma inversão do modo de pensar o controle social, aqui denominado de “metonímico repressor” para, a partir da ética do reconhecimento de Taylor, conhecer e compreender os pontos de vista dos jovens negros sobre a atividade policial, ampliando, assim, o espectro do debate sobre segurança pública em detrimento da percepção repressora demasiadamente reducionista. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa consistente em um trabalho de campo no qual foram entrevistados 6 (seis) jovens negros de localidades periféricas de Salvador/BA. No trabalho, utilizou-se a Teoria Fundamentada nos Dados de Glaser e Strauss como postura epistemológica e ferramenta metodológica, de sorte que as hipóteses foram sendo construídas em sucessivos níveis de abstração a partir da codificação dos dados extraídos das entrevistas. Dessa forma, a codificação gerou 11 (onze) categorias de análise que foram inter-relacionadas em busca de uma categoria central com capacidade explanatória dos fenômenos observados. Os resultados obtidos revelaram que os jovens entrevistados não têm uma aversão apriorística contra a polícia como instituição destinada ao cumprimento da lei e à proteção da sociedade, mas criticam a práxis da atuação policial, percebendo-a de forma predominantemente negativa, variando de uma visão ambígua da polícia (proteção x ameaça) até a percepção dos policiais como um perigo absoluto (“opressores”, “monstros”). Além disso, os referidos jovens desconhecem e/ou não creem nos mecanismos de controle dos abusos cometidos pelos policiais e se veem como vulneráveis às abordagens discriminatórias e agressivas decorrentes de um racismo institucional, vulnerabilidade esta que apresenta diversas variações de intensidade em função de circunstâncias pessoais e locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atividade Policial; Juventude Negra; Percepções e Perspectiva.

**PEREIRA**, Luís Alberto Vasconcelos. **A percepção de membros da polícia militar acerca da relação entre segurança pública, os direitos fundamentais e o uso da força letal.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Júlio César de Sá da Rocha

DATA DE DEFESA: 02 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Júlio César de Sá da Rocha

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Valmir Farias Martins

**Resumo:**

Os direitos fundamentais consistem nas prerrogativas e institutos jurídicos que têm como objetivo a efetivação da igualdade, a liberdade e a dignidade e recebem esta classificação quando passam a integrar o texto das Constituições. Um destes é a segurança pública, que reúne os processos de natureza política e jurídica utilizados para garantir a manutenção da ordem na vida social e, conforme a Constituição de 1988, trata-se de um papel atribuído às instituições e também à sociedade. Como correntes teóricas orientadoras da sua determinação, podem ser mencionados o garantismo penal e o eficientismo – aquele, de acordo com Ferrajoli (2002, p.684), é caracterizado por um enfoque mais vasto a respeito da criminalidade e da violência, considerando as suas fontes socioeconômicas, enquanto este, defendido por autores como Jakobs e Meliá (2007, p.27), em conformidade com um prisma conservador, faz a apologia do direito penal do inimigo e se fundamenta na adoção de medidas repressivas. Na prática, é verificado que a atividade desenvolvida pelas instituições policiais muitas vezes mostra-se antagônica à proteção proporcionada pelos direitos fundamentais à liberdade e a integridade das pessoas, mostrando-se em consonância com a preservação da sociedade assinalada pelas disparidades sociais. É preciso, porém, considerar as peculiaridades inerentes ao trabalho destas corporações, para não incorrer em julgamentos precipitados que não contemplem todos os aspectos envolvidos nesta relação e, assim, possam ser cogitadas formas para superar as mazelas existentes neste cenário. Esta dissertação pretende investigar acerca do enfoque sobre a interação que existe entre o uso da força letal e os direitos fundamentais, considerada a partir da percepção de membros da Polícia Militar sobre este recurso como forma de controle da violência urbana, na cidade de Salvador, Bahia, no período compreendido entre 2014 e 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Fundamentais; Direito Penal; Segurança Pública. Violência.



**GÓES**, Aldo André Barros. **Delinquência Juvenil e a criminalidade adulta**: uma análise à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dissertação (Mestrado Profissional). Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Criminalidade e Vitimização

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 31 de maio de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Tânia Moura Benevides

Prof. Dr. João Martins Tude

**Resumo:**

A pesquisa visa analisar a problemática vivida em todas as cidades Brasil, em especial os grandes centros urbanos: o vínculo da segurança pública com a justiça juvenil - JJ. A pesquisa aprofundou-se neste tema para saber se existe algum nexo de causalidade dentre os altos índices de criminalidade atuais com a iniciação delituosa na menor idade. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – foi estudado especificamente o rol taxativo de medidas socioeducativas com previsão no artigo 112, com o designio de elucidar o motivo de mesmo o sistema judiciário dispondo de um diploma legal tão bem elaborado, contemplativo e premiado internacionalmente, ainda assim, não consegue conter a progressão infracional de jovens e adolescente até a maior idade criminal. Outros estudos científicos atinentes ao ECA foram analisados, todos possuindo em seu núcleo a aplicabilidade e eficácia resolutiva das medidas sócio educativas, enriquecendo, assim, a análise sobre o tema e corroborando com as proposições aventadas ao desfecho da pesquisa. Fazendo uso da metodologia qualitativa da história oral, mais comumente conhecida como história de vida, pretendeu-se buscar a exploração de uma realidade que não pode ser quantificada em variáveis, mas somente sentida com a verbalização dos entrevistados com relação a sua biografia. A pesquisa empírica ocorreu na Unidade Prisional Lemos Britto, localizado na Mata Escura na cidade de Salvador na Bahia. Todas entrevistas deram-se de maneira voluntária - conforme preconiza a metodologia escolhida - detentos que iniciaram sua vida delituosa na infância ou na adolescência por motivos adversos. Se buscou compreender a dinâmica das relações que se estabeleceram ao longo da existência delitiva dos entrevistados, os reais motivos que o levaram a iniciação dos atos infracionais, se houve alguma intervenção de ordem estatal, familiar ou social – ou ao menos tentativa de - e por qual motivo o entrevistado manteve-se nessa prática adentrando na fase de maior idade cometendo crimes de maior potencial ofensivo. A exploração informativa dos processos que motivaram o encarceramento de cada entrevistado proporcionou traçar um paralelo sobre sua iniciação delituosa quando menor de idade, com a atual conduta criminal na maior idade. Ao fim da pesquisa expediu-se considerações com base no empirismo do estudo, que deixou às claras qual o interesse do estado com a temática, quais os problemas relacionados com a questão da justiça juvenil, bem como todos os atores envolvidos na indagação e, primordialmente, se existe alguma ligação, ainda que superficial, dentre a delinquência juvenil e a criminalidade adulta.

**PALAVRAS –CHAVE:** Justiça Juvenil; Iniciação Delituosa; Escalada Delitiva; Estatuto da Criança e do Adolescente.

**SAMPAIO, Sara Gama. “Quem Protege Nossas Vidas?”** A percepção das mulheres vítimas de violência doméstica sobre a atuação do Sistema de Justiça e de Segurança Pública - Comarca de Salvador/Ba. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA:** Direitos Humanos e Cidadania

**ORIENTADOR:** Ivone Freire Costa

**DATA DE DEFESA:** 17 de fevereiro de 2017

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof.(a). Dra. Salete Maria da Silva

Prof.(a). Dra. Valéria Diez Scarance Fernandes

Prof. Dr. Luiz Cláudio Lourenço

**Resumo:**

A Lei Maria da Penha é impactante. Com a sua entrada, o ordenamento jurídico brasileiro sofreu profunda cisão em suas entranhas. As normas que até então abraçavam a licitude dos assassinatos das mulheres adúlteras (Ordenações Filipinas), que passaram ao tratamento das cidadãs como relativamente incapazes (Código Civil de 1916), que contemplavam express es como “mulher virgem”, “mulher honesta” (Código Penal de 1940), que compactuavam com os homens que matavam as mulheres “em defesa da honra”, não poderia sofrer maior choque que a chegada de uma lei que passa a contemplar a mulher, como sujeito de direito, digna da proteção estatal. Logicamente, as reações vieram. Vozes de reconhecido valor doutrinário se ergueram, para proclamar “o absurdo” dessa lei protecionista. Mas a realidade foi mais incisiva, e paulatinamente os preconceitos foram sofrendo as derrocadas merecidas, e a lei, passado-se dez anos, ainda é tema palpitante, embora não se possa dizer que a sua eficiência esteja completa. Assim, para a compreensão do tema, deitamos o olhar sobre os princípios humanistas e filosóficos que foram contemplados nessa lei, observando os conceitos acerca da vítima, bem como dos institutos nela abarcados, abordando nuances da luta histórica do feminismo nacional, até alcançarmos um pouco da realidade vista na primeira capital do país, cujas percepções foram obtidas perante as varas criminais de violência doméstica e familiar. Essa pesquisa então, se destina a compreensão dessas lacunas existentes nos sistemas de segurança pública e de justiça, sob a ótica daquela que é a destinatária da lei: a mulher em situação de violência doméstica e familiar da capital baiana.

**PALAVRAS– CHAVE:** Proteção Eficaz do Estado; Mulheres; Violência Doméstica.

**LIMA JÚNIOR**, José Dutra de. **Visões para além dos muros**: uma intervenção para a redução do estigma em pessoas privadas de liberdade no conjunto penal de Teixeira de Freitas – Ba. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Cláudia Trindade

DATA DE DEFESA: 21 de julho de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Cláudia Trindade

Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço

Prof.(a). Dra. Odilza Lines de Almeida

**Resumo:**

A Lei Maria da Penha é impactante. Com a sua entrada, o ordenamento jurídico brasileiro sofreu profunda cisão em suas entranhas. As normas que até então abraçavam a licitude dos assassinatos das mulheres adúlteras (Ordenações Filipinas), que passaram ao tratamento das cidadãs como relativamente incapazes (Código Civil de 1916), que contemplavam expressões como “mulher virgem”, “mulher honesta” (Código Penal de 1940), que compactuavam com os homens que matavam as mulheres “em defesa da honra”, não poderia sofrer maior choque que a chegada de uma lei que passa a contemplar a mulher, como sujeito de direito, digna da proteção estatal. Logicamente, as reações vieram. Vozes de reconhecido valor doutrinário se ergueram, para proclamar “o absurdo” dessa lei protecionista. Mas a realidade foi mais incisiva, e paulatinamente os preconceitos foram sofrendo as derrocadas merecidas, e a lei, passado-se dez anos, ainda é tema palpitante, embora não se possa dizer que a sua eficiência esteja completa. Assim, para a compreensão do tema, deitamos o olhar sobre os princípios humanistas e filosóficos que foram contemplados nessa lei, observando os conceitos acerca da vítima, bem como dos institutos nela abarcados, abordando nuances da luta histórica do feminismo nacional, até alcançarmos um pouco da realidade vista na primeira capital do país, cujas percepções foram obtidas perante as varas criminais de violência doméstica e familiar. Essa pesquisa então, se destina a compreensão dessas lacunas existentes nos sistemas de segurança pública e de justiça, sob a ótica daquela que é a destinatária da lei: a mulher em situação de violência doméstica e familiar da capital baiana.

**PALAVRAS- CHAVE:** Proteção Eficaz do Estado; Mulheres; Violência Doméstica.

OLIVEIRA, Gilber Santos de. **Comitê interinstitucional de segurança pública: é possível uma atuação integrada do estado e sociedade para a redução de violências?** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Sônia Cristina L. Chaves

DATA DE DEFESA: 18 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina L. Chaves

Prof.(a). Dra. Ana Luiza Queiroz Vilasbôas

Prof.(a). Dra. Íris Gomes dos Santos

**Resumo:**

Este estudo analisou a implementação do Projeto Comitê Interinstitucional de Segurança Pública no município de Serrinha (CISP/Sisal) entre os anos de 2014 e 2017, bem como a participação dos agentes no desenvolvimento de ações articuladas. Buscou-se verificar a contribuição dessa intervenção para a articulação e integração das instituições e das ações voltadas para a segurança pública e defesa social nessa região. Foi um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados através da análise de atas das reuniões e outros documentos do CISP/Sisal e realização de sete entrevistas semiestruturadas com membros com participação superior a 80% das reuniões. Foram analisadas as seguintes ações em Serrinha: análise de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), Ronda Maria da Penha e palestra para agressores (violência doméstica), articulação com a Central de Acompanhamento de Penas Alternativas (CEAPA), fomento ao Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG), monitoramento de vias públicas com câmeras e reuniões nos bairros. O estudo apontou que o CISP conseguiu articular e integrar ações no campo da segurança pública, com destaque para a prevenção de violências e criminalidade, através de parcerias entre instituições dos sistemas de segurança pública, justiça criminal e direitos sociais básicos, academia e comunidade. A ação mais mobilizadora do coletivo foram o videomonitoramento das vias públicas, seguido pelo acompanhamento dos CVLI. A Polícia Militar foi a instituição que mais acumulou reconhecimento nesse período. A não participação da polícia civil constrangeu algumas as ações coletivas propostas. Foram detectados constrangimentos e incentivos à articulação para a ação coletiva. Observou-se que a cooperação dos indivíduos para a ação coletiva no CISP decorre da relação entre as posições sociais dos agentes neste campo burocrático. Esse espaço é caracterizado pela falta apoio das cúpulas das instituições públicas às unidades locais e pela noção de pertencimento à comunidade local, com forte influência sobre suas tomadas de posição.

**PALAVRAS-CHAVES:** Segurança Pública; Articulação; Integração; Ministério Público.

SOUZA, Marjorie da Silva Ribeiro. **Os reflexos da governança do sistema de justiça criminal a partir da repressão penal nas medidas de redução de riscos e danos decorrentes do uso de drogas ilícitas.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Ivone Freire Costa

DATA DE DEFESA: 27 de setembro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof. Dr. Esdras Cabus Moreira

**Resumo:**

A presente dissertação busca analisar como a governança do Sistema de Justiça Criminal, a partir da repressão penal, se apresenta para as medidas de redução de risco e danos no município baiano de Entre Rios. Dentre as novas perspectivas para a política de drogas no cenário nacional, instituída com a Lei nº 11.343/06, tem-se que, apesar de ser previstas medidas de cunho não repressivo, pautadas na atenção, reinserção social do usuário e na prevenção ao uso, decorrentes dos conhecimentos e ações oriundas de outras áreas, como a saúde pública, a criminalização do uso de substâncias consideradas como ilícitas foi mantida, fazendo atuar sobre esse mesmo indivíduo a esfera repressiva do agentes estatais, em especial, integrantes do Sistema de Justiça Criminal, a fim de aplicar a sanção penal ao usuário infrator. Desse modo, esse tratamento aparentemente dúbio com relação ao usuário de drogas instiga a necessidade de se investigar como os meios propostos pela lei (de cunho repressivo) refletem nas medidas de redução de riscos e danos decorrentes do uso de drogas (fins), tendo como campo de investigação a realidade de um município do interior do Estado. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica de teorias referentes a temática abordada, em especial aquelas que possibilitassem um olhar transdisciplinar para a questão do uso de substância entorpecentes. No tocante a metodologia, optou-se pela realização de uma pesquisa de cunho qualitativo exploratório, utilizando-se como técnica a realização de entrevistas semiestruturadas. A partir da análise dos achados, percebeu-se que a governança do sistema de justiça criminal, a partir de medidas repressivas, se caracteriza pela atuação isolada dos atores integrantes do sistema, pela ausência de diálogo entre os atores investigados, e pela ausência de cooperação entre as instituições e órgãos no que tange a ações e estratégias fora da esfera punitiva. Constatou-se, ainda, a ausência de políticas públicas específicas para as demandas associadas ao consumo de substância entorpecentes no âmbito municipal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proibicionismo; Uso de Drogas; Sistema de Justiça Criminal. Criminalização.

**FAGUNDES, José Alisson Oliveira. Uso da força física por policiais militares no controle, enfrentamento e prevenção do crime:** um estudo na cidade de Serrinha. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Fábio Periandro de Almeida Hirsch

DATA DE DEFESA: 24 de abril de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Fábio Periandro de Almeida Hirsch

Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof.(a). Dra. Kaline Ferreira Davi

**Resumo:**

Este estudo teve como objetivo principal analisar o uso da força física empregada pelos policiais militares no controle, enfrentamento e prevenção do crime na Cidade de Serrinha-BA. Como objetivos específicos buscou-se investigar em quais circunstâncias o policial militar emprega a força física no exercício da função; verificar a relação entre o grau de qualificação profissional e a prática do uso excessivo da força, e, averiguar o número de policiais que respondem ou já responderam a processos por terem empregado a força física nas intervenções funcionais. A amostra contou com 90 policiais, sendo do sexo masculino (N=71); e do sexo feminino (N=14), com idades entre 25 a 50 anos (M=36,6 DP=7,15) e tempo de serviço de 1 a 14 anos. Os dados foram analisados através do pacote estatístico o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 20). Foram feitas análises estatísticas descritivas, correlacionais e análises de diferença entre duas condições, além de análises estatísticas descritivas (média, desvio padrão, mínimo e máximo, erro padrão e intervalo de confiança de 95%), para descrição dos resultados. Averiguou-se que as circunstâncias favoráveis ao uso da força física são os casos de resistência e/ou desobediência, bem como nos casos de desacato à ordem policial. A relação entre a falta de qualificação profissional e uso excessivo da força não foi estatisticamente significativa, mas, ao contrário, verificou-se que quanto mais bem qualificado, mais analítico é o policial durante a ação e emprego do uso da força. Identificou-se que 15% dos policiais de Serrinha já responderam ou respondem a processos ao longo da carreira. Espera-se que este estudo possa servir de contribuição em propostas de intervenções sociopolíticas em relação à prática do uso da força e da prática de violência dentro das corporações policiais, no sentido de orientar comportamentos desmedidos dos agentes militares.

**PALAVRAS-CHAVES:** Segurança Pública; Formação Policial Militar; Uso Da Força Física; Polícia Militar da Bahia.

**Dissertações Defendidas – Turma das Vagas Universais**

---

**SANTOS, Dina de Jesus. O Uso Abusivo de Drogas Ilícitas:** um Estudo Exploratório sobre Determinantes Sociais em Policiais Militares do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2018. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Catharina Leite Matos Soares

DATA DE DEFESA: 08 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Catharina Leite Matos Soares

Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof.(a). Dra. Yeimi Alessandra Alzate López

***Resumo:***

O estudo tem como objetivo analisar os Determinantes Sociais da Saúde - DSS relacionados ao uso de drogas ilícitas em policiais militares atendidos pelo Departamento de Promoção Social – DPS, da Polícia Militar da Bahia - PMBA. A pesquisa aborda a influência dos determinantes sociais na saúde do trabalhador militar, e para a construção desse entendimento discorre conceitos como: saúde do trabalhador; a profissão e o policial militar, além da conceituação dos determinantes sociais da saúde. Na sequência, e de igual importância, o trabalho propôs apresentar ao leitor discussões e reflexões sobre o uso de substância psicoativa entre policiais, drogas, o convívio e vivência com o policial dependente. A metodologia adotada é de caráter exploratório, quanto aos procedimentos recorreu as pesquisas bibliográfica, de campo e documental. Os instrumentos para coleta de dados foram entrevistas individuais e questionários semiestruturados. A investigação pretendeu colaborar com estudos sobre o uso abusivo de drogas no âmbito da PMBA, em uma análise a partir dos DSS, no intuito de compreender e discutir os fatores que levam alguns integrantes dessa categoria profissional à dependência química.

**PALAVRAS-CHAVES:** Polícia Militar da Bahia; Determinantes Sociais da Saúde; Dependência Química; Drogas ilícitas



**ZENKNER, Felipe Freitas. Proposta de Capacitação Profissional promovida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Maranhão para recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Imperatriz/Ma.** Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Fábio Periandro de Almeida Hirsch

DATA DE DEFESA: 24 de abril de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Fábio Periandro de Almeida Hirsch

Prof.(a). Dra. Kaline Ferreira Dav

Prof. Dr. Kaline Ferreira Dav

***Resumo:***

O objetivo deste trabalho é analisar as variáveis que incidem sobre a possibilidade da oferta de assistência educacional aos recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC de Imperatriz por meio de um curso de formação de bombeiro civil. Para isso foi analisada a proteção institucional ao preso no Brasil, e em específico no Maranhão, a metodologia empregada nas unidades da APAC, e a experiência do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão na execução de projetos sociais, bem como a possibilidade de auxílio na reintegração do preso à sociedade. Por meio de entrevistas com instituições corresponsáveis pela execução penal, foram levantados os pontos positivos e negativos de uma possível parceria para realização desta capacitação profissional. Sendo considerada a viabilidade da proposta após análise dos dados, principalmente pelas ferramentas que permitem a realocação dos egressos no mercado de trabalho. Como resultado, tem-se a elaboração de um curso de formação de bombeiro civil, com grade curricular compatível com a legislação vigente, acrescida de conteúdos de formação moral a serem ministrados por esta instituição militar que detém o maior índice de credibilidade perante a sociedade maranhense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bombeiro Civil; APAC; Ressocialização.

**SILVA, Adilson Carvalho. Criminalística em perspectiva autocrítica: avaliação de peritos criminais federais que atuaram no caso mensalão sobre a admissibilidade da prova contábil-financeira na ação penal. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).**

**LINHA DE PESQUISA:** Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR:** Riccardo Cappi

**DATA DE DEFESA:** 21 de novembro de 2017

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Thaís Bandeira Oliveira Passos

Prof. Dr. Elmir Duclerc Ramalho Júnior

**Resumo:**

Esse trabalho buscou oferecer uma compreensão teórica sobre admissibilidade da prova técnico-científica e sobre a própria atividade de Criminalística no Sistema Brasileiro de Persecução Penal. O campo empírico dessa pesquisa foi inicialmente delimitado por oito decisões do Supremo Tribunal Federal que, proferidas no curso da Ação Penal 470, solucionaram diversas controvérsias envolvendo o procedimento probatório contábil-financeiro. Com base na análise de conteúdo dessas decisões, o estudo se desenvolveu para além da revisão bibliográfica, contemplando entrevistas semidiretivas nas quais peritos criminais federais que atuaram no chamado Caso Mensalão puderam manifestar avaliações críticas relativas às referidas controvérsias e suas respectivas soluções, tais como concebidas pela Suprema Corte. Numa abordagem tipicamente jurídico-criminológica, ao pressuposto da crescente importância da prova técnico-científica para uma persecução penal garantista, optou-se pela utilização da —teoria fundamentada nos dados” (Grounded Theory, de Glaser e Strauss), não apenas como procedimento de análise indutiva de materiais empíricos, mas também como modelo de construção teórica enraizada nas manifestações qualitativas que foram colhidas no decorrer da pesquisa. Transcendendo ao problema inicialmente proposto, essa abordagem exploratória fez emergir categorias conceituais com elevado grau de abrangência, densidade e abstração, em função das quais restou evidente que, a depender do arranjo institucional em que estiver estabelecida, a atividade de Criminalística pode voltar-se tanto à promoção do exercício autoritário da pretensão punitiva estatal, como à garantia de equilíbrio entre a prerrogativa de punir e o direito à liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminalística; Admissibilidade; Prova Técnico-Científica; Perícia Criminal; Perícia Contábil-Financeira; Ação Penal 470; Caso Mensalão; Teoria Fundamentada nos Dados.

**BAHIA DA COSTA**, Fernando Antônio. **Delegacias de Proteção Ambiental e os Crimes Ambientais no Estado da Bahia**: Análise entre 2014 e 2015. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Júlio Cesar de Sá Rocha

DATA DE DEFESA: 19 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Julio Cesar de Sá Rocha

Prof. Dr. Daniel Oitaven Pamponet Miguel

Prof. Dr. Nilson Carvalho Crusó Júnior

**Resumo:**

Esta dissertação com o aporte da pesquisa analítica descritiva relata a atuação do trabalho policial das Delegacias de Proteção Ambiental (DPA's) do Estado da Bahia – a localizada no município de Mata de São João - DISEP de Praia do Forte e da cidade de Ilhéus/BA, no período de 2014 e 2015, no atendimento das ocorrências de crimes ambientais. Como forma de atingir os objetivos, buscou-se fundamentar teoricamente o assunto numa incursão bibliográfica e documental, além do aporte de entrevistas e questionários semiestruturados. Assim sendo, a pesquisa de campo (coleta dos dados) fora realizada em um momento específico, em locais distintos, com enfoque qualitativo/quantitativo. Para alcançar os resultados pretendidos foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) analisar os Inquéritos Policiais instaurados pelas DPA's, no período de 2014-2015; b) indicar o quantitativo de procedimentos e o tipo penal dos Termos Circunstanciados e de Registros de Ocorrências Ambientais produzidos pelas DPA's, no período de 2014-2015; c) citar as ações desenvolvidas pelas autoridades titulares das DPA's no combate aos crimes ambientais d) mencionar as dificuldades para a repressão aos crimes ambientais; e) averiguar se a estrutura física, equipamentos e/ou instrumentos das DPA's seriam suficientes para o combate das infrações penais ambientais f) pontuar o grau de instrução acadêmica dos profissionais de segurança pública lotados nas DPA's, bem como o processo de formação básica e de capacitação para o exercício da atividade especializada. Como forma de atingir estes objetivos buscou-se fundamentar teoricamente o tema numa incursão bibliográfica e, analisar, segundo abordagem de pesquisa quanti-qualitativa as entrevistas feitas com os policiais civis lotados nas DPA's. Os resultados alcançados evidenciaram que somente a DPA de Ilhéus atende exclusivamente ocorrências ambientais, enquanto a DPA de Praia Forte não, devido ao desvio da finalidade. A prova disso é a quantidade de instauração de procedimentos na área ambiental, apenas dois, no período de 2014 e 2015 e ínfimos registros de 28 (vinte e oito) ocorrências. Diferentemente da DPA Ilhéus que elaborou e remeteu à Justiça - 80 (oitenta) TCO's 24 (vinte e quatro) Inquéritos Policiais e registrou 308 (trezentos e oito) ocorrências, sendo os crimes ambientais contra a flora os mais recorrentes. A diferença basilar das ações das DPA's é a investigação policial dos crimes ambientais. Apesar da Delegacia de Praia do Forte não investigar estes crimes, participa de eventos educativos com a comunidade local, escolas e demais órgãos, enquanto a DPA de Ilhéus investiga e reprime. As dificuldades para a efetividade do serviço foram: ausência de estrutura nas delegacias para coibir os crimes ambientais, equipamentos específicos necessários ao desenvolvimento das atividades e de profissionais devidamente qualificados. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos pesquisados são graduados, porém sem qualquer capacitação técnica para a realização de suas funções na repressão aos crimes ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia Civil da Bahia; Delegacias de Proteção Ambiental; Crimes Ambientais.

**ASSUNÇÃO**, Laércio da Silva. **A mediação de conflitos e a sua aplicação no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA:** Direitos Humanos e Cidadania

**ORIENTADOR:** Ivone Freire Costa

**DATA DE DEFESA:** 09 de agosto de 2017

**BANCA EXAMINADORA:** Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos

**Resumo:**

Esse estudo analisou o potencial da mediação de conflitos como instrumento que contribui com a resolução do conflito existente entre as partes a partir da experiência do Projeto Balcão de Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Além disso, descreveu o procedimento adotado no mencionado Projeto, revelando uma tendência que aponta para a diminuição da litigiosidade nos processos oriundos do campo do Direito de Família tendo em vista o aumento da procura das partes pela resolução consensual dos conflitos, e o papel do mediador como facilitador comunicacional. Para isso, foi realizado um estudo descritivo exploratório com abordagem quali-quantitativa onde foram entrevistados cinco mediadores e realizada análise documental e dos dados quantitativos das ações e acordos realizados entre 2007 e 2016, na cidade de Salvador, Bahia. Pode-se afirmar uma tendência de consolidação da prestação de serviço de autocomposição pré-processual na referida cidade, revelando uma tendência de mudança da cultura litigiosa para dos métodos autocompositivos. Contudo, esse estudo apontou limites da mediação no que se refere à impossibilidade de produzir o acordo e a resolução do conflito existente entre as partes, seja pelo fato do mediador não conduzir a sessão de mediação com a habilidade necessária e emprego das técnicas ensinadas no curso de formação, ou pelo fato da parte convidada a participar da mediação não estar disposta a assumir responsabilidades. Sugere-se estudos com foco na análise e acompanhamento de casos concretos a partir do ponto de vista dos usuários dos serviços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mediação de Conflitos; Balcão de Justiça e Cidadania; CEJUSC; Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**SANTOS**, Natália Pereira Dalto dos. **Vulnerabilidade, juventude e criminalidade: o caso dos Estado de Sergipe**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2018. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: João Apolinário da Silva

DATA DE DEFESA: 08 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. Valmir Farias Martins

***Resumo:***

O presente texto é o resultado de pesquisa sobre o tema vulnerabilidade social de jovens na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe – Brasil. A pesquisa buscou examinar dados estatísticos junto às organizações públicas, bem como dos órgãos de imprensa, quer sejam publicações escritas ou eletrônicas. A pesquisa teve como suporte metodológico o uso de métodos bibliográfico e de levantamento documental (documentos oficiais escritos e eletrônicos). Aplicou-se o método qualitativo para fins de compreender os discursos dos atores sociais envolvidos na trajetória de assistência às crianças, adolescentes e jovens. Acessoriamente, aplicou-se o método quantitativo para se compreender a extensão da vulnerabilidade e o quanto ela alcança outros municípios e está potencializada na capital do Estado. Foram aplicadas técnicas de entrevistas e de questionários para avaliar os discursos dos indivíduos. A pesquisa revelou que existe vulnerabilidade de crianças e jovens nas diversas localidades da cidade de Aracaju – Sergipe. Essa vulnerabilidade é difusa e decorrente da má gestão pública e sobretudo da criminalidade violenta que é o que mais vitimiza esses jovens. Constatou-se ainda que diversos órgãos governamentais e não governamentais realizam projetos para minimizar os efeitos dessa vulnerabilidade, bem como para proteger esses jovens. Dentre os programas têm-se aqueles que buscam a educação formal e aquela que esclarece sobre o uso de drogas ilícitas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vulnerabilidade; Criminalidade; Aracaju.

**SILVA, Márcio Rios Lima. Democracia, Accountability e Organismos Policiais no Brasil:** um estudo de caso sobre a evolução institucional da Corregedoria da Polícia Militar da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Íris Gomes dos Santos

DATA DE DEFESA: 03 de outubro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Íris Gomes dos Santos

Prof.(a). Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Prof. Dr. José Geraldo Leandro

**Resumo:**

Esta dissertação buscou mapear como a Corregedoria da Polícia Militar da Bahia (PMBA), principal órgão de controle interno da corporação, vem criando e adequando seus mecanismos de funcionamento e controle a uma perspectiva democrática. Destarte, os mecanismos internos criados no âmbito da PMBA - capazes de adequar e, ou, modificar os controles sobre o uso da força e competências exercidas - foram investigados a partir da análise documental, valendo-se de uma abordagem qualitativa e auxiliada pelo método do mapeamento de processo. A pesquisa respondeu à seguinte questão: como a Corregedoria da Polícia Militar da Bahia vem produzindo e adequando seus mecanismos institucionais à lógica de controle democrático ao longo das últimas três décadas? Neste sentido, tratou-se de: 1) caracterizar os aspectos da formação dos organismos policiais no país, identificando elementos autoritários e corporativistas; 2) sinalizar as políticas e propostas nacionais de controle interno e externo nas polícias estaduais; 3) apontar as principais mudanças no desenvolvimento do controle interno (Corregedoria) da PMBA. Com efeito, os achados indicam que a despeito de a PMBA ter criado certa estrutura para ampliar as condições do exercício do controle interno sobre suas atividades, esta área ainda não representa uma prioridade no âmbito da política de segurança pública e carece de maiores investimentos financeiros, humanos e autonomia política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Pública; Evolução Institucional; Controle Interno; Corregedoria.

**RAMOS, Alcilene Coutinho. Atendimento a mulheres em situação de violência:** atuação e ponto de vista de policiais militares. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Riccardo Cappi

DATA DE DEFESA: 02 de setembro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Riccardo Cappi

Prof.(a). Dra. Márcia Santana Tavares

Prof.(a). Dra. Mariana Thorstensen Possas

**Resumo:**

A violência contra as mulheres é um problema sobre o qual tem recaído muitas reflexões de diversas áreas do saber. Nesse contexto, a Polícia Militar da Bahia atende diariamente ocorrências de violência contra as mulheres, sendo um dos órgãos mais demandados. Por ser a violência contra as mulheres um problema complexo, seu enfrentamento requer medidas complexas, de modo a envolver os poderes constituídos nas três esferas de governo, contexto no qual a Polícia Militar, como órgão integrante do Poder executivo estadual, está inserida. Diante disso, a presente dissertação teve como objetivo compreender as representações sociais da violência contra as mulheres e do atendimento a estas por policiais militares, tendo por campo de estudo a Base Comunitária de Segurança do Conjunto George Américo em Feira de Santana - Bahia. Visou-se, de modo específico, identificar o que os policiais militares compreendem como violência contra as mulheres, bem como identificar o que os policiais militares compreendem sobre prestar atendimento às mulheres em situação de violência. A presente pesquisa teve como marco teórico-analítico a Teoria das Representações Sociais. A fim de compreender as ideias, os valores, o significado para os policiais militares do que vem a ser violência contra as mulheres e do atendimento por eles ofertado a estas, foi necessário a realização de entrevistas semiestruturadas, tendo por atores os policiais militares integrantes de guarnições de Radiopatrulhamento da BCS do George Américo. Os dados foram analisados por meio da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, e se valeu, preferencialmente, do método indutivo. Pôde-se inferir a partir da análise dos discursos dos atores que a violência é percebida pelas suas manifestações, pelos tipos de violência, sem considerar a dimensão de gênero. A maneira de ver a mulher, o homem e a violência, repercute no modo como os policiais militares atendem as ocorrências de violência contra as mulheres. Esta se dá como uma sequência de procedimentos onde importa mais atender aos interesses do sistema de segurança pública do que as expectativas das mulheres em situação de violência. Notou-se, portanto, a partir da análise dos dados, uma divergência no que tange a expectativa das mulheres em situação de violência em relação à expectativa dos policiais militares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações Sociais; Violência contra as Mulheres; Polícia Militar.

**SAMPAIO**, André Luís Marinho. **Possibilidades e dilemas de ação coletiva no âmbito do Comitê Executivo do Pacto pela Vida na Bahia**: a visão dos stakeholders. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Íris Gomes dos Santos

DATA DE DEFESA: 1 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Íris Gomes dos Santos

Prof. Dr. Luis Flávio Saporì

Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo

**Resumo:**

A presente dissertação teve por objetivo expressar a visão de stakeholders sobre as possibilidades e os dilemas de ação coletiva no âmbito do Comitê Executivo do Pacto pela Vida da Bahia, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2016. A escolha desse órgão superior como lócus de análise se deu em razão de ser a arena onde os diversos atores (stakeholders) do Sistema de Defesa Social se reúnem para debater os complexos problemas do campo da Segurança Pública e buscar alternativas consensuadas para a prevenção e repressão das criminalidades e violências no estado. Nesta direção, procedeu-se a uma revisão da literatura sobre a análise de políticas públicas, enfocando as teorias da ação coletiva e escolha racional. Do ponto de vista metodológico, a investigação consistiu de um estudo de caso, empregando a abordagem qualitativa para produção e análise de dados, valendo-se da análise de conteúdo de documentos governamentais e de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa de campo permitiu traçar um perfil dos stakeholders, compreender a forma como eles atuaram e interagiram no Comitê Executivo e identificar os incentivos institucionais criados para possibilitar ações coletivas necessárias à implementação da política pública de defesa social do governo estadual. Ao final, os achados sugerem a refutação, ao menos parcial, da ideia de imprescindibilidade de incentivos e sanções formais para garantir condutas voltadas à realização de ações conjuntas, conforme defendido por Olson (1998), uma vez que algumas ações coletivas tiveram espaço na arena do Comitê Executivo do Pacto pela Vida sem a existência prévia de sanções e, ou, uma estrutura racionalizada de incentivos que abarcassem a todos os atores e burocracias envolvidas. Cotejou-se, assim, outra corrente teórica, capitaneada por Ostrom (1990), a qual considera a presença de fatores relacionados à capacidade de comunicação, confiança, autonomia, compartilhamento de objetivos, mutualidade e rede, dentre outros, como capazes de gerar ação coletiva entre determinado grupos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Políticas Públicas; Segurança Pública; Pacto pela Vida; Ação Coletiva; Escolha Racional; *Stakeholders*.



**RIBEIRO**, Flora Deane Santos. **Segurança pública e justiça restaurativa: representações sociais sobre mediação penal entre os delegados de polícia**. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Direitos Humanos e Cidadania

ORIENTADOR: Sônia Cristina Lima Chaves

DATA DE DEFESA: 30 de novembro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Karine Freitas Sousa

**Resumo:**

Objetivo: No Brasil, o sistema criminal encontra-se em crise de legitimidade, pois a base do discurso do paradigma punitivo não alcança a finalidade preventiva almejada. Neste sentido, a presente pesquisa identificou as representações sociais sobre mediação penal entre delegados de polícia lotados em delegacias territoriais com os maiores registros de termos circunstanciados de ocorrência (TCO) em Salvador/BA entre 2015 e 2016. Método: Este foi um estudo de abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas junto a onze delegados de polícia e utilizou a teoria das representações sociais (Abric,2000) especificamente a teoria do núcleo central para análise de conteúdo das entrevistas e para a construção do mapa de dispersão. Resultado: Os resultados apontam para a compreensão majoritária da mediação penal como restauração, paz social e equilíbrio. Há uma visão positiva acerca da mediação penal impingindo as autoridades policiais a empregá-la de maneira informal, já que não há uma formalização legal para sua aplicação. A mediação penal técnica (lastreada em cursos de capacitação para o uso adequado das ferramentas dos meios alternativos de resolução de conflitos) não é utilizada no seio das delegacias, podendo ser adotada em favor do impacto interno e externo proporcionados pela mesma, uma vez superadas as disputas interinstitucionais e dentro da própria polícia. Observou-se que os delegados de polícia têm uma representação de um certo caráter economicista e utilitarista da mediação penal, vinculada a possível celeridade gerada pela mesma. Conclusão: Para sua implementação em delegacias territoriais, recomendam melhorias na infraestrutura; aprimoramento da gestão humana e da gestão administrativa. Sugere-se também instrumentos no âmbito procedimental administrativo-legal a serem utilizados pelos delegados, gerando um retorno mais concreto do fazer polícia preventiva tanto para essa categoria profissional, quanto para a sociedade na consolidação da justiça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação Social; Mediação Penal; Delegados de Polícia; Segurança Pública; Justiça Restaurativa.

**ALENCAR**, Iracema Gonçalves de. **A gestão de projetos apoiando a polícia federal nos grandes eventos**: um estudo de caso. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Milton Júlio de Carvalho Filho

DATA DE DEFESA: 24 de janeiro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Tânia Moura Benevides

**Resumo:**

O objetivo do presente estudo de caso é demonstrar a contribuição do planejamento baseado na gestão de projetos para a atuação das áreas operacionais da Polícia Federal na Bahia, nos grandes eventos esportivos ocorridos no país, Copa das Confederações Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. O estudo em questão, foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, de investigação documental e da aplicação de questionário estruturado com respondentes. O questionário, elaborado com aporte da ferramenta LimeSurvey, segregado nas categorias de análise Conhecimento/Experiência, Sistema Informatizado, Desempenho e Cultura Organizacional, foi respondido por 27 gerentes de projetos, integrantes do quadro de servidores da Polícia Federal na Bahia. Os dados coletados e tratados, segundo análise de conteúdo de Bardin, permitiram inferir que as principais contribuições da Gestão de Projetos para o planejamento das áreas operacionais da Polícia Federal na Bahia, para os citados eventos, residem nos aspectos inovação, promovida com o advento de metodologia e tecnologia; sistematização, refletida na ordenação de todo o trabalho executado; e padronização, alcançada em todas as áreas operacionais da Polícia Federal na Bahia, nos dois eventos. Os resultados indicaram o comprometimento dos respondentes com a missão, a padronização do planejamento propiciada pela metodologia, a existência de uma ferramenta informatizada, o suporte do escritório de projetos e o apoio da alta administração como principais fatores que contribuiriam para o emprego da gestão de projetos no referido planejamento. Os resultados apontam, ainda, que questões como falta de cultura em gestão de projetos, acúmulo de atribuições, clima organizacional, valorização profissional, falta de pessoal e de recursos, burocracia, falta de capacitação e treinamento continuados e resistência à mudança são os maiores desafios e/ou obstáculos a serem vencidos pelo órgão, para o avanço progressivo dessa cultura na instituição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Pública; Gestão por Projetos; Segurança Pública.

**SANTOS**, Jônatas Oliveira dos. **Implementação de estratégias de segurança**: um estudo sobre a Base Comunitária de Segurança Nova Cidade/Vitória da Conquista (BA). Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA**: Políticas e Gestão em Segurança Pública

**ORIENTADOR**: Ana Cristina de Souza Mandarino

**DATA DE DEFESA**: 19 de maio de 2017

**BANCA EXAMINADORA**: Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarino

Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarino

Prof.(a). Dra. Adrianyce Angélica Silva de Sousa

**Resumo:**

Como é sabido, existem áreas degradadas nas médias e grandes cidades brasileiras que sofrem com altos índices de violência, sobretudo, pela ação de narcotraficantes e milicianos. O poder público, nos últimos anos, tem atentado para o fato de que ações meramente repressivas não fazem frente às diversas demandas das populações que vivem em comunidades desfavorecidas. Na Bahia, seguindo o exemplo de outros estados da federação, foi implantada pelo governo estadual, em 27 de abril de 2011, a primeira Base Comunitária de Segurança (BCS) no bairro do Calabar, mediante o Programa Pacto pela Vida (PPV). Como forma de expansão dessa política de implementação do policiamento comunitário, as bases chegaram também à Região Metropolitana de Salvador (RMS) e ao interior do estado. Em Vitória da Conquista, terceira maior cidade baiana, a BCS do bairro Nova Cidade foi inaugurada em 28 de novembro de 2012, atendendo às reivindicações dos moradores locais contra o agravamento dos problemas relacionados à criminalidade. O objetivo desta pesquisa é, em última instância, a análise da implementação de estratégias de segurança em comunidades desfavorecidas, tendo como mote a implantação da BCS/Nova Cidade. Pretendeu-se ainda discutir como as comunidades alcançadas pela política de pacificação percebem a presença das BCS. Abordaram-se as distintas intervenções realizadas e a sua eficácia para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Por fim, analisaram-se as posturas desenvolvidas pelos policiais militares que atuam nesses territórios, a fim de saber se estão de acordo com as premissas das BCS (Portaria 058-CG/2015 e Portaria 106-CG/2012). Como parte do processo metodológico, foram feitas observações participadas e entrevistas semiestruturadas com os gestores da unidade, assim como com líderes comunitários. Aplicaram-se ainda questionários fechados a policiais militares lotados na BCS/Nova Cidade, bem como a moradores locais. A pesquisa permitiu concluir que o sucesso dessa empreitada está condicionado à inclusão da população local do planejamento à execução propriamente dita das atividades operacionalizadas pela BCS, como também pelo investimento em infraestrutura pelo poder público. Para os líderes comunitários, a BCS tem cumprido com os objetivos de sua implantação, muito embora existam falhas a serem corrigidas, e 80% dos moradores pesquisados concordam que tais objetivos estejam sendo alcançados.

**PALAVRAS-CHAVE**: Implementação; Bases Comunitárias de Segurança; Policiamento Comunitário.

OLIVEIRA, Gabriel Garcia de. **Análises do programa cerrado do Governo do Estado da Bahia**: premissas da educação ambiental na prevenção e combate a incêndios florestais. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Estélio Gomberg

DATA DE DEFESA: 03 de abril de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Estélio Gomberg

Prof.(a). Dra. Ana Cristina de Souza Mandarinó

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

**Resumo:**

Atualmente, as questões ambientais estão cada vez mais presentes nas pastas governamentais, com políticas e leis voltadas ao meio ambiente. O desenvolvimento sustentável deve ser o norte nas ações estatais e na sociedade. A gestão ambiental deve apresentar-se como resposta ao consumo desenfreado e crescente, satisfazendo às necessidades da geração atual, sem comprometer as futuras. Por meio desta pesquisa, foi possível apreender a contribuição da Educação Ambiental (EA) no Programa Cerrado do Governo do Estado da Bahia, como medida na prevenção e combate a incêndios florestais, ocasionados na Região Oeste do Estado da Bahia. Verificou-se que o Programa Cerrado, criado em 2014, em suas atividades, desenvolve medidas de Educação Ambiental, através de eventos, como o Intercâmbio de Experiências Socioambientais, seja através de palestras, oficinas, bem como com a distribuição de materiais educativos que foram avaliados nesta pesquisa. Observou-se, pelas entrevistas e questionários, a identificação de crimes ambientais na Região Oeste da Bahia, e, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 90% dos incêndios florestais têm origem antrópica - fruto da ação do homem, razão pela qual a prevenção e combate ao crime ambiental do artigo 41 da lei nº9.605/1998 (Provocar incêndio em mata ou floresta), bem como crimes relacionados como desmatamento, caça, devem ser combatidos. A educação ambiental como prevenção e redução de crimes ambientais mostra-se de suma importância para termos um meio ambiente livre de violações cometidas pelo ser humano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental; Programa Cerrado; Crime Ambiental.

**SILVA**, Alexsandro de Oliveira e. **Bandido bom é bandido morto**: as representações sociais dos policiais militares sobre os autores de delito e o sistema de justiça criminal. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Odilza Lines de Almeida

DATA DE DEFESA: 11 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Odilza Lines de Almeida

Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço

Prof.(a). Dra. Claudia Moraes Trindade

**Resumo:**

Esta pesquisa explora o modo como o policial militar do Estado da Bahia exerce sua atividade policial e como são influenciados nas decisões que tomam. Para responder a essas questões importantes buscamos direção na teoria das representações sociais, que é a modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos e são sustentadas tanto por conhecimentos oriundos da experiência cotidiana como pelas reapropriações de significados historicamente consolidados. As representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não familiar, isto é, classificar, categorizar e nomear novos acontecimentos e ideias com as quais não tínhamos tido contato anteriormente, possibilitando, assim, a compreensão e manipulação desses novos acontecimentos e ideias a partir de valores e teorias preexistentes e internalizados por nós e amplamente aceitas pela sociedade. Observar o cotidiano policial militar, caminhando pela teoria das representações sociais, fez desvendar situações problemáticas para as quais há muito tempo não havia respostas, a exemplo da vigilância predatória, mito das prisões, vidas descartáveis, gestão de ilegalismos e exaltação dos policiais que matam. Analisamos cada uma dessas categorias comparando com atuações, postagens e falas dos próprios policiais e concluímos que daí originam os procedimentos que eles entendem como eficientes no combate ao crime.

**PALAVRAS-CHAVE:** Policial Militar; Representações Sociais; Atividade Policial; Sistema de Justiça Criminal

**BRAID**, Antonio César Morant. **Infrações Disciplinares de Servidores do Departamento de Política Técnica da Bahia**: magnitude e fatores associados. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Sônia Cristina Lima Chaves

DATA DE DEFESA: 28 de setembro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Sônia Cristina Lima Chaves

Prof. Dr. João Apolinário da Silva

Prof.(a). Dra. Maria Cristina Teixeira Cangussu

**Resumo:**

Esta pesquisa analisou os desvios de conduta praticados por servidores do Departamento de Polícia Técnica da Bahia, por meio do mapeamento das infrações no âmbito organizacional do DPT. O estudo associou os tipos de servidores às suas irregularidades recorrentes, visando a determinar padrões de comportamento infracional e explorar possíveis explicações para o fenômeno da transgressão disciplinar na organização. A análise foi realizada pela descrição e tratamento numérico-estatístico dos dados infracionais extraídos de 256 processos disciplinares instaurados no período de 2012 a 2015. Da composição dos dados constatou-se que as 10 infrações de maior ocorrência correspondiam a 87% das irregularidades, divididas entre infrações relacionadas à atividade-fim do DPT, à personalidade agressiva ou negligente do servidor e a crimes contra a Administração Pública. Os resultados mostraram destacada magnitude das infrações relacionadas com a atividade-fim do DPT, com 90% desses ilícitos praticados nos órgãos do interior do estado, sobretudo pelo perito médico legista. A magnitude elevada de irregularidades no interior teve como causa principal a ausência do gestor no cotidiano administrativo, por trazer a sensação de abandono da coisa pública. As infrações relacionadas à personalidade agressiva ou negligente do servidor, por sua própria gênese, não apresentaram peculiaridade com nenhum tipo específico de servidor ou órgão. Por fim, as infrações relacionadas a crimes contra a Administração Pública tiveram reduzidíssimo número de ocorrências, tendo sido praticadas apenas por agentes terceirizados. A base teórica para explicar os desvios de conduta observados foi constituída a partir da teoria da subcultura, do comprometimento organizacional e das janelas quebradas, aplicando-as em cada caso de acordo com os aspectos relacionados com a gestão do órgão e comportamentais do servidor onde ocorreu a infração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infração de Servidor Policial; Corregedoria de Polícia; Mapeamento de Infrações Disciplinares; Fatores Associados a Infrações Disciplinares.

**OLIVA JÚNIOR**, Nivaldo Góes. **Força Policial**: uma análise sobre a percepção dos diferentes atores da PMBA em relação às contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Rubenilda Sodré dos Santos

DATA DE DEFESA: 26 de outubro de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof.(a). Dra. Rubenilda Sodré dos Santos

Prof.(a). Dra. Ivone Freire Costa

Prof.(a). Dra. Tânia Moura Benevides

**Resumo:**

Esta disserta o tem por objetivo analisar as contribui es do CFOPM para a atua o qualificada dos policiais militares do Estado da Bahia no exercício das atividades específicas de aspirante a oficial, tenente e capitão. Em rela o ao percurso metodológico foi realizado um estudo de caso único, que se configura como uma pesquisa descritiva. Para realiza o do mesmo partiu-se de uma pesquisa bibliográfica para a defini o das categorias de análise que constituíram as abordagens dos instrumentos de coleta de dados – roteiro de entrevista estruturada com o coordenador do CFO e questionário. Foi realizada ainda uma pesquisa documental para levantamento do número de alunos formados entre 2011 e 2016. Como principal conclusão observou-se que o currículo do CFOPM segue as diretrizes da Matriz Curricular Nacional de a es formativas para os profissionais de segurança pública e que os egressos do curso, embora, com críticas a alguns aspectos da forma o, consideram que a forma o contribui para uma atua o qualificada.

**PALAVRAS-CHAVE:** CFO; PMBA; Forma o Policial; Trabalho Policial.

**ROCHA, Wanderson Santana. Isolamento, Preservação de Local de Crime e Utilização do exame de DNA na identificação Criminal:** Uma proposta de padronização para o Estado do Tocantins/TO. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Segurança Pública

ORIENTADOR: Geraldo Ramos Soares

DATA DE DEFESA: 16 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Geraldo Ramos Soares

Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço

Prof.(a). Dra. Ângela Issa Haonat

**Resumo:**

Compete a Polícia Militar a missão de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, razão esta que faz com que ela seja na maioria das vezes o único braço do Estado visível na sociedade. Podemos afirmar que a Polícia Militar, é o primeiro agente de segurança pública a chegar aos locais de crime; ficando a cargo deste profissional todas as providências necessárias visando à preservação destes locais, até o momento da chegada e permanência dos Peritos Criminais. Assim sendo, considerando que, independentemente de proceder ou não tal posicionamento, torna-se necessário que seja discutida a seguinte questão: Quais devem ser os procedimentos adotados pelo Policial Militar em face da preservação do local de crime, de modo que venha a contribuir efetivamente para a coleta de material genético, com objetivo de identificação criminal? Este trabalho propõe verificar se os Policiais Militares estão preparados adequadamente para atuarem na preservação dos locais de crime, se dispõe de recursos humanos e materiais adequados para o isolamento e preservação e efetiva coleta de material genético pelos Peritos Criminais para um futuro exame de DNA com o objetivo de identificação Criminal. Propor uma diretriz operacional de procedimentos específicos que, em conformidade com os aspectos legais e doutrinários vigentes, defina e padronize ações operacionais do policial militar, no atendimento de ocorrências em locais de crime que necessita isolamento e preservação, uma vez que tal preservação, incontestavelmente, resulta na obtenção dos elementos imprescindíveis para a coleta de material genético para a comprovação da materialidade e da autoria de um fato delituoso, permitindo a sua rápida e eficaz elucidação, e assim, o sucesso da investigação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Isolamento e Preservação de Local de Crime; Exame de DNA; Identificação Criminal.



**MOTA, Igor. Saúde na prisão:** discursos e práticas de homens privados de liberdade sobre a produção de cuidado à saúde ofertada em uma instituição penal do estado da Bahia. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania/UFBA. Salvador/BA, 2017. (Dissertação de Mestrado).

**LINHA DE PESQUISA:** Direitos Humanos e Cidadania

**ORIENTADOR:** Odilza Lines de Almeida

**DATA DE DEFESA:** 11 de agosto de 2017

**BANCA EXAMINADORA:** Prof.(a). Dra. Odilza Lines de Almeida

Prof.(a). Dra. Claudia Moraes Trindade

Prof.(a). Dra. Claudia Regina Vaz Torres

**Resumo:**

A Saúde Prisional vem progressivamente sendo colada em pauta no cenário das políticas públicas, tendo como principais aliados as publicações da legislação que organizam e orientam o processo de cuidado à saúde das pessoas privadas de liberdade: a Lei de Execuções Penais (1984), o Plano Nacional de Saúde Prisional (2003) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (2014). Os dados oficiais do Ministério da Justiça informam que a população masculina representa cerca de 95% das pessoas privadas de liberdade, sendo, portanto, a principal clientela da saúde prisional. No ano de 2009 o Ministério da Saúde publicou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e destacou a necessidade de ampliar e qualificar o cuidado à saúde ofertado aos homens privados de liberdade. O presente estudo teve como objetivo analisar os discursos e práticas de homens em situação de privação de liberdade sobre a produção de cuidado ofertada em uma instituição penal do Estado Bahia. Os 09 participantes eram pessoas custodiadas em uma unidade prisional para presos provisórios do sexo masculino, localizada no município de Salvador-Bahia. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e contou com técnicas investigativas entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante, realizadas no período de Dezembro de 2016 a maio de 2017. O trabalho analítico foi realizado na abordagem teórico-metodológica das práticas discursivas. Como resultado identificou-se que os homens em situação de privação de liberdade apresentam de forma arraigada o modelo hegemônico de constituição do masculino, sofrendo com suas implicações negativas para a saúde dos homens. Foi possível notar que os internos convivem com uma diversidade de patologias, em ambiente insalubre e violento. A oferta de cuidado se mostrou insuficiente e não resolutiva, focada no modelo biomédico e curativista, afastada dos princípios e diretrizes das principais políticas garantidoras de direito à saúde da população estudada. Conclui-se que a implementação das políticas públicas não está alcançando objetivo de promover Direitos Humanos em saúde e cidadania, o que acarreta como consequência a proliferação de moléstias e violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Prisional; Prisões; Saúde do Homem.

## **Índice de Autores**

### **Turma 01**

Adailton de Souza Adan

Adauto Sena Oliveira

Ana Cláudia Maria dos Santos

Ana Virgínia Cavalcante Paim

André Abreu de Oliveira

André Ricardo Guimarães da Silva

Celia Maria Miranda Costa

Eliete das Neves Reis

Evanira Santos da Costa

Iracema Silva de Jesus

Jean Silva Souza

Joildo Souza dos Humildes

Lucélia Oliveira Almeida

Luís Henrique Costa Ferreira

Marcelo Carvalho do Espírito Santo

Maria Aparecida Vieira Teixeira

Matheus de Carvalho Nascimento

Vitor Rogério Ribeiro Gomes

Zildalva de Souza Moraes

### **Turma 02**

Adrianno Espíndola Sandes

Almir Pereira de Jesus

Álvaro Marques de Freitas Filho

Antonia Marina Aparecida de Paula Faleiros

Bianca Gomes da Silva

Cássio José Barbosa Miranda

Eduarda de Lima Vidal

Eduardo Afonso Maia Caricchio

Joanice Maria Guimarães de Jesus

Jonny Maikel dos Santos

Josefa Cristina Tomaz Martins Kunrath

Josemar Dias Cerqueira

Kátia Regina Mendes Cunha

Marcelo José Santos Lagrota Felix

Maria Helena Lordêlo de Salles Ribeiro

Moacyr Pitta Lima Filho

Paulo Roberto Santos de Oliveira

Pedro Rogério Castro Godinho

Ricardo Augusto Schmitt

Rita de Cássia Ramos de Carvalho

**Turma 03**

Abelardo Paulo da Matta Neto

André Luiz Santos Britto

Andremara dos Santos

Armando Duarte Mesquita Júnior

Geórgia Quadros Alves do Couto

Hilton de Miranda Gonçalves

Icaro Almeida Matos

Isaias Vinicius de Castro Simões

Ivana Oliveira Cordeiro

Júlio Gonçalves da Silva Júnior

Laise Maria Guimarães Santos

Márcia Margarida Nunes da Silva

Marcos Antonio Santos Bandeira

Nartir Dantas Weber

Renata de Moraes Rocha

Vanderley Andrade de Lacerda

Wilson Gomes de Souza Júnior

**Turma 04**

André Vinício Sales dos Santos

Augusto César Miranda Magnavita

Antonio César da Silva Santos

Antonio Deiró França

Carlos Alberto Miranda Santos

Carlos Henrique Ferreira Melo

César de Sá Pacheco

Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo

Fernando Caria Leal Neto

José Ribeiro Braga Neto

Luiz Claudio Xavier de Freitas

Maria Victória Braz Borja Rodrigues

Rafael Oliveira Santos Araújo

Ronilza Andrade Passos Sobrinha

Rubenilton Matos Andrade

Tuany Sande Cardoso

Valmir Lacerda Cardoso Júnior

**Turma 05**

Aldo André Barros Góes

Anderson Mascarenhas Santos

Daniela Brito Coelho Moreira Barreto

Ernesto Cabral de Medeiros

Gilber Santos de Oliveira

Gilberto Costa de Amorim Júnior

Jader Santos Alves

José Dutra de Lima Júnior

Karina Simas de Salles Leão Fraga

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Marco Aurélio Nascimento Amado

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes

Marjorie da Silva Ribeiro Souza

Michelle Quadros D'Almeida

Sara Gama Sampaio

Saulo Murilo de Oliveira Mattos

Tiago Ávila de Souza

**Turma 06**

Adilson Carvalho Silva

Alcilene Coutinho Ramos

Alexsandro de Oliveira e Silva

André Luis Marinho Sampaio

Antonio César Morant Braid

Diná de Jesus Santos

Felipe Freitas Zenkner

Fernando Antônio Bahia da Costa

Flora Deane Santos Ribeiro

Gabriel Garcia de Oliveira

Igor Carlos Cunha Mota

Iracema Gonçalves de Alencar

Jonatas Oliveira dos Santos

José Alisson Oliveira Fagundes

Laércio da Silva Assunção

Márcio Rios Lima Silva

Natália Pereira Dalto dos Santos

Nivaldo Goes Oliva Júnior

Wanderson Santana Rocha

**Índice de Orientadores**

Ana Cristina de Souza Mandarino (UESC)

Ana Paula Rocha do Bonfim (UFBA)

Catharina Leite Matos Soares (UFBA)

Celso Luiz Braga de Castro (UFBA)

Cláudia Moraes Trindade (UNEB)

Clóvis Roberto Zimmermann (UFBA)

Dequex Araújo Silva Júnior (D.PEDRO II)

Eduardo José Fernandes Nunes (UNEB)

Eduardo Manuel de Freitas Jorge (UNEB)

Estélio Gomberg (UESC)

Fábio Periandro de Almeida Hirsch (UFBA)

Geraldo Ramos Soares (UFBA)

Iris Gomes dos Santos (UFPB)

Ivone Freire Costa (UFBA)

João Apolinário da Silva (UNIFACS)

Joviniano Soares de Carvalho Neto (UFBA)

Júlio César de Sá da Rocha (UFBA)

Marcia Esteves de Calazans (UCSAL)

Maria Salete de Souza Amorim (UFBA)

Milton Júlio de Carvalho Filho (UFBA)

Odilza Lines de Almeida (UESB)

Paulo Guedes (UFBA)

Riccardo Cappi (UEFS)

Rubenilda Sodré dos Santos (UFBA)

S nia Cristina Lima Chaves (UFBA)

Valmir Farias Martins (Dom Pedro II)

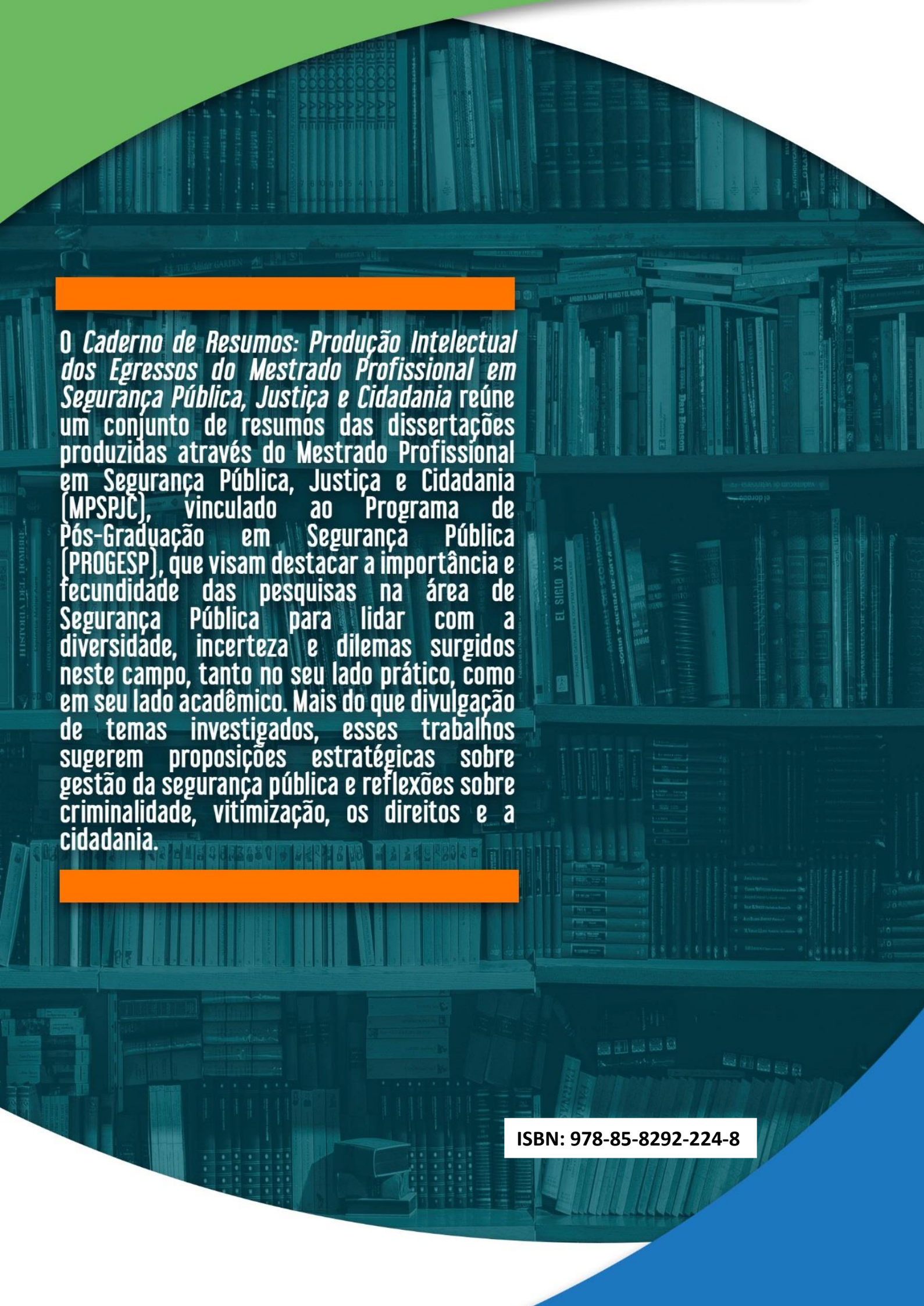
**Índice de Membros de Bancas de Defesas**

Adrianyce Angélica Silva de Sousa (UFF)  
Aline Prado Atássio (UESC)  
Ana Cristina de Souza Mandarino (UFBA)  
Ana Livia Braga (UNEB)  
Ana Luiza Queiroz Vilasbôas (UFBA)  
André Luís Nascimento dos Santos (UFBA)  
Angela Issa Haonat (PUCSP)  
Antônio Eduardo Alves de Oliveira (UFRB)  
Antônio Santos Oliveira (UFBA)  
Artemisa Odila Cande Monteiro (UFBA)  
Carlos Alberto da Costa Gomes (UNIFACS)  
Carlos Francisco Linhares de Albuquerque (UNIFACS)  
Cássio Guimarães Chai (UFMA)  
Catharina Leite Matos(UFBA)  
Ceci Vilar Noronha (UFBA)  
Celso Luiz Braga de Castro (UFBA)  
Cláudia Moraes Trindade (UNEB)  
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres(UFBA)  
Claudio André de Souza (UCSAL)  
Cleide Magali dos Santos (UNEB)  
Clóvis Roberto Zimmermann (UFBA)  
Daniel Oitaven Pamponet Miguel (UFBA)  
Daniela Carvalho Portugal (UFBA)  
Dequex Araújo da Silva Júnior (Dom Pedro II)  
Edgilson Tavares de Araújo (UFRB)  
Edson Marcos Leal Soares Ramos (UFPA)  
Eduardo Manoel de Freitas Jorge (UNEB)  
Eduardo Manuel Val (UFF)  
Eduardo Paes Machado (UFBA)  
Elmir Duclerc Ramalho Junior(UFBA)  
Esdras Cabus Moreira (CETAD/UFBA)  
Estélio Gomberg (UESC)  
Fabiano Cavalcante Pimentel (UFBA)  
Fábio Periandro de Almeida Hirsch (UFBA)

Fabio Roque da Silva Araújo (UFBA)  
Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro (UCSAL)  
Geraldo Ramos Soares (UFBA)  
Giovandro Marcus Ferreira (UFBA)  
Herbert Martins Toledo (UFRB)  
Hugo Saba Pereira Cardoso (UNEB)  
Iêda Matos Freire de Carvalho (UFBA)  
Íris Gomes dos Santos (UFBA)  
Ivone Freire Costa (UFBA)  
João Apolinário da Silva (UNIFACS)  
João Martins Tude (UFBA)  
José Geraldo Leandro (DCP/UFMG)  
Joviniano Soares de Carvalho Neto (UFBA)  
Julie Sarah Lourau Alves da Silva (UCSAL)  
Júlio César de Sá da Rocha (UFBA)  
Kaline Ferreira Davi (UFBA)  
Karine Freitas Souza (UFBA)  
Leonardo Fernandes Nascimento (UFBA)  
Litza Andrade Cunha (UFBA)  
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (UFMG)  
Luís Flávio Saporì (PUC/MG)  
Luiz Cláudio Lourenço (FFCH/UFBA)  
Luiz Claudio Lourenço(UFBA)  
Márcia Santana Tavares(UFBA)  
Marco Aurélio Castro Júnior (UFBA)  
Marcus Alban Suarez (UFBA)  
Mari Aparecida Bortoli (UCSAL)  
Maria Cristina Cangussu (UFBA)  
Maria Cristina Teixeira Cangussu (UFBA)  
Maria Elisa Vilas-Boas (UFBA)  
Maria Elisabete Pereira dos Santos (UFBA)  
Maria Salete de Souza Amorim (UFBA)  
Mariana Rodrigues Veras (UNEB)  
Mariana Thorstensen Possas (UFBA)  
Mariângela Moreira Nascimento (UFBA)



Michael Jerome Wolff (Universidade Western de Washington – USA)  
Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva (UFBA)  
Neivalda Freitas de Oliveira (UNEB)  
Nilson Carvalho Crusoé Júnior(UFBA)  
Nívea Maria Fraga Rocha (UFBA)  
Odilza Lines de Almeida (UESB)  
Patrícia Lessa Santos Costa (UNEB)  
Paulo Guedes (UFBA)  
Pedro Heitor Barros Geraldo (UFF)  
Reginaldo de Souza Silva (UFBA)  
Riccardo Cappi (UEFS)  
Roberval Passos de Oliveira (UFRB)  
Rodrigo Ladeira (UFBA)  
Ronilson de Souza Luiz (Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares)  
Rubenilda Sodré dos Santos (UFBA)  
Salette Maria da Silva (UFBA)  
Selma Pereira de Santana (UFBA)  
Shirley Andrade Cruz(UFBA)  
Sofia Silva de Souza (UFBA)  
S nia Cristina Lima Chaves (UFBA)  
Tânia Moura Benevides (UFBA)  
Thais Bandeira Oliveira Passos (UFBA)  
Valdomiro Ferreira Santana Filho (UEFS)  
Valéria Diez Scarance Fernandes (PUC/SP)  
Valmir Farias Martins (D. Pedro II)  
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (UCSAL)  
Wilson Couto Borges (Fiocruz)  
Wilson Couto Borges (UFF)  
Yara Oyram Ramos Lima (UFBA)  
Yeimi Alexandra Alzate López (UFBA)



*O Caderno de Resumos: Produção Intelectual dos Egressos do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania* reúne um conjunto de resumos das dissertações produzidas através do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PROGESP), que visam destacar a importância e fecundidade das pesquisas na área de Segurança Pública para lidar com a diversidade, incerteza e dilemas surgidos neste campo, tanto no seu lado prático, como em seu lado acadêmico. Mais do que divulgação de temas investigados, esses trabalhos sugerem proposições estratégicas sobre gestão da segurança pública e reflexões sobre criminalidade, vitimização, os direitos e a cidadania.

ISBN: 978-85-8292-224-8